



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS

**NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DA UNIDADE ACADÊMICA DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO: validação das bibliografias básicas e
complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.**

**RECIFE
2023**

MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS

**NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DA UNIDADE ACADÊMICA DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO: validação das bibliografias básicas e
complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como exigência para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Linha de pesquisa 1: Gestão e Produção de Conteúdos para Educação a Distância

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque.

RECIFE
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S586nn Santos, Maria Wellita Bezerra dos
Núcleos Docentes Estruturantes da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da
Universidade Federal Rural de Pernambuco: validação das bibliografias básicas e complementares dos
Projeto Pedagógicos dos Cursos / Maria Wellita Bezerra dos Santos. - 2023.
219 f. : il.
- Orientador: Jose de Lima Albuquerque.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, Recife, 2023.
1. Núcleo Docente Estruturante. 2. Avaliação Institucional. 3. Bibliografia básica e complementar. 4.
Educação a Distância. I. Albuquerque, Jose de Lima, orient. II. Título

CDD 371.39442

MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS

**NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DA UNIDADE ACADÊMICA DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO: validação das bibliografias básicas e
complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Aprovado em ___ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca: Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância – UFRPE

Membro Externo: Profa. Dra. Aliete Gomes Carneiro Rosa
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia-UFRPE

Membro Interno: Prof.^a Dra. Marcia Karina da Silva Luiz
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância -UFRPE

Membro externo: Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento - PPAD/UFRPE
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP/UFRPE

DEDICATÓRIA

À minha vó Luzinete!

Que se foi... faz bastante tempo...

e continua sendo muito importante para mim!!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo!

A Bernardo, meu filho amado, que, nos últimos dois anos, precisou conviver com minhas inquietações e falta de tempo.

A Luciano Galvão, meu amor, por todo o carinho e compreensão em momentos de ausência.

Aos participantes desta pesquisa, muito obrigada pela contribuição.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. José de Lima Albuquerque, figura ilustre da UFRPE, que me acolheu, com muito carinho e respeito. Obrigada pela paciência diante de toda minha ansiedade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância - PPGTEG, na pessoa das Docentes Sônia França e Juliana Diniz (coordenadora e vice coordenadora do Programa), e do servidor técnico-administrativo, Carlos Frederico Hardmann, os quais, com presteza e cordialidade, sempre me auxiliaram nos trâmites burocráticos da vida acadêmica.

Aos professores da banca de Qualificação, Profa. Dra. Aliete Gomes Carneiro Rosa e Profa. Dra. Marcia Karina da Silva Luiz, pelas contribuições, que possibilitaram a esta pesquisa ganhar olhares específicos e valiosos.

Ao Prof. Dr. Rodolfo Araújo de Moraes Filho, que aceitou o convite de participar da banca de defesa; Suas contribuições são sempre muito válidas, e nos acompanham desde as aulas.

Aos meus professores e professoras do PPGTEG, pelo conhecimento que me proporcionaram.

Aos colegas de turma do PPGTEG, pela cumplicidade, apoio mútuo, bem como pelo aprendizado durante as discussões em sala de aula, em especial, aos queridos Silvia Letícia e Bruno Bispo.

Aos colegas de trabalho da UAEADTE, que já me conheceram no frenesi deste Mestrado, e não puderam, ainda, conviver com meu lado mais pacato;

À Direção do PPGTEG, que sempre acolheu minhas demandas acadêmicas, com carinho e compreensão.

Ao SIB-UFRPE e aos amigos que o SIB-UFRPE me deu. Em especial, à equipe da Biblioteca Central, com a qual convivi por 9 anos e 9 meses de minha vida profissional.

Aos amigos queridos, Patrícia Pordeus, Edson Nascimento, Elisabeth Araújo, Marleide Guedes, Williana Carla e Sueli Manzi.

A Silvano Correia, que muito me ajudou e incentivou ao longo dessa nossa convivência.

Às Martins: Conceição, Bárbara e Paula, obrigada pelo habitual carinho e pela valiosa e salvadora colaboração na normalização e correções ortográficas.

À Simone Gomes, por todo incentivo e carinho.

Por último, mas não menos importante, ao querido bibliotecário Bruno Bispo, pela constante ajuda e incentivo. Um agradecimento muito especial pela oferta para me substituir durante minha licença capacitação. Sem ela, não teria conseguido concluir este Mestrado. Serei eternamente grata.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Tudo tem o tempo determinado, e há tempo para todo o propósito do céu”

(Eclesiastes 3:1)

RESUMO

No contexto da Lei do Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES), Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, os Instrumentos de avaliação de cursos de graduação, publicados em 2017, atribuíram ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a responsabilidade de referendar a adequação das bibliografias básicas e complementares contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC). Nessa perspectiva, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar o processo adotado pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na validação das bibliografias básicas e complementares, durante a elaboração e a atualização dos PPCs de graduação. A pesquisa é caracterizada como aplicada, de abordagem predominantemente qualitativa, de nível exploratório e descritivo, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e análise documental. A coleta de dados foi realizada através de questionários aplicados aos presidentes emembros dos NDEs e da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores. A análise dos dados foi realizada através da estatística descritiva para as questões fechadas do questionário. Para as questões abertas e as entrevistas semiestruturadas, foi realizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin, sob a técnica da análise temática. Após a análise e discussão dos resultados obtidos, os dados apresentados revelaram pouco conhecimento dos participantes da pesquisa acerca dos atos normativos. Entre os que conhecem, a maioria significativa considera que esses não atendem aos cursos de educação a distância. De igual modo, consideram que os acervos do SIB-UFRPE e das bibliotecas dos polos de apoio presencial não atendem às demandas dos cursos de graduação da UAEADTEC. Revelaram, ainda, a falta de conhecimento sobre os canais de comunicação com o SIB-UFRPE e com as bibliotecas dos polos. Esperamos que esta pesquisa contribua com os NDEs e com o SIB-UFRPE na definição de critérios e diretrizes que promovam a formação de acervos bibliográficos condizentes com as demandas da comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Núcleo Docente Estruturante; Educação a Distância; Bibliografia básica e complementar

ABSTRACT

In the context of the Law of the National System of Higher Assessment (SINAES), Law nº 10.861, of April 14, 2004, the Instruments for evaluating undergraduate courses, published in 2017, attributed to the Structuring Teaching Nucleus (NDE) the responsibility of endorsing the adequacy of the basic and complementary bibliographies contained in the Pedagogical Projects of the Undergraduate Courses (PPC). In this perspective, the main objective of this research was to analyze the process adopted by the Structuring Teaching Centers (NDEs) of the Academic Unit of Distance Education and Technology (UAEADTec) of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE), in the validation of basic and complementary bibliographies, during the preparation and updating of graduation PPCs. The research is characterized as applied, with a predominantly qualitative approach, at an exploratory and descriptive level, using bibliographic research and document analysis. Data collection was carried out through questionnaires applied to the presidents and members of the NDEs and through semi-structured interviews with managers. Data analysis was performed using descriptive statistics for the closed questions of the questionnaire. For open questions and semi-structured interviews, Laurence Bardin's content analysis was performed using the thematic analysis technique. After analyzing and discussing the results obtained, the data presented revealed little knowledge of the research participants about normative acts. Among those who know, a significant majority considers that they do not attend distance education courses. Likewise, they consider that the collections of the SIB-UFRPE and the libraries of the on-site support centers do not meet the demands of the UAEADTEC undergraduate courses. They also revealed a lack of knowledge about the channels of communication with SIB-UFRPE and with the centers' libraries. We hope that this research will contribute with the NDEs and with the SIB-UFRPE in defining criteria and guidelines that promote the formation of bibliographic collections consistent with the demands of the academic community.

Keywords: Institutional Evaluation; Structuring Teaching Nucleus; Distance Education; Basic and complementary bibliography

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fluxo dos Instrumentos de Planejamento Acadêmico Institucional	48
Figura 02 - Fluxo da Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos	69
Figura 03 - Quantitativo dos alunos de graduação da UAEADTec por curso	84
Figura 04 - Etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cursos de Graduação da UAEDTec da UFRPE	21
Quadro 02 - Cursos de Graduação da UAEADTec da UFRPE por polos	22
Quadro 03 - Instrumentos de avaliação INEP 2017	33
Quadro 04 - Indicador 5.9 Bibliotecas: infraestrutura	34
Quadro 05 - Indicador 5.10 Bibliotecas: plano de atualização do acervo	35
Quadro 06 - Indicadores 3.6 e 3.7 utilizados para avaliação das bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular	36
Quadro 07 - Critério de análise das bibliografias básicas, complementares e periódicos especializados estabelecidos nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação (2015)	40
Quadro 08 - Classificação das fontes de informação primárias	74
Quadro 09 - Classificação das fontes de informação secundárias	74
Quadro 10 - Classificação das fontes de informação terciárias	75
Quadro 11 - Critérios de qualidade para a seleção de fontes de informação	77
Quadro 12 - Comunidade acadêmica dos cursos de graduação da UAEADTec	85
Quadro 13 – Quantitativo dos participantes	87
Quadro 14 – Codificação das Unidades de Contexto	96
Quadro 15 - Síntese dos procedimentos metodológicos	99
Quadro 16 - Gênero dos membros dos NDEs	101
Quadro 17 - Faixa etária dos membros do NDE	102
Quadro 18 - Titulação dos membros dos NDEs	102
Quadro 19 - Tempo de atuação na UAEDTec	103
Quadro 20 - Experiência como docente anterior a UAEDTEc	104
Quadro 21 - Experiência dos membros do NDE com EAD anterior à UAEDTEc	104
Quadro 22 - Perfil dos gestores que participaram da entrevista	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Tempo de atuação dos presidentes no NDE	106
Gráfico 02 - Tempo de atuação dos membros no NDE	107
Gráfico 03 - Experiência dos presidentes dos NDEs com elaboração ou atualização de um PPC	109
Gráfico 04 – Experiência dos membros dos NDEs com elaboração ou atualização de um PPC	110
Gráfico 05 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs acerca dos IACG, no que se refere aos critérios de análise das bibliografias básicas e complementares	112
Gráfico 06 - Conhecimento dos membros dos NDEs acerca dos IACG, no que se refere aos critérios de análise das bibliografias básicas e complementares	112
Gráfico 07 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs sobre a PFDA do SIB-UFRPE	115
Gráfico 08 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre a PFDA do SIB-UFRPE	115
Gráfico 09 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs sobre os Referenciais de Qualidade da Educação superior a Distância, no que se refere a orientações sobre as bibliotecas e bibliografias disponibilizadas nos polos	117
Gráfico 10 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre os Referenciais de Qualidade da Educação superior a Distância, no que se refere a orientações sobre as bibliotecas	117
Gráfico 11 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre outros documentos norteadores para a validação de bibliografias	119
Gráfico 12 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre outros documentos norteadores para a validação de bibliografias	120
Gráfico 13 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos Presidentes dos NDE para compor a bibliografia básica	125
Gráfico 14 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos membros dos NDE para compor a bibliografia básica	125
Gráfico 15 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos presidentes dos NDE para compor a bibliografia complementar	126
Gráfico 16 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos membros dos NDE para compor a bibliografia complementar	127
Gráfico 17 - Critérios de qualidade consideradas pertinentes pelos presidentes dos NDE para a bibliografia básica	129
Gráfico 18 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos membros dos NDE para a bibliografia básica	130
Gráfico 19 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos presidentes dos NDE para a bibliografia complementar	131
Gráfico 20 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos membros dos NDE para a bibliografia complementar	131
Gráfico 21 - Compreensão dos presidentes do NDEs quanto ao acervo do SIB-UFRPE	134
Gráfico 22 - Compreensão dos membros do NDEs quanto ao acervo do SIB-UFRPE	135

Gráfico 23 - Compreensão dos presidentes do NDEs quanto ao acervo das bibliotecas dos polos	136
Gráfico 24 - Compreensão dos membros do NDEs quanto ao acervo das bibliotecas dos polos	137
Gráfico 25 - Como são encaminhadas ao SIB-UFRPE as bibliografias básicas e a complementares a serem adquiridas na percepção dos presidentes	139
Gráfico 26 - Como são encaminhadas ao SIB-UFRPE as bibliografias básicas e a complementares a serem adquiridas na percepção dos membros	140
Gráfico 27 - Avaliação da comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec na percepção dos presidentes	142
Gráfico 28 - Avaliação da comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec, na percepção dos presidentes	143
Gráfico 29 - Conhecimento dos presidentes dos NDE sobre a aquisição de bibliografias para as bibliotecas dos polos	144
Gráfico 30 - Conhecimento dos membros dos NDE sobre a aquisição de bibliografias para as bibliotecas dos polos	145

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCD	Colegiado de Coordenação Didática
CNRES	Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IACG	Instrumentos de Avaliação de Curso de Graduação
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IACG	Instrumentos de Avaliação de Curso de Graduação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PFDA	Política de Formação, Desenvolvimento e Atualização de Acervos
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PREG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
SIB-UFRPE	Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UC	Unidade Curricular
UAEADTec	Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2 MOTIVAÇÃO E QUESTÃO NORTEADORA DA PESQUISA	23
1.3 JUSTIFICATIVA	23
1.4 OBJETIVOS	24
1.4.1 Objetivo geral	24
1.4.2 Objetivos específicos	24
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	27
2.1.1 Instrumentos de avaliação do SINAES	32
2.1.2 Núcleo Docente Estruturante como instância deliberativa na construção do PPC	41
2.2 REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA	44
2.3 PLANEJAMENTO ACADÊMICO DAS IES: PRINCIPAIS INSTRUMENTOS	46
2.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ELEMENTO SISTÊMICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS IFES	56
2.4.1 Biblioteca universitária no Brasil	60
2.4.2 Bibliotecas dos Polos de Educação a Distância	63
2.4.3 Formação e Desenvolvimento de Acervos	66
2.5 FONTES DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	72
2.5.1 Critérios de qualidade das fontes de informação	76
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	80
3.2 CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA	82
3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	87
3.4 QUESTÕES ÉTICAS	90
3.4.1 Riscos e benefícios da pesquisa	91
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	93
3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PRODUTO (RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO)	98
3.7 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	98
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	100
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES	101
4.2 CONHECIMENTO DOS DOCENTES DOS NDES DA UAEADTEc ACERCA DOS ATOS NORMATIVOS INTERNOS E EXTERNOS ADOTADOS PARA A VALIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DOS PPCs	105
4.2.1 Tempo de atuação	106
4.2.2 Atos normativos	111
4.3 PERCEPÇÃO DOS GESTORES E MEMBROS DO NDE QUANTO AOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELOS NDE DA UAEADTEc PARA VALIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DE SEUS PPC	121

4.3.1 Bibliografias básicas e complementares	122
4.3.2 Fontes de informação	124
4.3.3 Critérios de qualidade	128
4.4 PERCEPÇÃO DOS PRESIDENTES E MEMBROS DO NDE E GESTORES QUANTO À COMUNICAÇÃO DOS NDE COM O SIB-UFRPE E COM OS POLOS DE APOIO PRESENCIAL, NO QUE SE REFERE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	132
4.4.1 Conhecimento sobre os acervos bibliográficos	133
4.4.2 Comunicação com as bibliotecas	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	162
APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRESIDENTES DOS NDEs DA UAEDTec	162
APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES MEMBROS DO NDE	171
APÊNDICE C – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A DIREÇÃO DO SIB-UFRPE	180
APÊNDICE D – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A COORDENAÇÃO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E REGULAÇÃO (CAPR) DA PREG/UFRPE	184
APÊNDICE E – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A SEÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DA UAEDTec	187
APÊNDICE F – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS	191
APÊNDICE G – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	195
APÊNDICE H – PRODUTO DA PESQUISA	200
ANEXO A – DECISÃO DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO, DA UAEDTec, SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	219
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	220

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Nas últimas três décadas, o Brasil tem passado por um grande processo de expansão e democratização da Educação Superior, com a criação de novos cursos e instituições de ensino, expansão da modalidade de ensino a distância e a implementação de políticas de inclusão social e ações afirmativas.

Essas políticas públicas são norteadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado através da Lei nº 13.005/2014, que traça as diretrizes para a educação superior até o ano de 2024. Por intermédio do princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 e pelas diretrizes curriculares nacionais, "estabelece a elevação da taxa de matrícula na educação superior assegurando a qualidade da oferta e da expansão"; conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Influenciadas pelo processo de globalização, as políticas públicas de avaliação para a educação superior no Brasil vêm se consolidando, de forma significativa, como um instrumento de gestão e de planejamento das ações acadêmicas e administrativas e no desenvolvimento institucional.

Atualmente, a avaliação é um dos temas que lograram mais destaque no âmbito das políticas públicas de educação, uma vez que a sociedade em seu conjunto está cada vez mais ciente de sua relevância e de suas repercussões no tocante à necessidade de alcançar melhores perspectivas de qualidade educacional, num cenário de recursos públicos cada vez mais escassos. (SILVA, 2015, p.15)

As primeiras iniciativas de avaliação no ensino superior tiveram suas origens na década de 1970 e foram capitaneadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a avaliação dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Atualmente, a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) é realizada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O SINAES foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação, presenciais e a distância, assim como, também, o desempenho acadêmico dos alunos. O Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pela coordenação de todo o sistema de avaliação, estabelecendo procedimentos e instrumentos, bem como produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, como garante transparência dos dados acerca da qualidade da educação superior a toda sociedade.

Dentre as avaliações do SINAES, há a Avaliação dos Cursos de Graduação, que consiste na realização de visitas *in loco*, por comissões especializadas nas respectivas áreas de conhecimento, considerando três dimensões do curso a ser avaliado: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Essas dimensões são avaliadas e pontuadas pela comissão, de acordo com os indicadores estabelecidos no documento Instrumentos de Avaliação de Curso de Graduação (IACG) presencial e a distância voltados para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento.

No ano de 2017, o INEP atualizou os IACG e apresentou mudanças significativas na concepção de avaliação, definindo novos critérios. Dentre as mudanças, no que concerne à avaliação da infraestrutura, o instrumento estabelece uma análise mais qualitativa e menos quantitativa para os acervos das bibliotecas, o que demanda uma reorientação do planejamento das bibliotecas universitárias no que se refere à formação e ao desenvolvimento de seus acervos.

Nesse Instrumento, foi atribuído ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), por meio de relatório de adequação, a responsabilidade de referendar a adequação para as bibliografias básicas e complementares contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC), necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, assim como avaliar a “compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC [Unidade Curricular], entre o número de vagas autorizadas [...] e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo” (BRASIL, 2017a).

Os IACG para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação categorizam a Biblioteca na dimensão Infraestrutura. Nessa dimensão, os Instrumentos avaliam: adequação, atualização, garantia de acesso aos acervos, ferramentas de acessibilidade e a quantidade de exemplares considerados compatíveis para as bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular, referendados pelo NDE. Entretanto, o INEP não dispõe de uma orientação para a elaboração do relatório de adequação, nem de critérios de julgamento para as análises quantitativa e qualitativa dessas bibliografias.

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (SIB-UFRPE), através de sua Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos, busca atender às demandas bibliográficas da comunidade acadêmica no suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os PPCs têm sido os principais instrumentos norteadores para a aquisição das bibliografias básicas e complementares para os cursos de graduação. Entretanto, a alocação dos recursos financeiros, além dos entraves burocráticos para a aquisição dessas bibliografias, torna o processo complexo.

Atualmente, o SIB é composto por: 01 Biblioteca Central e 01 Biblioteca Setorial, localizadas no *campus* Dois Irmãos (Recife), 03 bibliotecas vinculadas às Unidades Acadêmicas nos municípios de Serra Talhada, Cabo de Santo Agostinho e Belo Jardim, e 01 biblioteca escolar, ensino médio e técnico, localizada no município de São Lourenço da Mata, totalizando 06 bibliotecas.

Esta pesquisa tem como cenário a Unidade Acadêmica da UFRPE voltada para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, na modalidade Educação a Distância (EAD). A Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) foi institucionalizada no ano de 2010, através da Resolução nº 017/2010 do Conselho Universitário. Contudo, desde 2005, a UFRPE tem ofertado cursos na modalidade EAD, com a adesão ao Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio: Pró-Licenciatura.

Em 2006, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) ofertou o primeiro curso de graduação na modalidade EAD: o curso de Licenciatura em Física, através da Portaria nº 3.726, de 21 de outubro de 2005, por meio do Pró-Licenciatura. Desde então, a UFRPE destaca-se no cenário pernambucano e no âmbito Norte-Nordeste como uma das instituições pioneiras na oferta de cursos na modalidade a distância (SILVA, 2016, p. 16).

Atualmente, a UAEADTec possui 8 cursos de graduação, 2 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 2 programas de pós-graduação *stricto sensu*, contribuindo permanentemente, com a expansão do ensino superior, para o desenvolvimento do nosso Estado, levando “às regiões interioranas em que as unidades acadêmicas atuais não conseguem abranger e atendendo a demanda de conhecimento e trabalho dos municípios, minimizando a carência de profissionais qualificados nas regiões [...]” (UFRPE, 2010)

Dos 08 cursos de graduação objetos desta pesquisa, ofertados pela UAEADTec, 06 cursos são de Licenciatura, e os outros 02 cursos são de Bacharelado, conforme apresentados no quadro a seguir:

Quadro 01 -Cursos de Graduação da UAEADTec da UFRPE

Cursos de Graduação – EAD			
LICENCIATURAS		BACHARELADOS	
1	Artes Visuais	1	Administração Pública
2	Computação	2	Sistemas de Informação
3	Física		
4	História		
5	Letras – Português		
6	Pedagogia		

Fonte: (PDI/UFRPE, 2022, p. 179)

Com sede administrativa no *campus* Recife, a graduação da UAEADTec está presente em 11 polos de apoio de apoio presencial, distribuídos nas cidades pernambucanas de:

Quadro 02 - Cursos de Graduação da UAEADTec da UFRPE por polos

POLOS EM PERNAMBUCO		
Nº	Polo UAB	Cursos de graduação EAD
01	Afrânio – PE	Bacharelado em Administração Pública. Licenciaturas em: Artes Visuais; História; Letras.
02	Carpina – PE	Bacharelados em: Administração Pública; Sistemas de Informação. Licenciaturas em: Artes Visuais; Física; História; Letras.
03	Gravatá – PE	Licenciaturas em: Artes Visuais; Física; História; Pedagogia.
04	Jaboatão dos Guararapes – PE	Licenciatura em Letras Especialização em Gestão Pública Municipal.
05	Limoeiro – PE	Bacharelado em Administração Pública Licenciaturas em: Computação; Física.
06	Palmares – PE	Bacharelado em Sistemas de Informação. Licenciaturas em: História; Pedagogia.
07	Pesqueira – PE	Bacharelado em Sistemas de Informação. Licenciaturas em: História; Pedagogia.
08	Petrolina – PE	Licenciaturas em: Artes Visuais; História.
09	Recife – PE	Bacharelado em Administração Pública. Licenciaturas em: Artes Visuais; História; Computação; Letras; Pedagogia.
10	Santa Cruz do Capibaribe – PE	Licenciatura em Artes Visuais.
11	Surubim – PE	Licenciaturas em: Computação; Física; Letras.

Fonte: (PDI/UFRPE, 2022, p. 178)

Nessa perspectiva, dentre as questões que envolvem a seleção e a disponibilização de bibliografias básicas e complementares para os cursos de graduação da UAEADTec, a distribuição geográfica dos cursos ofertados e a qualidade e a quantidade dos acervos disponibilizados nas bibliotecas dos polos de apoio presencial são um grande desafio ao atendimento das demandas bibliográficas de sua comunidade acadêmica.

Outro desafio consiste em compreender que a adoção de biografias para compor planos de aula de disciplina e de PPC não é uma função isolada, com fim em si mesma, pois ela reflete e esbarra nos processos acadêmicos e administrativos de uma IES. “Entender a relação existente entre a bibliografia das disciplinas e a universidade, reside em compreender todo o funcionamento do ensino superior, bem

como a sua estrutura voltada à formação de conhecimento e a prática científica em sociedade” (FERREIRA, 2014, p. 23).

1.2 MOTIVAÇÃO E QUESTÃO NORTEADORA DA PESQUISA

A motivação para esta pesquisa surgiu a partir das inquietações que vivenciei enquanto bibliotecária documentalista e gestora do SIB-UFRPE, nos processos de avaliação institucional para reconhecimentos e renovação de reconhecimentos de cursos de graduação, no que se refere à compatibilização das bibliografias disponíveis nas bibliotecas do SIB-UFRPE e das bibliografias elencadas nos PPCs.

Dentre as várias inquietações, os critérios utilizados pelos docentes para indicação das bibliografias básicas e complementares de cursos de graduação na modalidade EAD sempre mereceu destaque, tendo em vista as questões geográficas, as quais dificultam o acesso dos discentes às bibliografias físicas disponibilizadas nas bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE, além das dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas dos polos de apoio presencial no que tange à formação, desenvolvimento e gerenciamento de seus acervos.

Tais inquietações não se aplicam aos cursos de graduação presenciais, uma vez que as bibliografias, físicas, básicas e complementares requeridas pelos docentes para suprir as demandas de ensino, pesquisa e extensão são adquiridas e disponibilizadas nas bibliotecas que atendem diretamente aos cursos solicitantes.

Considerando os fatores expostos, esta pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora: Como os NDEs dos cursos de graduação da UAEADTec da UFRPE têm atuado na validação das bibliografias básicas e complementares no processo de construção, consolidação e atualização dos PPCs?

1.3 JUSTIFICATIVA

A avaliação institucional é um instrumento de planejamento que visa à qualidade e à melhoria dos serviços e produtos ofertados à sociedade, sendo, portanto, necessária a construção colaborativa entre o planejamento, a avaliação e a

execução das etapas e dos atores envolvidos no processo de avaliação de cursos de graduação, bem como na aquisição do material bibliográfico.

As referências bibliográficas constantes nos PPCs dos cursos superiores, permeiam diferentes processos dentro da IES (administrativo, financeiro, educacional), sendo de significativa importância no processo de ensino-aprendizagem nas UCs dos cursos, merecendo em sua elaboração, atenção e empenho, a fim de cumprirem seu propósito dentro da formação dos discentes. (SILVA, 2021, p. 117).

Deve-se ter em vista que o planejamento e a execução inadequados em quaisquer das fases desse processo poderá resultar em avaliação insatisfatória dos cursos de graduação, comprometimento do ensino-aprendizagem, da prática de ensino e uso ineficiente dos recursos orçamentários, com a aquisição de materiais bibliográficos que não atendam diretamente às demandas da comunidade acadêmica.

Diante desse cenário, percebe-se a necessidade de uma construção colaborativa no processo de planejamento, avaliação e execução das etapas e dos atores envolvidos no processo de avaliação de cursos de graduação e na aquisição do material bibliográfico, visando a formação de acervos bibliográficos que estejam em consonância com os PPCs.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

- Analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE.

1.4.2 Objetivos específicos

- Verificar o conhecimento dos docentes dos NDEs da UAEADTec acerca dos atos normativos internos e externos adotados para a validação das bibliografias dos PPCs;

- Identificar os critérios utilizados pelos NDEs da UAEADTec para validação das bibliografias básicas e complementares de seus PPCs;
- Compreender como é realizada a comunicação dos NDEs com o SIB-UFRPE e com os polos de apoio presencial, no que se refere à aquisição de materiais bibliográficos.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, e cada capítulo está subdividido por seções e subseções que discorrem e aprofundam sobre a temática proposta.

O primeiro capítulo apresenta a contextualização e a definição do problema, a motivação e a questão norteadora, bem como a justificativa e os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo constitui o referencial teórico e contempla cinco seções. A primeira seção contempla a avaliação das instituições de Ensino Superior, onde são discutidos os Instrumentos de Avaliação do SINAES e a importância do NDE na construção do PPC. A segunda seção versa sobre os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. A terceira seção apresenta os principais instrumentos para o planejamento acadêmico das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A quarta seção discorre sobre a biblioteca universitária como elemento sistêmico para a consolidação das IFES. A quinta e última seção aborda as fontes de informação científica e seus critérios de qualidade.

O terceiro capítulo expõe os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, evidenciando: o caminho percorrido nesta construção que vem caracterizando a pesquisa; a descrição do cenário e dos sujeitos da pesquisa; os instrumentos de coleta de dados utilizados; a apresentação das questões éticas, com destaque para os riscos e os benefícios da pesquisa; os procedimentos de análise e interpretação de dados; os procedimentos metodológicos para a elaboração do produto; e, por último, uma síntese dos procedimentos metodológicos.

No quarto capítulo, são apresentados os dados coletados na pesquisa, por meio da sua organização e discussão, com base nas categorias de análise, elaboradas a partir dos objetivos propostos e do referencial teórico.

O quinto capítulo traz as considerações finais deste estudo, com reflexões e recomendações para pesquisas futuras.

Em seguida, estão listadas as referências bibliográficas utilizadas na construção da pesquisa.

Por fim, finalizando a estrutura do trabalho, estão os apêndices e os anexos, com destaque para o produto da dissertação elaborado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, tratando de conceitos e teorias que darão suporte aos eixos temáticos que fundamentaram o trabalho. Para tanto, aborda os seguintes temas, a saber: A avaliação das instituições de Ensino Superior (os Instrumentos de Avaliação do SINAES e a importância do NDE na construção do PPC); os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância; os instrumentos para o planejamento acadêmico das IFES; A biblioteca universitária como elemento sistêmico para a consolidação das IFES e as fontes de informação científica (critérios de qualidade).

2.1 AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Avaliação é um tema bastante complexo. De acordo com Lancaster (1996), seu conceito está associado ao ato de medir o valor, de mérito de um objeto ou de uma ação, de identificar problemas, objetivando buscar alternativas de soluções que ajudem na tomada de decisões. Ao discutir a natureza prática da avaliação, o autor também destaca que “Uma avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas para reunir dados úteis para as atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”(LANCASTER, 1996, p.1).

No ciclo das funções administrativas, a avaliação é uma das ações essenciais no processo de controle. Esse processo consiste em assegurar que os objetivos traçados inicialmente na função de planejamento sejam alcançados, identificando falhas e apontando ações corretivas.

Nessa perspectiva, Almeida (2000, p.35) considera que “[...] avaliação institucional representa a aplicação dessa teoria no ambiente organizacional da universidade e também na biblioteca”.

Para Gontijo (2016, p.196):

A avaliação institucional está para além dos resultados e visa ao autoconhecimento da IES, de forma a orientar a gestão no processo de tomada de decisões apontando aspectos que podem ser considerados pontos fortes da instituição e outros a serem melhorados, superando suas fragilidades e objetivando o aperfeiçoamento dos processos desenvolvidos no âmbito da instituição.

Com foco no aperfeiçoamento do planejamento de processos acadêmicos e administrativos, a avaliação institucional deve servir não apenas para identificar os problemas, mas também buscar alternativas e soluções. Lubisco (2019, p.677) considera que é através das avaliações “que se pode verificar se o planejamento elaborado pela universidade e fixado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) vem sendo cumprido e quais as suas falhas e êxitos.”

As políticas públicas de avaliação para a educação superior no Brasil, portanto, vêm se consolidando significativamente como um instrumento de gestão e de planejamento das ações acadêmicas e administrativas e de desenvolvimento das IES.

Nunes (2017), corroborando essa mesma compreensão, destaca que a avaliação institucional é uma ferramenta imprescindível para o planejamento das IES, pois seu objetivo é melhorar a instituição a partir da identificação e da compreensão de suas falhas e lacunas para:

a partir daí vencer os obstáculos, promovendo, dessa forma, o crescimento da instituição e da comunidade acadêmica envolvida. Articulada ao planejamento, pode se constituir em uma ação efetiva que assegure o desenvolvimento de uma instituição de ensino superior.” (NUNES, 2017, p.374).

A avaliação das IES está estabelecida no artigo 9º, incisos VI e IX, da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), quando determina ser de competência da União:

Art. 9º. [...]

[...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; [...] IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Entretanto, as primeiras iniciativas de avaliação institucional no ensino superior no Brasil remontam à década de 70, durante o período militar, quando a CAPES instituiu políticas de avaliação voltadas especificamente para os cursos de pós-graduação, cursos de mestrado e doutorado.

No que se refere à avaliação institucional voltada aos cursos de graduação no Brasil, em 1983, foi instituído o Programa de Avaliação da Reforma Universitária

(PARU), sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esse programa, através da metodologia do estudo de caso, mesmo limitado pelas indicações técnicas e legais para a avaliação das instituições, almejava o levantamento de dados junto às IES – coleta de dados descritivos e percepção dos atores institucionais – para disseminar informações no setor, visando construir um diagnóstico, a construção de indicadores e a formulação de propostas para melhoria da educação superior brasileira (SILVA, 2015, p.158).

Em 1985, no contexto da redemocratização do país, foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), com a finalidade de propor uma nova política para a educação superior, defendendo uma maior autonomia universitária. Como continuidade dos trabalhos desenvolvidos por essa comissão, em 1986, foi instituído o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), que tinha como objetivo a reformulação do ensino superior no Brasil. De acordo com Maia (2015, p.106), o processo de avaliação apresentado pelo GERES deveria “contemplar duas vertentes básicas: a avaliação do desempenho institucional e a avaliação da qualidade do curso oferecido”.

Em 1993, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que se constituiu como “a primeira tentativa de implantação de um sistema nacional de avaliação institucional da educação superior no país. [...] e caracterizou-se como uma resposta ao movimento realizado pelas universidades públicas brasileiras, referente ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional que fosse centrado na graduação”(POLIDORI, 2006, p.427).

O Exame Nacional de Cursos, também conhecido como “Provão”, tinha como objetivo a avaliação dos cursos de graduação pelos resultados do desempenho dos alunos, e compreendeu o período de 1996 até 2003. De caráter obrigatório para a obtenção do diploma, “constituiu-se como uma avaliação periódica anual das instituições e dos cursos de nível superior de graduação, e teve como função avaliar os conhecimentos e competências técnicas adquiridas pelos estudantes em fase de conclusão dos cursos de graduação.” (POLIDORI, 2006, p.429).

Em 2004, sob a coordenação e a supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a operacionalização do INEP, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação - SINAES, através da Lei nº 10.861, regulamentado posteriormente pela Portaria Ministerial nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

O SINAES é fruto de discussões realizadas com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil, organizadas por intermédio da Comissão Especial de Avaliação da avaliação superior, instituída em 2003.

Art. 1º [...]

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004)

O SINAES é formado por três processos avaliativos: a Avaliação das Instituições de Ensino Superior, a Avaliação dos Cursos de Graduação e o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Cabe ao INEP, sob coordenação e supervisão da CONAES, gerenciar todo o sistema de avaliação, estabelecendo procedimentos e instrumentos, bem como:

[...] produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia tanto o processo de regulamentação, exercido pelo Ministério da Educação (MEC), como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade (BRASIL, 2018)

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais”, e como componentes obrigatórios, segundo o que estabelece o art. 3º da lei nº 10.861/2004:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional; II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão [...]; III – a responsabilidade social da instituição [...]; IV – a comunicação com a sociedade; V – as políticas de pessoal [...]; VI – organização e gestão da instituição [...]; VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, **biblioteca**, recursos de informação e comunicação; VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; IX – políticas de atendimento aos estudantes; X – sustentabilidade financeira [...] (BRASIL, 2004, grifo nosso)

A avaliação das instituições se processa sob duas modalidades: a auto avaliação e a avaliação externa *in loco*, que poderá ser presencial ou virtual.

- 1) **a auto avaliação**, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação elaborado pelo Inep e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); 2) **a avaliação externa**, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e nos relatórios das autoavaliações (NUNES, 2017, p.276).

A avaliação dos cursos de graduação é realizada através de visitas *in loco* por comissões especializadas nas respectivas áreas de conhecimento, considerando três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura. Essas dimensões são avaliadas e pontuadas de acordo com os indicadores estabelecidos nos IACG presencial e a distância para autorização, reconhecimento e renovação de conhecimento. A avaliação de cursos de graduação tem por objetivo, consoante dispõe o *caput* do art. 4º da lei nº 10.861/2004, “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004).

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada através do ENADE (que substitui o antigo “Provão”), aplicado periodicamente, e por amostras aos discentes dos últimos anos de todos os cursos de graduação. Tem como objetivo aferir, de acordo com o art. 5º da supramencionada lei:

o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.(BRASIL, 2004).

A avaliação das instituições e a avaliação dos cursos de graduação são orientadas por Instrumentos de avaliação, publicados pelo INEP, a partir de diretrizes estabelecidas pelo MEC e seus órgãos competentes, com foco no credenciamento, credenciamento e transformação de organização acadêmica, no que se refere à avaliação das instituições, e foco na autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para a avaliação dos cursos de graduação.

Os resultados dessas avaliações, para além de mensuração, possibilitam que as IES busquem a melhoria da qualidade da gestão administrativa e acadêmica, pois, de acordo com Issy (2012, p. 13):

A avaliação institucional passa a se constituir como um processo que se institucionaliza para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão e já não deve ser vista como mais uma ferramenta de controle da gestão, pois seu objetivo é subsidiar a gestão, oferecendo um diagnóstico para uma possível tomada de decisão, cuja meta a ser alcançada é a promoção de maior qualidade no ensino, justamente por permitir a criação de medidas favoráveis à otimização da formação dos estudantes de nível superior.

2.1.1 Instrumentos de avaliação do SINAES

Os instrumentos de avaliação subsidiam as comissões de avaliação externa *in loco*, no processo de avaliação das instituições e dos cursos de graduação. São utilizados para acompanhamento e monitoramento da qualidade do que é ofertado pelas IES e têm como finalidade primeira a regulação e a supervisão da educação superior de cursos para as modalidades presenciais e a distância. Todavia, contemplam indicadores específicos às demandas da EAD.

De acordo com a Nota Técnica nº 16/2017 da Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior da Diretoria de Avaliação da Educação Superior, é de responsabilidade do INEP “elaborar os instrumentos de avaliação externa, a partir de diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação (MEC) [...] conceber, planejar, coordenar e operacionalizar a avaliação” (BRASIL, 2017e).

Esses instrumentos são de acesso público e disponibilizados integralmente no site do INEP. São sujeitos a alterações, novas inserções e exclusões, “sempre que houver necessidade de atualização, justificada por análise técnica dos seus resultados e em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SiNAES” (BRASIL, 2017a).

Os instrumentos vigentes foram revisados em outubro de 2017 e passaram por significativas modificações, com o objetivo de atender às novas demandas impostas às instituições e aos cursos.

[...]as modificações nos instrumentos avaliativos atendem às necessidades apontadas pelos estudos realizados e pelas novas legislações, e permitem o respeito à diversidade das IES em função da organização acadêmica e administrativa, o equilíbrio entre medidas de resultados e de processos e a clareza entre os indicadores e a indução de qualidade pretendida. (BRASIL, 2017e).

Sob a perspectiva da regulação e da supervisão da IES, a avaliação externa *in loco* é guiada por meio de quatro instrumentos, categorizados como atos de autorização e os atos de regulação, também denominados atos de permanência. Os atos autorizativos tratam do credenciamento das instituições e da autorização de cursos de graduação, enquanto que os atos regulatórios ou atos de permanência tratam do credenciamento e da transformação de organização acadêmica, no que pertine às instituições, e do reconhecimento e renovação de reconhecimento, no que se refere aos cursos de graduação, de ambos.

Segundo Sousa (2018, p.90), os instrumentos de avaliação, “de acordo com os atos autorizativos e regulatórios servem para verificar se o planejamento elaborado pela universidade e fixado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) vem sendo cumprido e quais as suas falhas e êxitos.” Para uma melhor compreensão dessa discussão, recorreremos a Sousa (2018, p.89) que estabelece a seguinte categorização sistematizada no quadro 3.

Quadro 03 - Instrumentos de avaliação INEP 2017

	ATOS AUTORIZATIVOS	ATOS REGULATÓRIOS
INSTITUIÇÃO	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – Credenciamento. *	Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância – Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica. **
CURSO	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Autorização. ***	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento. **

Legenda: * Abrange faculdades privadas; ** Abrange faculdades, centros universitários e universidades; **públicas ou privadas**; *** Abrange faculdades, centros universitários e universidades **privadas**;

Fonte: (SOUSA, 2018, p.89)

A avaliação externa *in loco* para as instituições é constituída por dois Instrumentos: os Instrumentos de Avaliação Institucional Externa: Presencial e a Distância para fins de Credenciamento; e os Instrumentos de Avaliação Institucional Externa: Presencial e a Distância, para fins de credenciamento e a transformação da organização acadêmica. Tanto o processo de avaliação para o credenciamento, quanto para o credenciamento e a transformação da organização acadêmica transcorrem:

[...] dentro de um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pela IES, relacionadas à realidade encontrada durante a visita. É gerado, assim, o Conceito Institucional – CI, graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. (BRASIL, p. 2017d, p.5).

Os Instrumentos de Avaliação Institucional Externa *in loco* processam a avaliação sob cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura. Esses eixos contemplam 10 dimensões, previstas no art. 3º da lei nº 10.861/2004, a saber:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional; II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão [...]; III – a responsabilidade social da instituição [...]; IV – a comunicação com a sociedade; V – as políticas de pessoal [...]; VI – organização e gestão da instituição [...]; VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, **biblioteca**, recursos de informação e comunicação; VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; IX – políticas de atendimento aos estudantes; X – sustentabilidade financeira [...] (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Categorizado e avaliado no eixo 5 Infraestrutura, a biblioteca, como objeto de avaliação Institucional Externa, é representada nos indicadores 5.9 e 5.10, que trata da estrutura física disponibilizada e do plano de atualização do acervo. No que se refere a acervos e bibliografias disponibilizadas para a comunidade acadêmica, os instrumentos atentam apenas para a existência e a execução de um plano de atualização de acervo, sem definição de critérios e diretrizes quantitativa e qualitativa. Nos quadros 4 e 5, são apresentados os critérios de análise e os conceitos atribuídos à biblioteca pelos instrumentos vigentes.

Quadro 04 - Indicador 5.9 Bibliotecas: infraestrutura

(continua)

Conceito	Critério de análise
1	A infraestrutura para bibliotecas não atende às necessidades institucionais.
2	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, mas não apresenta acessibilidade, ou não possui estações individuais e coletivas para estudos ou recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.

Quadro 04 - Indicador 5.9 Bibliotecas: infraestrutura

(conclusão)

3	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, e possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.
4	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo e fornece condições para atendimento educacional especializado
5	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos inovadores.

Fonte: (BRASIL, 2017c, p. 28)

Quadro 05 - Indicador 5.10 Bibliotecas: plano de atualização do acervo

Conceito	Critério de análise
1	Não há plano de atualização do acervo descrito no PDI.
2	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, mas não há viabilidade para sua execução.
3	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos.
4	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos e ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica.
5	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a previsão de dispositivos inovadores.

Fonte: (BRASIL, 2017c, p. 28)

No que se refere à avaliação dos cursos de graduação *in loco* para os graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado, essa acontece à luz de dois outros Instrumentos, a saber: IACG Presencial e a Distância, para fins de autorização, e os IACG Presencial e a Distância, para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

A partir da entrada das instituições de ensino superior (IES) no Sistema Federal de Ensino, os cursos de graduação devem ter **autorização** para iniciar suas atividades, para depois receberem o **reconhecimento** do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos graduados. Posteriormente, de

acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a **renovação do reconhecimento**, necessário para a continuidade da oferta (BRASIL, 2017b, p.5).

Os IACG norteiam os avaliadores quanto às condições de ensino ofertadas pela IES sob três dimensões estabelecidas pelo SINAES e constantes nos PPCs, que são a Organização Didático-Pedagógica, o Corpo Docente e Tutorial e a Infraestrutura.

Nos IACG, a **Biblioteca** também é objeto de avaliação na dimensão Infraestrutura nos indicadores 3.6 e 3.7. De forma geral, esses indicadores avaliam a disponibilização, o acesso, a atualização, a acessibilidade e a adequação das bibliografias básicas e complementares elencadas no Projeto Pedagógico do curso avaliado.

Destacamos que os critérios de análise utilizados para as bibliografias básicas são os mesmos utilizados para as bibliografias complementares, e esses também se repetem nos dois instrumentos de avaliação. Os critérios de análise e os conceitos são os apresentados no quadro 06 abaixo.

Quadro 06 - Indicadores 3.6 e 3.7 utilizados para avaliação das bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular

(continua)

Conceito	Critério de análise
1	<p>O acervo físico não está tombado e informatizado; ou o virtual não possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários; ou pelo menos um deles não está registrado em nome da IES.</p> <p>Ou o acervo da bibliografia básica não é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC, ou não está atualizado, considerando a natureza das UC.</p> <p>Ou, ainda, não está referendado por relatório de adequação, ou não está assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.</p>

Quadro 06 - Indicadores 3.6 e 3.7 utilizados para avaliação das bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular

(continua)

Conceito	Critério de análise
2	<p>O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.</p> <p>O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.</p> <p>Porém, não está referendado por relatório de adequação, ou não está assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.</p> <p>Ou, nos casos dos títulos virtuais, não há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, ou de ferramentas de acessibilidade ou de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.</p>
3	<p>O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.</p> <p>O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.</p> <p>Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.</p> <p>Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.</p>

Quadro 06 - Indicadores 3.6 e 3.7 utilizados para avaliação das bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular

(continua)

Conceito	Critério de análise
4	<p>O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.</p> <p>O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.</p> <p>Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.</p> <p>Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.</p> <p>O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.</p>

Quadro 06 - Indicadores 3.6 e 3.7 utilizados para avaliação das bibliografias básicas e complementares por Unidade Curricular

(conclusão)

Conceito	Critério de análise
5	<p>O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES.</p> <p>O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.</p> <p>Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.</p> <p>Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.</p> <p>O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC.</p> <p>O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.</p>

Fonte: BRASIL (2017, p. 34-35)

Sem a intenção de realizar um comparativo com os IACG anteriores a 2017, mas compreendendo a importância de levantar algumas reflexões e/ou ponderações iniciais, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, destacamos três alterações significativas sobre a análise das bibliografias básicas e das bibliografias complementares.

Primeiramente, observa-se a ausência de critérios quantitativos em substituição a critérios qualitativos, considerando que os IACG anteriores apresentavam uma métrica para as bibliografias a serem disponibilizadas, conforme o quadro 7, a seguir.

Quadro 07 - Critério de análise das bibliografias básicas, complementares e periódicos especializados estabelecidos nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação (2015)

Indicador	Critério de análise para conceito 5
Bibliografia básica	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo.
Bibliografia complementar	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
Periódicos especializados	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: Brasil(2015, p.31-32)

Como podemos observar, em relação ao quantitativo de títulos, os IACG anteriores estabeleciam, no mínimo, 3 títulos para a bibliográfica básica e, no mínimo, 5 títulos para a bibliografia complementar de cada Unidade Curricular. Quanto aos exemplares, era estipulada uma oferta de 01 (um) exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas no caso das bibliografias básicas. No caso das bibliografias complementares, o cálculo determinava que cada título deveria possuir, no mínimo, 02 (dois) exemplares ou possuir acesso virtual.

Nos instrumentos anteriores havia um padrão de resposta que remetia a uma série de cálculos relacionados a uma medida direta do que se buscava aferir. Nos atuais, a maioria dos critérios de análise totalmente quantitativos e objetivamente mensuráveis **foram alterados para qualitativos** (BRASIL, 2017e grifo nosso).

Outra mudança significativa foi a exclusão dos periódicos especializados como um critério de análise específico, como se apresentavam anteriormente. Nos IACG vigentes (2017), esses foram incorporados como um critério aditivo nos indicadores para bibliografia básica e complementar para os conceitos 4 (quatro) e 5 (cinco).

Além das alterações realizadas na análise das bibliografias básicas, complementares e nos periódicos especializados, os IACG vigentes transferiram para o NDE a responsabilidade de referendar os critérios quantitativos e qualitativos, através de um relatório de adequação.

Os indicadores 3.6 - Bibliografia básica por Unidade Curricular e 3.7 - Bibliografia complementar por Unidade Curricular, por exemplo, **trazem a participação do NDE referendando a adequação do acervo da**

bibliografia em relação às unidades curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos). Dessa forma, respeitada a autonomia da IES e dos seus docentes, o NDE, na sua atribuição prevista no Art. 2º, inciso II, da Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, de zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, assume protagonismo nesse quesito.”(BRASIL, 2017e, grifo nosso).

É importante destacar que a maioria dos PPCs atualmente vigentes nas IES não foram elaborados ou atualizados sob a perspectiva desses novos critérios de análise estabelecidos nos atuais IACG, tendo em vista que, assim como a implantação e a normatização dos NDEs nos cursos de graduação, são orientações recentes que impactam o complexo processo de elaboração ou a utilização de PPCs.

Entretanto, é necessário compreender que a escolha das bibliografias básicas e complementares que integram os componentes curriculares estabelecidas nos PPC repercutem diretamente na avaliação externa dos cursos de graduação realizada pelo INEP. Faz-se necessário que os atores envolvidos no processo de avaliação institucional conheçam os instrumentos que normatizam o tema e compreendam o impacto das escolhas bibliográficas no planejamento acadêmico e administrativo da IES.

2.1.2 Núcleo Docente Estruturante como instância deliberativa na construção do PPC

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão colegiado instituído pelo MEC, através da Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007b), com o “intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação”. Essa portaria dispõe, no seu art. 2º, sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em Direito e Medicina, e estabelece a

indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: “a) com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente na instituição e em outras instituições. (BRASIL, 2007b).

A partir de 2008, os IACG inseriram, na Dimensão 2º que trata do Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo, o NDE entre os indicadores avaliados tendo como critério de análise sua composição, titulação e formação acadêmica e regime de trabalho. De acordo com Vieira (2015), essa inserção do NDE como “requisito legal” gerou discordâncias nas IES por falta de amparo legal, o que foi dirimido com a publicação da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010.

Em 2010, o Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) normatiza o NDE, com a publicação da Resolução nº 01, de 17 de junho, e estabelece como atribuições acadêmicas o “acompanhamento, de forma atuante no processo de concepção, consolidação e a contínua atualização do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2010a). Em seu art.2º, acrescenta, ainda, ser atribuições do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Quanto à composição dos NDEs, o CONAES recomenda que esses devem:

I - ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; IV - assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE, de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso. (BRASIL, 2010a)

De acordo com o CONAES, o NDE é um “bom indicador da qualidade de um curso de graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico”, diferenciando-o dos colegiados de cursos por esses possuírem primordialmente um papel administrativo, que se sobrepõe “à necessária reflexão sobre a qualidade acadêmica do curso” (BRASIL, 2010a).

Seguindo as premissas estabelecidas pelo CONAES, a UFRPE, através da Resolução nº 65/2011 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, aprovou a criação e regulamentou a implantação dos NDEs em seus cursos de graduação, estabelecendo o NDE como um "órgão consultivo responsável pela concepção do

Projeto Pedagógico de Curso e tem por finalidade, a atualização e revitalização do mesmo” (UFRPE, 2011).

Em 2017, com a atualização dos IACG presencial e a distância, o NDE passou a protagonizar um papel estratégico no processo da avaliação institucional de cursos. Dentro da abrangência de seu papel nesse processo, foi atribuído ao NDE a responsabilidade de referendar, através de relatório, a adequação das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPC de graduação, bem como avaliar a “compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC [Unidade Curricular], entre o número de vagas autorizadas [...] e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo” (BRASIL, 2017b).

De acordo com Lubisco e Sousa (2019, p. 686), os IACG atribuíram aos NDEs a função de:

[...] realizar uma espécie de ‘revisão por pares’, avaliando se os títulos indicados no Plano de Ensino evitam: duplicidade de conteúdos, exagero de indicações, desatualização das indicações ou, ainda, se faltam títulos primordiais daquele assunto [...]

Recentemente, em outubro de 2022, a UFRPE, através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), ao publicar o Regulamento Geral da Graduação, ratificou as atribuições do NDE e destacou a importância deste “acompanhar sistematicamente o desempenho do curso considerando os indicadores de qualidade da graduação” (UFRPE, 2022, p.14).

De acordo com Matias (2020), o NDE foi inserido nos instrumentos de avaliação como um requisito, uma exigência legal para os processos de Autorização e Renovação de Reconhecimento de Cursos de Graduação presenciais e a distância, especialmente no que se refere à validação das bibliografias básicas e complementares elencadas nos PPCs.

O Núcleo Docente Estruturante das Instituições de Ensino Superior no Brasil [...] surge em meados de 2010 para atender requisitos normativos e legais estabelecidos pelo MEC direcionados à avaliação de cursos de graduação de incumbências do Sistema Federal em Instituições de Ensino públicas federais e privadas. (MATIAS, 2020, p.118)

2.2 REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Nas últimas três décadas, o Brasil tem passado por um grande processo de expansão e democratização da Educação Superior, com a criação de novos cursos e instituições de ensino, a implementação de políticas de inclusão social e ações afirmativas, além da expansão da modalidade de ensino a distância.

No Brasil, o respaldo legal para a oferta de cursos na modalidade a distância foi estabelecido com a promulgação da LDB, em 1996, que apresentou critérios e diretrizes iniciais para a oferta de cursos EAD.

A ideia básica de educação a distância é muito simples: alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Estando em locais distintos, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informações e lhes proporcionar um meio para interagir. (MOORE; KERSLEY, 2008, p.01).

O MEC, através do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em seu art. 1º, define EAD como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017f).

A expansão da EAD no Brasil tem propiciado o acesso e a democratização do conhecimento em proporções cada vez maiores. O estabelecimento de princípios, diretrizes e critérios que almejem a oferta de cursos de qualidade e com condições básicas para o seu desenvolvimento é de fundamental importância para as IES.

Visando o planejamento e o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância com qualidade, a Secretaria de Educação à Distância do MEC "instituiu em 2002, uma comissão de especialistas, com o objetivo de definir parâmetros e orientar as instituições sobre as condições de oferta nesta modalidade de ensino". Como base no relatório dessa comissão, em 2003, foi publicado o documento "Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância", com o objetivo de "apresentar referenciais que orientem alunos, professores, técnicos e gestores na busca por maior qualidade dessa forma de educação ainda pouco explorada no Brasil." (BRASIL, 2003, p.2).

Em 2007, em um cenário normatizado por atos legais e políticas públicas mais claras voltadas às EAD, foi publicada a segunda versão dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.

Elaborado a partir de discussão com especialistas do setor, com as universidades e com a sociedade, ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade (BRASIL, 2008a, p.156)

Apesar de não ter força de lei, os Referenciais de Qualidade consistem em uma ferramenta de grande importância para a expansão com qualidade do Ensino Superior a Distância no Brasil, pois “circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007”(BRASIL, 2007a, p.2).

Para Mancini (2019, p.81), os Referenciais se constituem como ferramenta norteadora para o governo no que se refere à regulação, supervisão e avaliação dos cursos em EAD, enquanto que, para os gestores das instituições, serve como um orientador para a elaboração de PPC nessa modalidade.

Apesar da complexidade e das especificidades dos cursos superiores na modalidade a distância, a elaboração e a reformulação dos PPC perpassam, necessariamente, três dimensões essenciais e interdependentes, que são:os aspectos pedagógicos, os recursos humanos e a infraestrutura. De acordo com os Referenciais, (BRASIL, 2007a, p.7), essas dimensões precisam contemplar,necessariamente, os seguintes tópicos:

- (i) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- (ii) Sistemas de Comunicação;
- (iii) Material didático;
- (iv) Avaliação;
- (v) Equipe multidisciplinar;
- (vi) Infraestrutura de apoio;
- (vii) Gestão Acadêmico-Administrativa;
- (viii) Sustentabilidade financeira.

No que se refere à disponibilização de bibliografias, desde a primeira edição, os Referenciais de Qualidade destacam a necessidade da existência de bibliotecas nos polos de apoio presencial que atendam às demandas bibliográficas de seus discentes, além do material didático utilizado.

De acordo com o Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância vigente, as bibliotecas dos polos devem:

[...] possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação a distância, **o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado em diferentes mídias**. É importante, também, que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas on-line, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo.” (BRASIL, 2007a, p.26, grifo nosso).

2.3 PLANEJAMENTO ACADÊMICO DAS IES: PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

Nas organizações públicas ou privadas, o planejamento é uma ferramenta imprescindível para alcançar com eficiência e eficácia os objetivos traçados por uma organização. Para Chiavenato (2015, p.33), o planejamento é a base para as demais funções administrativas, “pois determina, antecipadamente, o que se deve fazer, quais os objetivos a serem atingidos, quais controles serão adotados e que tipo de gerenciamento será pertinente para alcançar resultados”. No caso das IES, não é diferente.

Assim como em outras organizações, as IES necessitam de um planejamento adequado, com vistas aos objetivos institucionais definidos previamente no que concerne às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Isso porque, apesar de gozarem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão, conforme prevê o artigo 207 da Constituição, as IES estão sujeitas a mecanismos de fiscalização e controle por parte do governo federal e da sociedade civil.

Nesse sentido, Sousa (2018) afirma que:

A prerrogativa que o governo tem de regular, supervisionar e avaliar o Sistema do Ensino Superior deve ser realizada através do planejamento, onde constam os objetivos a serem alcançados pela instituição. Trata-se de uma função administrativa primordial, devido à diversificação de ações que uma organização de ensino superior necessita para cumprir suas finalidades

quanto à construção de conhecimento, seja pelo ensino, pela pesquisa ou pela extensão.(SOUSA, 2018, p.75).

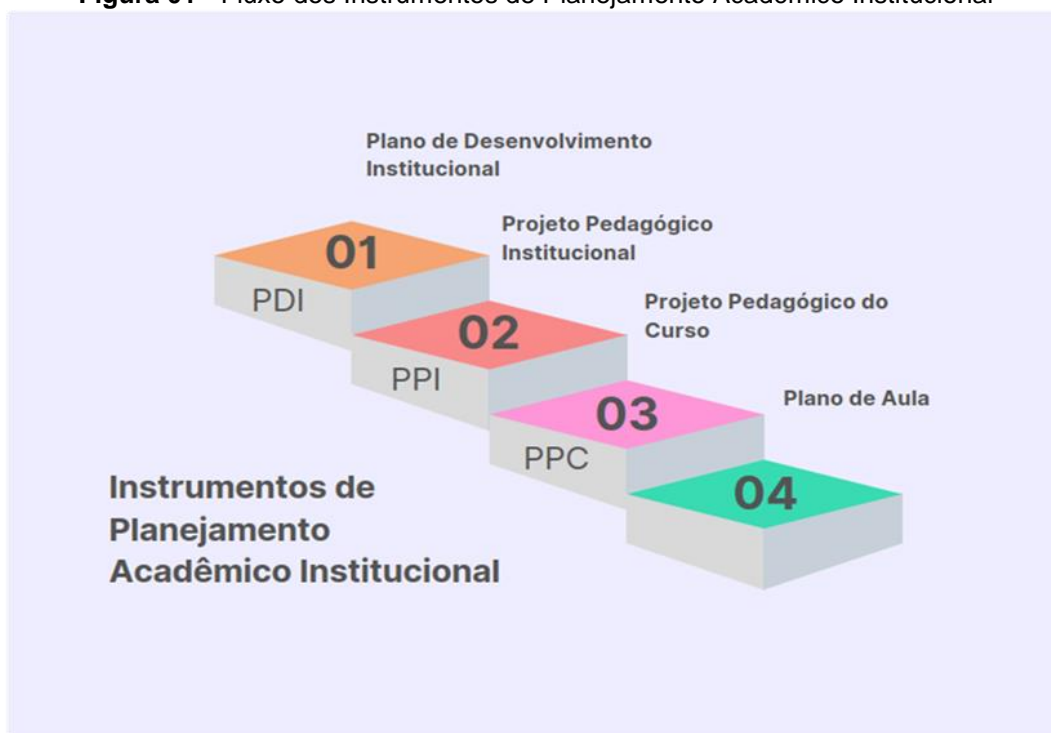
O planejamento de curso de EAD nas IES é uma atividade bastante complexa e dinâmica, compreendendo um elevado investimento para sua implantação. No que diz respeito à criação da infraestrutura necessária:

produção de material didático, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de pólos de apoio presencial e na disponibilização dos demais recursos educacionais, assim como na implantação (metodologia e equipe) da gestão do sistema de educação a distância (BRASIL, 2007, p.30).

Assim, as bibliotecas universitárias precisam conhecer e adotar os instrumentos de planejamento e gestão da instituição para que a oferta de seus serviços, acervos e produtos estejam em sintonia com os objetivos estratégicos de sua IES.

No âmbito das IES, do SINAES e das políticas públicas para a avaliação da educação superior, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os PPC são documentos basilares que devem estar articulados entre si, pois representam o planejamento e gestão, a organização e orientação pedagógica da Instituição e dos cursos, respectivamente, com o intuito de proporcionar uma formação com qualidade.

Segundo Sousa (2018, p.76), esses documentos se constituem nos “principais instrumentos de planejamento acadêmico, na organização da educação superior, são requeridos pela LDB 9.394 de 1996 e formam um fluxo que resulta na integração dos pilares da educação superior: ensino, pesquisa e extensão”, conforme ilustramos na figura abaixo.

Figura 01 - Fluxo dos Instrumentos de Planejamento Acadêmico Institucional

Fonte: A autora (2022).

A figura acima mostra que o planejamento acadêmico institucional de uma IES deve ser realizado de forma concatenada com os demais instrumentos que constituem o processo de ensino-aprendizagem. Essa relação entre os instrumentos, entretanto, não procura demarcar uma relação de dependência e hierarquia, mas a necessidade de uma integração que possibilite uma construção coletiva.

De acordo com Brasil (2006, p.34), dois desafios devem ser superados pelas IES na construção coletiva de seus projetos e planos:

- 1) a conjugação do PPI com os PPC, considerando que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da IES; 2) o PDI, em consonância com o PPI, deve apresentar a forma como a IES pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos, e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e ao desenvolvimento das ações propostas.

Esses documentos se constituem em instrumentos de planejamento acadêmico e administrativo e devem refletir as características e as especificidades das IES no que concerne à organização acadêmica, a inserção regional, nacional e internacional à qual possa estar vinculada, bem como necessitam estar respaldadas nos atos legais e normativos em vigor.

Nesse aspecto:

A correlação pedagógica entre as estruturas de planejamento (PDI, PPC, Matriz curricular e Plano de ensino) da universidade promovem uma melhor articulação entre os ambientes administrativos, pedagógico e científico da universidade, onde o tempo gasto em sala de aula poderá ser aproveitado com agilidade pelos docentes e discentes nos objetivos propostos pelo planejamento macro e micro do ambiente universitário. (SOUSA, 2018, p.80).

Ainda nessa perspectiva, é importante ressaltar que:

O PDI traz a caracterização geral da IES em caráter descritivo, denso, nomeando parte a parte toda a constituição administrativa, pedagógica e de pessoas que determinam o perfil da IES. Do PDI emanam as diretrizes norteadoras do agir institucional, conjuntamente ao Regimento que o apoia nas orientações nucleares. O PPI vem trazendo o conjunto referencial da IES com relação às suas opções pedagógicas, descrevendo suas concepções na área da educação, buscando orientar o desenvolvimento acadêmico geral da IES. O PPI é o documento institucional que reúne todos os cursos oferecidos na IES, caracterizando-os, sucintamente, de modo a organizar a rede das macro perspectivas das áreas do conhecimento; também constitui bases teóricas e legais ao desenvolvimento e organização dos PPCs. Os PPCs, em orientação nas DCNs para cada curso de graduação da IES, apresentam a descrição, as reflexões, as dimensões situacionais, teóricas e metodológicas da gestão acadêmica (PICAWY, 2008, p.96-97).

O PDI é um instrumento de gestão acadêmica que deriva do planejamento estratégico de uma IES. Trata-se de um documento de construção coletiva da comunidade acadêmica, onde são apresentados, dentre seus elementos constituintes, as atividades acadêmicas e científicas já desenvolvidas e o planejamento das ações a serem executadas pela Instituição nos próximos 05 anos. Foi instituído através do Decreto 3.860 de 09 de julho de 2001, como um dos elementos necessários para o processo de credenciamentos e avaliação das IES.

Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, conhecida como a Lei do SINAES, o PDI foi introduzido como parte integrante do processo de avaliação das IES. De acordo com Francisco (2012, p.83), “ganha status de referencial norteador da qualidade institucional, tornando-se instrumento fundamental na consolidação dos processos de avaliação institucional”.

Em decorrência desse novo “status de referencial norteador da qualidade institucional”, ainda em 2004, o MEC publica um documento destinado às IES, com as diretrizes para construção e elaboração do PDI. Dentre as orientações gerais, é destacado que:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado para um período de 5 (cinco) anos, é o documento que identifica a Instituição de Ensino

Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. (BRASIL, 2004, p.2).

Em 2006, o Decreto nº 5.773, que revogou o Decreto 3.860, de 09 de julho de 2001, destaca o PDI como um instrumento de planejamento estratégico, apresentando uma nova estrutura para sua elaboração e incorporando o PPI como um dos seus elementos constitutivos.

Esses elementos constitutivos foram expandidos e atualizados com a publicação do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que, ao dispor sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, estabelece os seguintes elementos mínimos para elaboração do PDI:

I - missão, objetivos e metas da instituição [...]; II - projeto pedagógico da instituição; III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos [...]; IV - organização didático pedagógica da instituição [...]; V - Oferta de cursos e programa de pós-graduação [...]; VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância [...]; VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão [...]; VIII - Projeto de acervo acadêmico em meio digital [...]; IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará: **a) com relação à biblioteca: 1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos;** 3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; b) com relação aos laboratórios: [...] c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal [...]; d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas. [...]; e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo. (BRASIL, 2017g, grifo nosso).

Vale destacar o papel dado à biblioteca, no que se refere à ampliação dos suportes e fontes de informações a serem disponibilizadas, a exemplo das bases de dados e dos acervos virtuais. No que trata da formação e desenvolvimento dos acervos, o decreto em questão estabelece que as PFDA apresentem uma correlação pedagógica com os cursos ofertados. Tais critérios exigem das bibliotecas universitárias um novo olhar sobre a formação e o desenvolvimento de seus acervos, sob a perspectiva de integração e construção coletiva com demais atores e instrumentos institucionais.

Nesse contexto, compreendemos a importância do PDI nos processos de planejamento e gestão das práticas acadêmicas e administrativas de IES,

transformando-se em uma peça integrante dos processos de regulação, supervisão e avaliação dessas Instituições. Segundo Francisco (2012, p. 103), o PDI se consolida como o

[...] principal referencial da avaliação externa das instituições a partir de sua articulação com as práticas gerenciais e de ensino preconizadas pelas instituições[...] torna-se, portanto, o principal referencial de gestão das instituições de educação superior, independente de sua categoria administrativa ou configuração acadêmica.

Quanto ao PPI, trata-se de um instrumento de construção coletiva e participativa, também derivado do planejamento estratégico, que, a partir de 2006, com a publicação do Decreto nº 5.773, passa a integrar o PDI. Nele, são estabelecidas e apresentadas à comunidade acadêmica, à sociedade e ao Estado as concepções, princípios e diretrizes que norteiam as práticas institucionais no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem ofertado para a formação de seus discentes.

Trata-se de um instrumento "político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas das IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos". (BRASIL, 2006).

Para Oliveira(2011, p.2):

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI norteia a realização da missão institucional, na medida em que estabelece os parâmetros de condução das atividades acadêmicas e apresenta políticas institucionais compostas por um conjunto de estratégias necessárias à consecução dos objetivos maiores da educação superior e da Instituição. Tal documento serve de ferramenta para o planejamento estratégico das Instituições de Ensino Superior (IES)

Neste aspecto, o PDI da UFRPE destaca que:

O PPI não se propõe determinante da prática pedagógica, antes informa concepções, princípios e diretrizes importantes para orientação dessa prática que tem seu locus nos processos de ensino e aprendizagem constitutivos da função axial da Universidade. O conjunto doutrinário do PPI, formado por concepções, princípios e diretrizes, não implementado de forma isolada, articula-se com eixos teórico-metodológicos e práticos fundamentais que orientam os rumos definidos institucionalmente, tais como: a Visão, a Missão e a Avaliação institucional, o perfil geral do(a) egresso(a) dos diversos cursos, a qualificação profissional do(a)s docentes que conduzem a prática pedagógica, a gestão participativa em todas as instâncias que opera. (UFRPE, 2021, p.142).

O PPC é o planejamento de um curso que, em consonância com o PDI, com o PPI e em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais e às legislações vigentes,

apresenta as “concepções e práticas que estão diretamente e indiretamente relacionadas à qualidade do processo de ensino e aprendizagem do curso” (MANCINI, 2019, p.78). É responsável diretamente pela qualidade da formação oferecida pelas instituições de educação superior e é de suma importância no processo de avaliação externa do curso.

Os PPCs, portanto, "materializam as diretrizes, filosofias e pressupostos das políticas pedagógicas propostas pela instituição, sendo responsáveis diretos pela qualidade da formação oferecida pelas instituições de educação superior" (HASS, 2010).

Para Veiga (2007, p.12),

O projeto pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da Instituição de Ensino Superior. (VEIGA, 2007, p.12).

Os PPCs constituem-se em uma das exigências no processo de autorização de cursos de graduação e, conforme o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, devem informar:

[...] o número de vagas, os turnos, a carga horária, o programa do curso, as metodologias, as tecnologias e os materiais didáticos, os recursos tecnológicos e os demais elementos acadêmicos pertinentes, incluídas a consonância da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de educação a distância do curso, quando for o caso.

Na UFRPE, a elaboração e a reformulação dos PPC de cursos de graduação é normatizada pelo Regulamento Geral da graduação, publicado recentemente em outubro de 2022, que compreende o PPC como um:

Instrumento de gestão de natureza acadêmica, conjunto de dimensões sociopolíticas, que reflete as concepções pedagógicas e formativas, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e demais normativas, internas e externas à UFRPE. O PPC também orienta o currículo para o perfil do egresso e profissional desejado, além das estratégias para o ensino, a aprendizagem e a avaliação. (UFRPE, 2022, p.8).

Em seu art. 13, destaca que, para a elaboração, a reformulação ou a atualização do PPC, convém atentar para:

I - as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; **II - os instrumentos de avaliação externa da educação superior**; III - as legislações das entidades de classe e outros órgãos reguladores; IV - os marcos regulatórios da UFRPE; V - os mecanismos de autoavaliação institucional e do curso; VI - a infraestrutura da UFRPE; VII - a demanda didática relacionada à carga horária docente; e **VIII - as especificidades relacionadas à educação a distância, quando for o caso** (UFRPE, 2022, p.8, grifo nosso).

No contexto dos cursos de EAD, a implantação de um curso a distância de qualidade é complexa e exige um PPC bem planejado e estruturado, com objetivos claros e tecnologias e metodologias bem definidas. Para além de atos normativos no âmbito da Instituição a qual estão vinculados, esses PPC devem ter como base para sua elaboração e reformulação as diretrizes apresentadas pelos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.

Quanto ao plano de curso ou plano de ensino, é um instrumento de gestão acadêmica elaborado pelo docente, destinado aos discentes e às instâncias acadêmicas, onde é descrito o planejamento pedagógico do período letivo a ser executado em sala de aula e deve estar de acordo com o que foi elaborado, segundo as concepções e práticas descritas no PPC e no PDI. Conforme Sousa (2018), o planejamento:

[...] consiste na menor unidade da cadeia do planejamento de determinado curso [...] Trata-se de um dos instrumentos utilizados pela Coordenação do Colegiado de Curso para verificar se os conteúdos representados nas ementas estão sendo executado conforme a carga horária dos componentes curriculares, resultando no desenvolvimento acadêmico proposto no PPC para o discente. Além dessa função de acompanhamento pedagógico, o Plano de Ensino especifica para a instituição, todo o material didático que o docente necessita para executar esse plano (SOUSA, 2018, p.78-79).

O Estatuto da UFRPE, datado do ano de 1985, em seu parágrafo único do artigo 36, estabelece que “o plano de ensino de cada disciplina é apresentado ao Departamento antes do início de cada período letivo, pelo(s) professor(es) responsável(is) por seu magistério”.

O Regulamento Geral da Graduação da UFRPE, no que se refere aos componentes curriculares, estabelece que os Planos de aula, enquanto estrutura, devem apresentar: “I - metodologia; II - procedimentos de avaliação da aprendizagem; III - horário de atendimento aos/às discentes; **IV - bibliografia complementar**; e V - cronograma das aulas e avaliações” (Art. 48).

As bibliografias utilizadas nos planos de aula e nos PPC determinam a estrutura do curso e se constituem em fontes de informações oficiais adotadas por um curso de graduação. Segundo Souza (2018, p.81), essas devem:

Constituir-se no referencial teórico oficial adotado pelo docente para a elaboração do conteúdo programático do curso que deverá ser ministrado no período letivo; servir ao discente, na rotina estudantil, como fonte de informação norteadora dos assuntos abordados em sala; servir a biblioteca para informar quais as bibliografias básicas e complementares deverão ser adquiridas e suas respectivas quantidades; **servir ao Colegiado de Curso para verificar se há coerência entre a bibliografia indicada e o que preconiza o PPC**; nortear outros professores no planejamento de aula de turmas avançadas, pois existe uma sequência de assuntos a serem apreendidos pelo discente (grifo nosso).

As bibliografias indicadas para compor os planos de aulas são, portanto, de grande importância para o planejamento das IES, pois impactam não apenas a prática pedagógica do curso, mas permeiam as atividades acadêmicas e administrativas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

As políticas de avaliação do MEC para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, através dos IACG, classificam e pontuam essas bibliografias sob a perspectiva de bibliografias básicas, bibliografias complementares e periódicos especializados.

Para uma melhor compreensão dos conceitos de Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e Periódicos Especializados no âmbito do processo de avaliação, o INEP publicou, em 2019, a 4ª edição do "Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa para a Avaliação *in loco*", que assim como nas edições anteriores, pouco esclarece o significado e a abrangência desses indicadores.

Dentre os conceitos apresentados para definição de bibliografias, o vocabulário não apresenta a diferenciação sobre bibliografia básica e complementar, tão necessária para uma melhor compreensão dessas tipologias, nem tampouco se aprofunda nas definições. Dentre conceitos apresentados para bibliografias, estabelece que:

No recorte feito para os instrumentos de avaliação externa, considera-se que o acervo bibliográfico pode ser FÍSICO, VIRTUAL ou MISTO(virtual+físico). Os indicadores 3.6 (bibliografia básica) e 3.7 (bibliografia complementar) admitem esses três tipos de acervo, portanto não havendo restrição com relação modalidade ou ato autorizativo para o curso. (BRASIL, 2019, p.28)

No que tange aos periódicos especializados, o INEP considera que:

Para fins de avaliação externa, tratam-se de publicações científicas e acadêmicas que podem disponibilizar artigos, resenhas, resumos de pesquisa, entre outros. Os artigos são escritos por pesquisadores, cientistas e professores, e submetidos à avaliação por pares. Pode ser uma publicação eletrônica e/ou impressa que, como o nome indica, tem edições periódicas. (BRASIL, 2019, p.76)

Para uma melhor compreensão dessas bibliografias avaliadas, destacamos a seguir os conceitos apresentados por Lubisco (2014), que assim as define como:

“bibliografia básica: É o conjunto de obras (ou fontes) impressas e [/ou] eletrônicas, cujo conteúdo é essencial e indispensável para o estudo e a pesquisa dos fundamentos teóricos e práticos de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina”.

bibliografia complementar: É o conjunto de obras (ou fontes) impressas e [/ou] eletrônicas que ampliam o conteúdo e as abordagens da bibliografia básica, enriquecendo os conhecimentos e práticas contidos/resultantes das obras fundamentais de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.

periódicos especializados: obras publicadas por meio de fascículos (ou números), reunidos periodicamente em volumes (ou tomos) e apresentados em forma impressa e/ou eletrônica, a intervalos de tempo intencionalmente regular, cuja característica é a difusão do conhecimento especializado corrente de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.” (LUBISCO, 2014, p.46, **grifo nosso**)

No âmbito das atividades acadêmicas, a escolha das bibliografias básicas, complementares e dos periódicos especializados são de grande importância no processo de ensino aprendizagem, pois impactam o nível da produção intelectual que a Instituição deseja para os discentes, pois, assim como Sousa(2018), entendemos que o “conhecimento da literatura científica permite que os discentes conheçam o sistema de comunicação científica utilizado na elaboração e fundamentação de novos saberes”. (SOUSA, 2018, p.82-83).

No âmbito da EAD, as bibliotecas universitárias e as bibliotecas dos polos de apoio presencial apresentam-se como o principal recurso de acesso às fontes de informação para as atividades acadêmicas. Portanto, a escolha das fontes de informação que irão compor os PPCs deve estar alinhada ao planejamento institucional através de uma PFDA clara, profunda e assertiva, pois refletem diretamente no planejamento e no gerenciamento dos acervos, serviços e espaços disponibilizados. No que diz respeito ao planejamento, repercutem a captação de recursos orçamentários para atender às demandas por novas bibliografias, quer sejam físicas, quer sejam digitais. Quanto ao gerenciamento das Bibliotecas Universitárias, a aquisição dessas bibliografias impacta a disponibilização de espaços físicos para o

seu armazenamento e a disponibilização de recursos tecnológicos para a implementação e o acesso aos acervos digitais.

A escolha e a validação de bibliografias básicas e complementares como fontes de informação oficiais para os PPC e para os planos de ensino não é uma decisão isolada, que inicia e finaliza em si mesma. Ela perpassa questões acadêmicas, administrativas e orçamentárias. Os critérios utilizados para essas escolhas precisam estar em consonância com as metas e as diretrizes estabelecidas no PPI, PDI, PPC e com a PFDA de suas respectivas bibliotecas.

Na UFRPE, a indicação de bibliografias básicas e complementares a serem adotadas nos cursos de graduação tem início na elaboração e na reformulação dos PPCs, que, através da Resolução nº 220/2016, ao elencá-las como integrante da organização estrutural do PPCs, estabelece que:

Os programas das disciplinas/componentes curriculares devem contemplar: identificação, pré-requisito, objetivos, ementa, conteúdos, descrição das atividades de PCC, quando for o caso, **bibliografia básica e complementar com mínimo de três e cinco exemplares, respectivamente**, devidamente aprovadas pelo CTA do Departamento ou Unidade Acadêmica competente, **atentando para a atualização do acervo da biblioteca.**(UFRPE, 2016)

O estabelecimento de critérios qualitativos das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica para a qualidade dos cursos, da instituição e de seus processos avaliativos.

2.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: ELEMENTO SISTÊMICO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS IFES

Das placas de argila às telas de computadores, as bibliotecas passaram, ao longo dos tempos, por grandes desafios e grandes mudanças quanto ao suporte físico, às técnicas utilizadas para conservação, ao armazenamento, bem em relação ao acesso e à recuperação da informação.

Ao longo dessa trajetória, as bibliotecas, independentemente de suas características e finalidades (nacionais, escolares, públicas, especializadas, universitárias, digitais, virtuais entre outras), cumprem uma função social: reunir, organizar, tratar, preservar e disseminar a informação produzida na sociedade.

Entretanto, “a depender do momento histórico, a ênfase recai sobre uma ou outra e a depender de sua tipologia essas funções são desdobradas segundo as especificidades pertinentes” (LUBISCO, 2019, p.668).

As bibliotecas universitárias surgiram em 1088, na Itália, com a criação da universidade do Ocidente. Segundo Lubisco (2019, p. 668), elas surgiram com o propósito de, “para além da salvaguarda do conhecimento: apoiar o ensino, então representado pelas disciplinas que compunham o trivium (Lógica, Gramática e Retórica) e o quadrivium (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia)”.

Santos (2018, p. 1142) considera que:

As bibliotecas universitárias surgem a partir da criação das universidades, mas sua origem também está sedimentada nas bibliotecas das ordens religiosas que deram base para a criação das universidades, por isso as primeiras universidades surgiram como um prolongamento das ordens religiosas, principalmente, das franciscanas e dominicanas. Essas bibliotecas foram criadas para atender as necessidades das instituições de nível superior, mas nesse período as bibliotecas ainda eram espaços de acesso restrito e tinha como função a preservação do conhecimento.

A invenção da imprensa por Gutemberg, no século XV, possibilitou a produção de obras impressas em grande escala, o que promoveu menor custo para a produção de livros e a disseminação do conhecimento, contribuindo, assim, para a criação e a ampliação das bibliotecas. “O raro e o caro tornaram-se acessíveis, o que era particular ao clero e aos nobres passou a ser utilizado por segmentos mais amplos da população” (SANTOS, 2018, p.1143).

De guardião do conhecimento, restrito a poucos, para espaço de socialização e disseminação da informação, as bibliotecas passaram por grandes transformações no curso da História:

Da antiguidade à idade média as bibliotecas estavam ligadas às ordens religiosas, mas à medida que estas entidades foram desaparecendo as bibliotecas passam a gozar, nos tempos modernos, do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma. E essa laicização aliada as contribuições da prensa de Gutemberg possibilitaram a democratização do acesso, e o que até então estava restrito a poucos se tornou disponível para todos. Como consequência dessa democratização, as bibliotecas tiveram que passar pelo processo de especialização, na qual, elas passaram a constituir seus acervos para atender as demandas do grande público. (SANTOS, 2018, p. 1143)

O advento das tecnologias de informação e comunicação modificaram nossas relações e interações com o conhecimento. A explosão bibliográfica, impulsionada pela internet e pelas facilidades de acesso às redes de comunicação, propiciou uma

diversidade de suportes de informação, alterando de forma significativa a produção, a disseminação, o acesso e a interação com essas informações.

A biblioteca perde sua centralidade, pois deixa de ser a única responsável por disponibilizar conteúdos, mas não perde seu papel de disseminadora de informação e, conseqüentemente, da função de atender as necessidades informacionais de seus usuários, tendo em vista, por exemplo, o dilúvio informacional (SANTOS, 2018, p. 1144).

No contexto das bibliotecas universitárias, a incorporação dessas tecnologias tem proporcionado grandes transformações, sobretudo no gerenciamento, armazenamento, disseminação e recuperação da informação.

A biblioteca que foi através dos séculos, para a universidade, o ponto central com o seu acervo de obras impressas, preservando o conhecimento da civilização, atualmente seu acervo existe sob muitas formas: texto, gráfico, som, algoritmo e simulação da realidade virtual distribuído em redes mundiais, em representações digitais, **acessíveis a qualquer indivíduo** e não somente os acadêmicos (CUNHA, 2000, p. 73).

As bibliotecas universitárias, públicas ou privadas, têm por objetivo atender às demandas e necessidades informacionais da sua comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos administrativos e demais colaboradores), no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos planos de ensino e nos PPCs.

Subordinadas às IES, as bibliotecas universitárias não gozam de autonomia própria e são reflexo da situação sociopolítica e econômica da universidade à qual estão vinculadas, e sua interação e relação com a sociedade é realizada através da universidade. Segundo Tarapanoff (1981, p.09),

O relacionamento da universidade com a sociedade é seletivo, sujeito às funções da universidade dentro desta sociedade e de suas decisões e "negociações" políticas. Este relacionamento é mutável no tempo e no espaço. A universidade e a biblioteca universitária brasileiras são produtos da história social, econômica e cultural do país, bem como das características regionais brasileiras.

Para Lubisco (2014, p. 5), as bibliotecas universitárias:

[...] por sua natureza, desempenham um papel fundante na instituição à qual estão ligadas, por sua função e apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão e inovação. Essa função se consubstancia na sua atuação como recurso didático-pedagógico (laboratório de aprendizagem); como plataforma de conhecimento (considerando-a fonte e local de registro da produção técnica e científica da instituição); e como fator de estímulo à formação e ao desenvolvimento do espírito científico.

A Association of College and Research Libraries (Associação de Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa Americana) *apud* Mueller (2000, p.3) destaca que:

As bibliotecas devem oferecer serviços bibliotecários de apoio aos cursos e programas de ensino mantidos por faculdades isoladas, universidades ou outros cursos de terceiro grau destinados a alunos de cursos dados fora do campus principal ou sede da instituição, ou na ausência de campus tradicionais, sem levar em conta onde os créditos são obtidos. **Esses cursos podem ser ministrados em qualquer formato**, por meios tradicionais ou não, requerer ou não instalações físicas, envolver ou não interação entre professores e alunos. A responsabilidade do apoio pela biblioteca universitária...inclui todos os cursos de nível superior designados por expressões tais como: **de extensão, extensivos, extra campus, à distância, distribuídos, abertos, flexíveis, franqueados, virtuais, síncronos e assíncronos**, oferecidos pelas universidades em que se inserem, além de, naturalmente, os cursos presenciais.

Nas IES, a adoção das tecnologias de Informação e Comunicação possibilitou a ampliação e novas interações no processo de ensino-aprendizagem, principalmente no que tange à educação a distância.

A expansão da educação a distância, impulsionada pelo crescimento expressivo das novas TICs, tem apresentados novos desafios para as bibliotecas universitárias, levando-as a revisarem sua missão e, conseqüentemente, os produtos, serviços e acervos disponibilizados.

Para Mueller (2000, p.3), assim como as Universidades, as bibliotecas universitárias foram planejadas para “servir alunos em situação presencial, ou seja, atender às necessidades face a face e está sendo muito difícil transferir alguns aspectos de seus serviços tradicionais para o novo modelo de ensino”.

As Bibliotecas universitárias precisam oferecer recursos e serviços bibliotecários que satisfaçam as necessidades de toda a comunidade acadêmica,

Onde quer que esses indivíduos estejam localizados, seja no campus universitário principal, fora do campus, em programas de ensino à distância ou extensão ou quando não há nenhum campus; em disciplinas cursadas por créditos ou não; em programas de educação continuada; em disciplinas presenciais ou transmitidas eletronicamente; ou qualquer outro meio de educação à distância (Association of College and Research Libraries - ACRL, 1998 *apud* MUELLER, 2000, p. 4).

Hodiernamente, diante da diversidade de suportes e formatos pelas quais a informação científica se apresenta, atender adequadamente às demandas bibliográficas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão é um dos grandes desafios para as bibliotecas universitárias. A elaboração e a adoção de uma política

de formação e desenvolvimento de acervos, que estabeleça critérios e diretrizes para a seleção e a aquisição de materiais bibliográficos a serem disponibilizados, é de fundamental importância para o planejamento das bibliotecas universitárias e da IES.

2.4.1 Biblioteca universitária no Brasil

O percurso histórico feito pelas bibliotecas universitárias no Brasil tem início no período colonial, onde a circulação de livros aconteceu de maneira tardia, tímida e vigiada. Até o início do século XIX, a história das bibliotecas no Brasil pode ser resumida a três grandes marcos: a implantação das bibliotecas dos Conventos e Particulares, a partir de 1549, com a chegada dos Jesuítas; a instalação da Biblioteca Real, em 1811; e a criação da Biblioteca Pública da Bahia, também em 1811.

A formação das primeiras bibliotecas aconteceu a partir de 1549, com a instalação do Governo-geral em Salvador, na Bahia, que deu início à vida política, administrativa, econômica e cultural na colônia e com a chegada dos primeiros Jesuítas.

De forma geral, o Brasil colônia concentrava os livros nos Conventos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus. No fim do século XVI, os Jesuítas instalaram uma biblioteca em Salvador. Outras ordens religiosas - beneditinos, franciscanos, carmelitas - tinham bibliotecas em seus conventos. Os franciscanos, por exemplo, reformularam em 1776, os seus estudos e adotaram a filosofia da Ilustração (ou Iluminismo). Até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos foram centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros. São Paulo teve até esse momento duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco (SANTOS, 2010, p.53).

A vinda da família Real de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, ocasionou a transferência da Biblioteca Real, inaugurada em 1811, “com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas para o Brasil, representou para o país, o início de sua futura Biblioteca Nacional.” (SANTOS, 2010, p.54).

A Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 1811, foi a primeira biblioteca pública brasileira, e a mais antiga da América Latina, considerando-se que as bibliotecas dos Conventos não eram públicas, e que a Real Biblioteca do Rio de

Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede (MORAES, 1979, p.147).

A presença da corte portuguesa no Brasil impulsionou uma série de mudanças na vida administrativa, econômica e cultural no país, uma vez que se fazia necessário o estabelecimento de uma infraestrutura adequada ao funcionamento do futuro Império. Nesse contexto, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino superior, que tinham como objetivo a formação profissionalizante e a preparação de pessoal para o serviço público na corte.

Nunes destaca que, no Brasil republicano, surgiram várias iniciativas para elevar o nível educacional brasileiro:

Assim, empreendem-se reformas educacionais que visam aumentar o nível de instrução da população e para isso criam-se as primeiras universidades, a exemplo da Universidade de Manaus em 1909 e da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, a qual passa a denominar-se Universidade do Brasil em 1937, e a Universidade da Bahia em 1946, **e com elas a criação das bibliotecas universitárias**. (NUNES, 2016, p.185, grifo nosso)

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, instituiu o regime universitário no Brasil, e tratou do Estatuto das universidades brasileiras. Contudo, “as ações para a criação e marcos regulatórios do Estado para BU se deram mais tardiamente, com exíguos orçamentos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje” (CUNHA, 2016, p.102).

A partir de 1945, a expansão do ensino superior, proporcionada pelo “crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia”(CUNHA, 2016, p.102), demandou a criação de bibliotecas vinculadas às universidades e faculdades. Foi nesse período que surgiram, portanto, as chamadas bibliotecas centrais, que tinham como grande desafio suprir, de forma sistêmica, as demandas desse novo cenário.

Em 1968, acompanhado de um novo modelo de universidade proposto pela reforma universitária, as bibliotecas universitárias necessitaram incorporar à sua rotina administrativa o planejamento de suas ações, reestruturando suas atividades em função das atividades da universidade, alinhando seus acervos, serviços e produtos ao planejamento administrativo e acadêmico da universidade ao qual estão vinculadas.

Para Tarapanoff (1981, p.17), a reforma universitária visou “a correção das principais distorções no sistema de ensino superior brasileiro, tradicionalmente

centrado em torno da faculdade isolada” e representou a mudança e o desenvolvimento da universidade brasileira. O autor destaca que “Os novos objetivos da universidade moderna, de ensino, pesquisa e extensão e a ênfase da Reforma em vinculá-los às atividades de desenvolvimento nacional, trouxe o ensino superior e a universidade mais próximos às atividades de planejamento tanto do ensino como da ciência e tecnologia”.

Tarapanoff destaca, ainda, que as bibliotecas universitárias, para atender aos propósitos da universidade no contexto da reforma universitária, precisaram:

1. planejar os seus serviços em relação aos objetivos da universidade; 2. ver a biblioteca como pertencente a um sistema, opondo-se à biblioteca isolada; 3. re-estruturar as atividades da biblioteca em relação às atividades da universidade; 4. introduzir os princípios de centralização, coordenação e cooperação, para poder seguir a orientação administrativa de evitar duplicação de meios para fins idênticos ou similares, e de racionalidade administrativa com plena utilização de materiais e recursos humanos. (TARAPANOFF, 1981, p. 18).

Em 1996, com a aprovação da LDB, as bibliotecas universitárias passaram novamente por mudanças e necessitaram readequar seu planejamento para atender aos desdobramentos das proposições postas pela Lei para as IES. Dentre esses desdobramentos, estão a criação de novos cursos, a expansão da rede privada de ensino, a regulamentação da EAD e a responsabilidade dada ao Estado na fiscalização da qualidade dos cursos ofertados pela IES.

As mudanças decorrentes da LDB têm exigido das BU novas posições em relação às alterações no seu planejamento visando atender ao modelo diferenciado; à expansão dos cursos; **ao ensino a distância** e aos critérios de autonomia e avaliação, que somados à necessidade de utilização de modernas tecnologias exigem recursos financeiros recursos humanos capacitados para esta transição. Entretanto, essas mudanças dependem da interpretação de cada BU, persistindo a velha questão, as políticas de educação superior emanadas da LDB não foram acompanhadas de políticas públicas para o setor de BU. (CUNHA, 2016, p. 115).

Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.861, que instituiu o SINAES, as bibliotecas universitárias públicas e privadas necessitaram realizar alterações em seu planejamento, adequando suas atividades aos critérios de avaliação institucional. No artigo 3º, inciso VII, a Lei do SINAES estabelece que a “infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação” são dimensões institucionais obrigatórias, que devem constar na avaliação das instituições de educação superior. (BRASIL, 2004).

A Lei do SINAES desencadeou uma série de atos normativos voltados à regulação, supervisão e autorização das IES. Dentre eles, destacamos: o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (revogado posteriormente pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017), e a Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008, que aprova o instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior do SINAES.

Os IACG Presencial e a Distância, publicados pelo INEP, constituem-se numa importante ferramenta para as IES e para as bibliotecas universitárias, uma vez que propõem padrões de qualidade a serem alcançados pela educação superior durante as avaliações externas.

Categorizada na dimensão infraestrutura, a biblioteca é avaliada, resumidamente, sob os seguintes indicadores: a infraestrutura existente, as bibliografias básicas e complementares disponibilizadas e o Plano de atualização do acervo elaborado.

Os instrumentos de avaliação de acordo com os atos autorizativos e regulatórios servem para verificar se o planejamento elaborado pela universidade e fixado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) vem sendo cumprido e quais as suas falhas e êxitos” (SOUSA,2018, p.90).

A trajetória das bibliotecas universitárias acompanha a criação e o desenvolvimento das IES, e se apresenta como instrumento essencial ao processo de ensino aprendizagem. Entretanto, é carente de políticas públicas voltadas para o seu planejamento e fortalecimento, contando apenas com “ações isoladas dos órgãos do Governo, na implantação de serviços de informação com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. A necessidade de ações governamentais de forma sistêmica ainda é um sonho para essas bibliotecas.” (CUNHA, 2016, p.118).

2.4.2 Bibliotecas dos Polos de Educação a Distância

No contexto da EAD e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), os cursos de graduação passaram a dispor dos polos de educação a distância, que têm como função oferecer suporte às atividades pedagógicas e administrativas. Segundo o

decreto nº 9.057, de 2017, em seu art. 5º, o polo de educação a distância é “a unidade descentralizada da instituição de educação superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância” (BRASIL, 2017f). De acordo com o § 1º, “Os polos de educação a distância manterão infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada aos projetos pedagógicos dos cursos ou de desenvolvimento da instituição de ensino” (BRASIL, 2017f).

Para a UFRPE, o “polo tem papel fundamental para o corpo discente da EAD, sobretudo, para estudantes que não têm acesso aos recursos tecnológicos e contam, preferencialmente, com a infraestrutura disponível nos polos [...] É preciso que o polo funcione como local de apoio para atividades acadêmicas” (UFRPE,2021, p.177).

Para Costa, Anna e Cendon (2017, p.1734),

Os polos são unidades operacionais de apoio presencial responsável para manter salas de aulas, auditórios, laboratórios e **bibliotecas**, relativas aos cursos e os programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do sistema UAB.”

De acordo com os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, “o polo passa a integrar, com especial ênfase, o conjunto de instalações que receberá avaliação externa, quando do credenciamento institucional para a modalidade de educação a distância” (BRASIL, 2007a, p.3).

No que tange aos acervos a serem disponibilizados nas bibliotecas dos polos de apoio presencial ou nas bibliotecas dos polos da EAD, como também são conhecidas, os Referenciais de qualidade para a educação superior a distância apresentam diretrizes específicas, e destacam que:

As bibliotecas do polo devem possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação a distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado em diferentes mídias. É importante, também, que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas on-line, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo. (BRASIL, 2007a, p.26).

Estabelece, ainda, a implantação de um “sistema de empréstimo de livros e periódicos ligado à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo”. (BRASIL, 2007a, p.19).

Em 2007, o MEC publica a portaria nº 1.047, “Aprova, em extrato, as diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para o credenciamento de instituições de educação superior e seus polos de apoio presencial, para a modalidade de educação a distância [...]”. Ao estabelecer os tópicos que devem compor a dimensão infraestrutura no Instrumento de avaliação para credenciamento, destaca a necessidade de as bibliotecas dos polos atentarem para:

[...]instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos pólos de apoio presencial e manipulação do acervo;[...] informatização do sistema de bibliotecas (administração das bibliotecas dos pólos de apoio presencial); [...] **política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos pólos de apoio presencial.**(BRASIL, 2007c)

As bibliotecas dos polos de apoio presencial devem ser compreendidas como uma extensão das bibliotecas universitárias. Para isso, precisam dispor de uma infraestrutura adequada para o seu funcionamento, de recursos financeiros para a aquisição e a manutenção de seus acervos, de recursos tecnológicos e de equipe técnica para gerir os serviços, produtos e acervos a serem disponibilizados.

Para Costa, Anna e Cendón (2017, p. 1741),

[...] as bibliotecas polos devem ser definidas como unidades de informação vinculadas à biblioteca universitária, e localizadas nos polos, oferecendo produtos e serviços híbridos, especificamente para atender as atividades curriculares dos cursos a distância.

De acordo com o acima destacado, compreende-se que o não atendimento das bibliografias básicas complementares, indicada nos planos de aulas e nos PPC, compromete o processo de ensino aprendizagem. Para Rocha(2017),

[...] as bibliotecas[dos polos] se constituem em organizações essenciais para o desenvolvimento das regiões onde os cursos a distância são realizados, ao se tornar em organismos dinâmicos que venham a oferecer serviços adequados e atualizados em apoio aos resultados advindos das práticas de estudo e pesquisas realizadas pelos alunos. (ROCHA, 2017, p.44).

Na UFRPE, assim como em grande parte das IES, as bibliotecas existentes nos polos de apoio presenciais de ensino não são interligadas ao sistema de bibliotecas da universidade, sendo vinculadas administrativa e tecnicamente às coordenações da UAB existentes nas IES que ofertam cursos a distância. Apesar de a UFRPE (2021, p.177)destacar que “A biblioteca do polo precisa dar suporte para pesquisas e deve ser compreendida como espaço de trocas de experiências, por meio

da organização de grupos de estudo”, essa não integra o planejamento do SIB e, portanto, estão alheias às diretrizes discutidas e elaboradas na UFRPE quanto a critérios para formação e desenvolvimento de acervo e de serviços ofertados à comunidade acadêmica.

É urgente e de grande importância que as Bibliotecas universitárias consolidem “a biblioteca polo como uma nova modalidade de biblioteca, caracterizada como extensão das bibliotecas universitárias no fomento às atividades acadêmicas ofertadas nos polos de apoio presencial.” (COSTA; ANNA; CENDÓN, 2017, p.1753).

Assim como acontece nas bibliotecas do ensino presencial, as bibliotecas do polo devem ser planejadas, organizadas e estruturadas, visando a atender, primeiramente, às demandas de seus usuários reais e potenciais. Considerando a abordagem superficial retratada nos IACG, no que diz respeito ao papel das bibliotecas nos polos de ensino presencial, é latente a necessidade de critérios mais específicos voltados à composição desses acervos, dos serviços a serem ofertados e da relação e/ou vinculação com as bibliotecas universitárias das IFES às quais estão vinculadas. Para Fernandes,

[...] nossa legislação precisa ser mais abrangente no que diz respeito ao planejamento e avaliação das bibliotecas [...] ao observar a legislação sobre este assunto, é possível identificar diversos dispositivos legais que tratam sobre a questão das bibliotecas na EAD. Estas normas, porém, expressam o que é necessário para composição das bibliotecas dos polos na UAB, mas não especificam como se deve proceder em relação a alguns dos itens exigidos (FERNANDES, 2017, p.42).

2.4.3 Formação e Desenvolvimento de Acervos

A preocupação e o interesse pelo processo de desenvolvimento de acervos têm suas origens na Antiguidade, “através da seleção de obras destinadas a formar coleções em bibliotecas” (WEITZEL, 2002, p.6). Entretanto, a partir da década de 1970, como consequência da explosão bibliográfica que desencadeou o aumento exponencial no volume das publicações, houve a necessidade de as bibliotecas universitárias priorizarem a elaboração de políticas de formação e desenvolvimento para seus acervos.

Com o aumento quantitativo de publicações, é complexo e oneroso para as bibliotecas manter seus acervos atualizados, pois a quantidade de fontes aumenta de forma exponencial à medida que há um incentivo na produção

de conhecimento e, portanto, são necessários cuidados na escolha das bibliografias básicas e complementares para que essas não fiquem rapidamente obsoletas, com isso trazendo uma série de dificuldades de gerenciamento do acervo da biblioteca. (SOUSA, 2018, p.83)

Ainda a esse respeito:

A questão não era – e continua a não ser – simplesmente financeira, originada pela eventual falta das verbas necessárias para garantir a aquisição dos materiais considerados de interesse. Era, mais que isso, uma questão de total impossibilidade de acompanhar, de maneira minimamente efetiva, o ritmo da “explosão bibliográfica”. (VERGUEIRO, 1993, p.20).

A explosão bibliográfica exigiu das bibliotecas universitárias uma seleção mais criteriosa dos materiais bibliográficos a serem adquiridos, organizados e armazenados. Weitzel (2002, p.6) destaca que:

[...] pela primeira vez, é questionado o modo de se formarem coleções com base na acumulação, em detrimento da seleção orientada para a qualidade, relevância, e acesso à informação. Novas metodologias, técnicas e procedimentos foram incorporados para fomentar esse novo enfoque, caracterizando o modelo de biblioteca baseado no acesso.

Mais recentemente, as TICs, em especial, a internet, também proporcionaram novas mudanças no planejamento das bibliotecas, no que se refere à composição de seus acervos, à recuperação da informação e à oferta de serviços e produtos disponibilizados aos seus usuários.

Portanto, é imprescindível que as bibliotecas universitárias estabeleçam critérios para a seleção e a aquisição dos materiais bibliográficos, tendo em vista a formação e o desenvolvimento de seus acervos bibliográficos, quer sejam físicos, quer sejam digitais, que atendam aos objetivos da Instituição e da comunidade acadêmica a qual está vinculado.

Para Sousa (2018), a seleção e a aquisição de bibliografias, para atender às demandas acadêmicas elencadas nos PPCs de cursos, geram vários impactos na dinâmica das bibliotecas universitárias.

[...] desde o espaço físico, financeiro, planejamento, qualidade do acervo, na acessibilidade ao conhecimento, comunicação entre discente/docente/bibliotecas e avaliação do INEP, pois os indicadores que são avaliados por essa instituição são a bibliografia básica, a bibliografia complementar e os periódicos especializados eletrônicos ou não. (SOUSA, 2018, p.23)

Nesse contexto, a Política de Formação, Desenvolvimento e Atualização de Acervos (PFDA) constitui-se em uma importante ferramenta de planejamento e de

gestão para as bibliotecas universitárias e para as IES, uma vez que norteia e estabelece princípios e critérios para a seleção, a aquisição e o descarte de seus acervos bibliográficos.

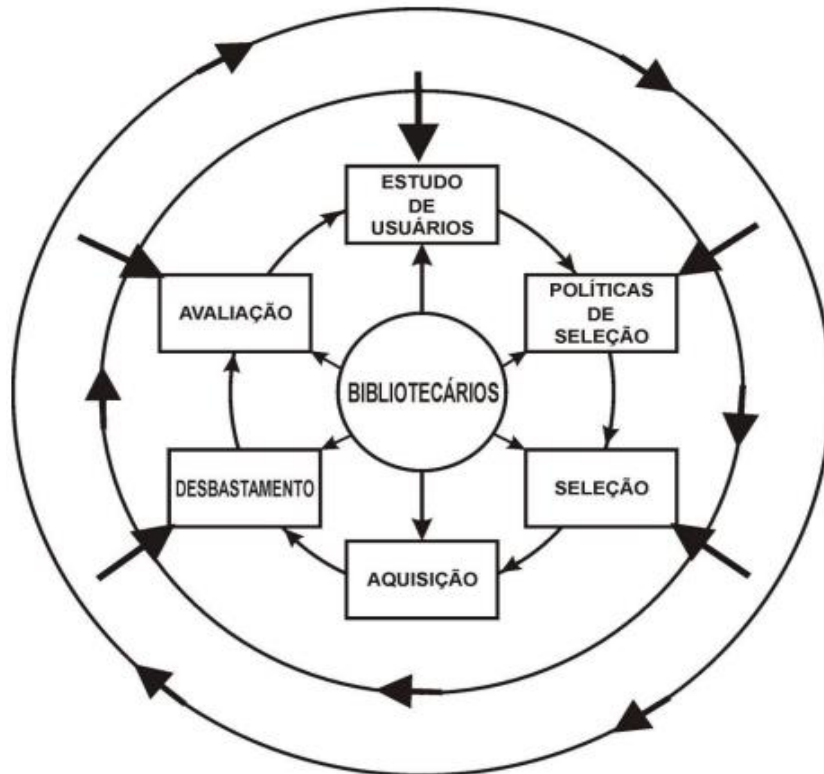
Para Vergueiro (1989, p.25), uma PFDA é “um trabalho de planejamento, ininterrupto e cíclico que serve a uma determinada comunidade, uma atividade rotineira das bibliotecas que passa por várias etapas, é um processo homogêneo que se desenvolve em todas as bibliotecas de acordo com os objetivos de cada uma”.

Torna público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição e a esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala. (VERGUEIRO, 1989, p. 25).

Para além de se constituir em ferramenta de planejamento e gestão, a PFDA também é uma exigência das Políticas de avaliação para credenciamento e credenciamento das IES, de acordo com os critérios de análise previstos nos Instrumentos de Avaliação externa presencial e a distância.

A construção de uma PFDA é uma atividade complexa, composta por várias etapas interdependentes, que exige um planejamento voltado às especificidades e ao objetivo de cada Instituição. Na literatura, essas etapas sofrem pequenas alterações, no que diz respeito aos seus desdobramentos, nomenclaturas e divisões. Para essa nossa reflexão, reportaremos ao modelo proposto pelo norte-americano G. Edward Evans e adotado por Vergueiro (1989) e Weitzel (2002), que classifica esse processo em seis etapas. São elas: Estudo da comunidade, Políticas de seleção, Seleção, Aquisição, Avaliação, Desbastamento e Descarte, conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 02 -Fluxo da Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos



Fonte: Evans (1979, p.20)

De acordo com o modelo proposto por Evans (1979), a construção da PFDA consiste em uma atividade contínua, sujeita a fatores externos à biblioteca e que tem na figura do bibliotecário o responsável em gerir esse todo esse processo.

Essa percepção também é adotada por Magalhães (2013). Ao dissertar sobre o assunto, considera a elaboração da PFDA como:

[...] uma atividade de planejamento processual, ou seja, ininterrupta, ainda que afetada por fatores externos. O processo também não é homogêneo e idêntico em todas as bibliotecas indicando a relação desse desenvolvimento à própria função da biblioteca e essa ao ambiente institucional. (MAGALHÃES, 2013, p.50).

Para uma melhor compreensão das etapas para a construção de uma PFDA, baseada na figura 2, pontuamos a seguir as principais atividades que compõem essas etapas.

Estudo de usuário

Esta etapa consiste em realizar um diagnóstico para conhecer o perfil e as necessidades informacionais de seus usuários. Na perspectiva de que as bibliotecas precisam disponibilizar acervos alinhados aos objetivos da instituição e das demandas de seus usuários, o “estudo de usuário” ou “estudo da comunidade” compreende uma importante etapa para a formação de desses acervos. No âmbito das bibliotecas universitárias, as bibliografias básicas e complementares elencadas nas ementas dos PPCs devem se constituir em um dos instrumentos utilizados para identificar o perfil da comunidade acadêmica.

Políticas de seleção

Esta etapa consiste na elaboração e na definição de critérios e diretrizes a serem utilizados na seleção de bibliografia para a formação e o desenvolvimento de acervos. De acordo com Miranda (2007, p.89),

A etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções é o processo de seleção, pois por meio dele se garante a qualidade e o ajustamento do acervo para atender a contento as reais necessidades dos usuários.

Seleção

Baseada na política de seleção, consiste na tomada de decisão propriamente dita, onde são definidos os títulos a serem incorporados ao acervo. Essa etapa é de grande importância nesse processo, pois é ela que “implementa o que está estabelecido na política [de seleção]” (SOUSA, 2018, p.119).

Aquisição

Consiste na execução das decisões definidas na etapa anterior. Para Sousa (2018, 120), “Trata-se de uma ação administrativa, em que se realiza a identificação minuciosa do material informacional solicitado para a posterior aquisição”. A aquisição pode ser realizada através de compra, permuta ou doação. Nas bibliotecas universitárias, as aquisições por compras representam a principal forma de aquisição.

Desbastamento

O desbaste compreende o processo de retirada de bibliografias, títulos ou exemplares, com pouca ou sem demanda. Deve ser realizado periodicamente, tendo como objetivo a formação e o desenvolvimento de acervos que dialoguem com as demandas de seus usuários. Diante das inquietações que envolvem o desbaste de bibliografias, esse processo deve ser realizado por uma comissão, a partir de critérios claros e definidos institucionalmente.

Avaliação

Esta etapa compreende a avaliação do acervo quanto a sua adequação às demandas atuais dos usuários e da instituição. É uma atividade de planejamento que impacta as etapas anteriores, em especial, a seleção e o desbaste de coleções. Para Lancaster (1996, p. 20),

Ao avaliar um acervo o que se procura de fato é determinar o que a biblioteca deveria possuir e não possuir, e o que possui mas não deveria possuir, tendo em vista os fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua obsolescência, as mudanças de interesse dos usuários, e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiro limitados.

Na UFRPE, a elaboração, a execução e o acompanhamento da PFDA é de competência da Coordenação Técnica de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB, e se destina às bibliotecas que compõem o Sistema e que, portanto, são a elas vinculadas tecnicamente.

No ano de 2021, uma comissão instituída pelo SIB-UFPE elaborou uma proposta de minuta para a atualização da sua PFDA, a ser submetida ao Conselho Universitário. Aprovada através da Resolução nº 218, de 02 de agosto de 2022, foi instituída [...] a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que estabelece, no art. 1º, as diretrizes para o trabalho bibliotecário no processo de formação e desenvolvimento dos acervos.

Diante das especificidades que compõem a gestão e o financiamento das bibliotecas dos polos de apoio presencial vinculadas aos cursos de graduação da UAEADTec, a PDFA do SIB-UFRPE não trata da formação e do desenvolvimento desses acervos, considerando que é uma questão que envolve várias discussões e atores institucionais internos e externos e refletem na concepção e na formulação do modelo de EAD instituído pelo MEC.

Entretanto, cabe ao SIB-UFRPE elaborar diretrizes voltadas às demandas da comunidade da UAEADTec, no que se refere à disponibilização de acervos e serviços, bem como ao contribuir com a gestão pedagógica da Unidade Acadêmica no planejamento de ações voltadas às bibliotecas dos polos de apoio presencial. Deve-se levar em consideração que falar de PDFa no contexto da EAD é compreender a necessidade de as bibliotecas universitárias “buscarem solução na criação de diretrizes e contribuir com as bibliotecas dos polos e, automaticamente, com a EaD no país” (COSTA; ANNA; CENDÓN, 2017, p. 1754).

2.5 FONTES DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

O conceito de fontes de informação é bastante amplo, abrange diversos suportes e recursos informacionais, incluindo produtos e serviços destinados a um público-alvo. Essas se apresentam sob diversos suportes de armazenamento, que sejam impressos, quer sejam digitais e são categorizados e classificados de acordo com características comuns quanto a sua produção, conteúdo, objetivo e público alvo a ser alcançado.

Para Rodrigues (2014, p.10), fontes de informação podem ser definidas como:

tudo o que gera ou veicula informação. Pode ser descrita como qualquer meio que responda a uma necessidade de informação por parte de quem necessita, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, meios digitais, sites portais.

No que diz respeito às fontes de informação científica, essas têm como base o conhecimento científico, que é obtido com o uso de metodologias e regras definidas e controladas.

De acordo com Mueller (2000), o conhecimento científico, diferentemente do conhecimento não científico, tem como principal característica a confiabilidade da informação, que é alcançada a partir da divulgação dos resultados obtidos.

[...] para obter confiabilidade, além da utilização de rigorosa metodologia científica para a geração do conhecimento, é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento dos outros cientistas, seus pares. (MUELLER, 2000, p.21)

A divulgação dos resultados alcançados em pesquisas, mesmo que parciais, produz um amplo e complexo sistema de comunicação que se utiliza de canais formais e informais para a disseminação e o registro das comunicações científicas. Sobre esses canais formais e informais, Meadows (1999), considera que:

Os canais informais [...] são geralmente aqueles usados na parte inicial do contínuo do modelo; é o próprio pesquisador que o escolhe; a informação veiculada é recente e, destina-se a públicos restritos, portanto, o acesso é limitado. As informações veiculadas nem sempre serão armazenadas e assim será difícil recuperá-las [...] **Os canais formais** permitem o acesso mais amplo, de maneira que as informações sejam facilmente coletadas e armazenadas; essas informações são, geralmente, mais trabalhadas, correspondendo aos estágios mais adiantados do contínuo do modelo. (MEADOWS, 1999, p.30, grifo nosso).

As fontes de informação **formais**, quanto à origem, apresentam a seguinte classificação:

- a) documentos primários: contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos; alguns podem ter o aspecto de registro de observações (como, por exemplo, os relatórios de expedições científicas) ou podem ser descritivos (como a literatura comercial);
- b) documentos secundários: contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles;
- c) documentos terciários: têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, sendo que, na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários, além de informação factual; este livro é um exemplo de documento terciário. (GROGAN, 1970 apud CUNHA, p.ix)

A categorização das fontes de informação formais em fontes primárias, secundárias e terciárias possibilita, no caso específico desta pesquisa, uma melhor compreensão da abrangência e da finalidade de cada bibliografia básica e complementar adotada pelos docentes dos cursos de graduação da UAEADTec e validada por seus respectivos NDEs no processo de elaboração e atualização dos PPCs.

É necessário compreender que as bibliografias básicas e complementares especificadas nos planos de curso das disciplinas são importantes fontes de informações para o discente e para a biblioteca, tendo em vista o “impacto na formação do acervo e à relevância na audiência informacional do discente para acompanhar, de um lado, os conteúdos das diferentes disciplinas, de outro, o curso no seu todo” (LUBISCO, 2019, p.673).

Lubisco (2019, p.765) também considera que “Os tipos de fontes de informação utilizadas para a seleção das bibliografias são importantes e é outro aspecto a ser observado pelos docentes e pelos bibliotecários, pois suas características de qualidade têm potencial para refletir-se no nível da produção dos discentes”.

Na literatura, a categorização dessas fontes de informação apresenta algumas variações. Para melhor ilustração, adotamos o levantamento realizado por Waltrick (2009), que bem sintetizou a classificação utilizada por Cunha (2001), Souza (2001), Mueller (2000) e Christóvão (1979), conforme os quadros 08, 09 e 10 a seguir.

Quadro 08 - Classificação das fontes de informação primárias

AUTORES	FONTES PRIMÁRIAS
CUNHA (2001)	Congressos e conferências, legislações, nomes e marcas, normas técnicas, patentes, periódicos, projetos e pesquisas em andamento, relatórios técnicos teses e dissertações, traduções;
SOUZA (2001)	Livros temáticos, artigos científicos ou técnicos, relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, dissertações e teses, patentes, normas técnicas, literatura comercial, legislação;
MUELLER (2000)	Relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações, patentes, normas técnicas e o artigo científico);
CHRISTOVÃO (1979)	Relatórios, livros, trabalhos apresentados em eventos, artigos de periódicos, normas técnicas, patentes, teses e dissertações).

Fonte: Adaptado de Waltrick (2009, p.68)

Quadro 09 - Classificação das fontes de informação secundárias

AUTORES	FONTES SECUNDÁRIAS
CUNHA (2001)	Bases de dados, bancos de dados, bibliografias, biografias, catálogos de bibliotecas, dicionários, livros, manuais, internet;
SOUZA (2001)	Enciclopédias, dicionários, manuais, revisões de literatura, fontes estatísticas, tratados, livros-texto, anuários;
MUELLER (2000)	Enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões da literatura, tratados, certas monografias e livros-texto, anuários e outras;
CHRISTOVÃO (1979)	Enciclopédias, dicionários, manuais, tabelas, revisões de literatura, tratados, fontes estatísticas, anuários, entre outros.

Fonte: Adaptado de Waltrick (2009, p.68)

Quadro 10 - Classificação das fontes de informação terciárias

AUTORES	FONTES TERCIÁRIAS
CUNHA (2001)	Bibliografias de bibliografia, bibliotecas, centros de informação e diretórios;
SOUZA (2001)	Bibliografias, abstracts, cadastros, digestos, cadastros de produtos e serviços, catálogos coletivos, guias da literatura, bibliografias de bibliografias, periódicos de indexação e resumos, diretórios;
MUELLER (2000)	Bibliografias, serviços de indexação e resumos, catálogos coletivos, guias de literatura, diretórios e outra;
CHRISTOVÃO (1979)	Bibliografias, catálogos, índices, guias, diretórios, base de dados, entre outros.

Fonte: Adaptado de Waltrick (2009, p.68)

Como podemos observar nos quadros acima, de forma geral, existe um consenso quanto à categorização das fontes de informações científica entre os quatro autores adotados, apesar de algumas flutuações.

O advento da internet e as facilidades de acesso às redes de comunicação ocasionou um crescimento exponencial às fontes de informação científica. Essa explosão bibliográfica tem proporcionado mudanças significativas na quantidade, velocidade e diversidade de suportes e formatos, impactando diretamente a disseminação e o acesso às fontes de informação, sejam essas impressas ou digitais.

Apesar dessa diversidade de suportes e formatos oportunizados pelas novas TICs, as fontes de informação científica não sofrem alterações no que se refere à sua classificação e categorização.

Diante do volume, velocidade e formatos com que a informação hoje se apresenta, conhecer e identificar informações com rigor científico e de qualidade tem sido um grande desafio. Conhecer sua origem, como são classificadas, o público ao qual se destina e os canais de comunicação utilizados para sua produção e disseminação torna-se imprescindível para o êxito na recuperação e no acesso a informações confiáveis, assertivas e que atendam às necessidades dos usuários.

2.5.1 Critérios de qualidade das fontes de informação

Em tempos de explosão bibliográfica, diante da quantidade, velocidade e formatos com que as informações se impõem, avaliar fontes de informação por critérios de qualidade é uma tarefa bastante complexa e, muitas vezes, subjetiva.

[...] o termo qualidade da informação é subjetivo e de complexa definição. O mesmo ocorre com os modelos para avaliação de fontes e qualidade da informação, visto que cada autor elabora o próprio modelo, não havendo nenhum aceite de maneira consensual pelos estudiosos. Como consequência, as métricas para se aferir a qualidade são subjetivas e condizentes com a realidade de cada problema pesquisado. (DUTRA; BARBOSA, 2017, p.29).

Para Oleto (2006, p 58), “qualidade é um desses substantivos abstratos, um desses constructos de entendimento rápido por meio do senso comum, mas de complexo entendimento, quando se busca definição mais rigorosa, quando, na construção de uma teoria se procura relacioná-lo a outras variáveis.”

Dutra e Barbosa (2017, p. 29) destacam que:

Dentre os diversos estudos analisados, nenhum apresentou uma definição consistente sobre o significado deste termo. De acordo com os autores, o termo qualidade da informação é subjetivo e de complexa definição. O mesmo ocorre com os modelos para avaliação de fontes e qualidade da informação, visto que cada autor elabora o próprio modelo, não havendo nenhum aceite de maneira consensual pelos estudiosos. Como consequência, as métricas para se aferir a qualidade são subjetivas e condizentes com a realidade de cada problema pesquisado.

Cientes da dificuldade de um consenso na literatura quanto à definição de um conceito e de critérios adotados sobre a qualidade da informação científica, apresentamos, para fins de reflexão, os critérios identificados por Dutra e Barbosa (2017) ao realizar uma revisão sistemática de literatura sobre o tema em questão. Tal revisão compreendeu os anos de 1974 a 2016 e identificou 73 documentos. Dentre os critérios encontrados, os de maior ocorrência foram:

- Atualidade/Atualização;
- Confiabilidade/Integridade da Informação;
- Completude/Suficiência;
- Oportunidade;
- Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência;

- Relevância/Importância;
- Origem/Autoria/Localizabilidade;
- Concisão/Objetividade; Abrangência/Cobertura/Alcance.

Na perspectiva da seleção de fontes de informação para compor acervos bibliográficos, Vergueiro (1997) sugere a adoção de critérios sob três abordagens: conteúdo dos documentos, adequação ao usuário e aspectos adicionais do documento, pormenorizados no quadro a seguir.

Quadro 11 - Critérios de qualidade para a seleção de fontes de informação (continua)

Conteúdo dos documentos	
Autoridade	Consiste em atribuir a qualidade de uma bibliografia, a partir da credibilidade de seu autor ou editora.
Precisão	De acordo com Vergueiro (1997, p.22), esse critério “visa evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta”
Imparcialidade	Refere-se à neutralidade da informação, se todos os aspectos do tema estão sendo tratados de forma justa.
Atualidade	“Identifica quão recente é o conteúdo da informação obtida. A atualidade qualifica a informação como atualizada ou desatualizada.” (SOUSA, 2018, p.49) Para algumas áreas do conhecimento, esse é um critério decisivo.
Cobertura/Tratamento	Refere-se à forma como o assunto é discutido, se o tema foi abordado de forma superficial ou profunda.
Adequação ao usuário	
Conveniência	Tem como objetivo verificar se a informação é adequada e aos seus usuários. Para vergueiro, esses critérios visam a identificar se “o trabalho é apresentado em um nível, de vocabulário e visual, que seja compreensível pelo usuário (VERGUEIRO, 1997, p.24).
Idioma	Consiste em verificar se o idioma da bibliografia é acessível aos seus usuários.
Relevância/Interesse	“[...] é a propriedade que identifica o valor, o interesse ou a implicação da informação para o fim a que se propõe. A relevância qualifica a informação como relevante ou irrelevante” (AROUCK, 2011, p. 85).

Quadro 11 - Critérios de qualidade para a seleção de fontes de informação
(conclusão)

Estilo	Refere-se a verificar se a linguagem utilizada está adequada ao seu usuário final.
Aspectos adicionais do documento	
Características físicas	Este critério avalia a apresentação física e visual da informação. Para Vergueiro (1999, p.27), “As características físicas são muito importantes para materiais com previsão de alta demanda ou dirigidos para públicos específicos”.
Aspectos especiais	Este critério consiste em avaliar a qualidade das bibliografias utilizadas, bem como a inserção de prefácios, apêndices, anexos, notas, índices e demais informações adicionais.
Contribuição potencial	Tem como objetivo a relação da bibliografia com as demais obras. “É preciso que cada item seja analisado do ponto de vista de sua relação com os demais, verificando-se quanto contrabalança [...]” (VERGUEIRO, 1979, p.27).
Custo	Visa a analisar o valor da obra diante dos recursos financeiros disponíveis, no caso das aquisições por compra, sem desconsiderar os critérios anteriores.

Fonte: Adaptado de Vergueiro (1997)

Os critérios destacados por Dutra e Barbosa (2017) e Vergueiro (1997) e tantos outros autores encontrados se aplicam a todas as fontes de informação. Contudo, a adoção e a preponderância de um critério sobre o outro vai depender dos objetivos, do público-alvo e do tipo de fontes de informação a ser selecionado.

Entretanto, alguns estudos voltados para as fontes de informação disponíveis na internet têm estabelecido critérios específicos, tendo em vista o tratamento e o uso dado a esse tipo de fontes de informação. Dentre esses estudos, explicitamos o de Sousa (2018) adaptado de Tomaél e Valentim (2004), que estabelece os seguintes critérios:

- Informações de identificação;
- Consistência das informações;
- Confiabilidade das informações;
- Adequação das fontes (tipo de linguagem utilizada);
- Links;
- Facilidade de uso;

- Layout das fontes.

Tomaél e Valentim (2004) destacam que:

As fontes de informação na Internet requerem tratamento e uso diferenciados, exigindo um estudo dos tipos de fontes, de como são trabalhadas e como designadas na rede, pois ainda existem poucas pesquisas que têm como objeto de análise esta abordagem. (TOMAÉL; VALENTIM, 2004, p. 5-6)

Apesar do destaque dado para os critérios de qualidade voltados especificamente para as fontes de informação na internet, verificamos que há um alinhamento, uma compatibilidade com os critérios de qualidade citados anteriormente.

Para fins desta pesquisa, adotamos critérios de qualidade que contribuam para a escolha e validação de fontes de informação que dialoguem com o processo de ensino-aprendizagem, independentemente do suporte ao qual estará veiculado. Contudo, compreendemos a importância da facilidade e da rapidez de acesso proporcionado pelas fontes de informação digitais no contexto de cursos ofertados na modalidade a distância, mas julgamos ser essa abordagem objeto de outros estudos.

A adoção de critérios de qualidade para as bibliografias básicas e complementares que irão compor as ementas dos PPCs é uma atividade complexa e de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem, e deve agregar outros atores envolvidos nas atividades acadêmicas e pedagógicas do curso e da instituição como um todo. Como destaca Sousa (2018),

Organizar e qualificar as fontes de informação que serão utilizadas na construção de novos conhecimentos implica um trabalho operacional sobre o qual poucos se dão conta acerca dada sua estruturação e do seu funcionamento, o que pode acarretar erros na recuperação de informação pertinente à demanda e conseqüentemente na sua aplicação para os fins desejados, pela falta de critérios de qualidade dessas fontes. (SOUSA, 2018, p.41).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Gil (2022, p. 17), a pesquisa é o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Trata-se, então, de tentar encontrar respostas para uma determinada situação ou problema, mediante a adoção de métodos e técnicas científicas. Sobre o método, o autor considera ser o “caminho para chegar a um fim” ou um “conjunto de regras básicas para desenvolver uma investigação com vistas a produzir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos existentes” (GIL, 2019, p. 9). No que se refere a técnicas de pesquisa, Marconi e Lakatos (2021, p.66) considera ser “um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. É a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. Nessa perspectiva, para atender à questão norteadora e aos objetivos geral e específicos desta pesquisa, adotamos os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem, trata-se de pesquisa **qualitativa**, uma vez que esse tipo de pesquisa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão, dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, da subjetividade dos dados e das atitudes de um grupo social e de uma organização. Para Minayo (2012, p.21), a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares”. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Complementando, Marconi e Lakatos (2022b, p.299) explicam que

A pesquisa qualitativa objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem.

Quanto à natureza, a presente pesquisa caracteriza-se como **aplicada**, tendo em vista que busca soluções para resolução de problemas, já que “A pesquisa aplicada, diferentemente da pesquisa pura, procura descrever e diagnosticar situações reais com vistas a propor soluções imediatas”. (GIL, 2019, p.26).

Considerando o objetivo geral adotado neste estudo, analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias dos PPC dos cursos de

graduação da UAEADTec, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. As **pesquisas descritivas** “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”(GIL, 2019, p. 26), bem como descrever o “objeto por meio da observação do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica ou documental” (BARROS, 2014, p.34).

Esta pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos, enquadra-se como **documental, bibliográfica e de campo**. Na pesquisa **documental**, “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Essas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2021. p.66). No que se refere à pesquisa **bibliográfica** ou de fontes secundárias, refere-se a toda **bibliografia** “já tornada pública em relação ao tema de estudo, [...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p.76).

Para melhor compreensão, Gil (2022, p.44) destaca que a diferença entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica está na natureza das fontes, uma vez que:

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. Mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais. Por exemplo, relatos de pesquisas, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. Assim, recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados.

Na pesquisa documental, portanto, será realizada uma análise de documentos administrativos e pedagógicos da UFRPE: regimentos, resoluções, portarias, PDI, projetos pedagógicos institucionais e de cursos, relatórios do NDE, plano de atualização de acervo, demais fontes primárias voltados ao ensino de graduação e a indicação e aquisição de bibliografias básicas e complementares.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, será realizada uma revisão de literatura dos temas que envolvem as áreas de pesquisa em legislações, dissertações, teses, livros, relatórios, artigos científicos, dentre outros, visando a enriquecer o referencial teórico e contribuir para o problema de pesquisa, além de, após a coleta e

análise dos dados, permitir que as discussões sejam lastreadas de forma mais efetiva pela fundamentação teórica (diálogo entre resultados e referencial teórico).

Considerando que serão aplicados questionários e entrevistas, esta pesquisa também se caracteriza como **pesquisa de campo**, pois, como destaca Gil (2019, p.28), as pesquisas de campo utilizam dados “obtidos no local em que os fenômenos ocorrem espontaneamente, mediante procedimentos como observação, aplicação de questionários e entrevistas”.

3.2 CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA

O cenário para a realização desta pesquisa é a UAEADTec, Unidade Acadêmica da UFRPE, que tem se destacado “no cenário pernambucano e no âmbito Norte-Nordeste como uma das instituições pioneiras na oferta de cursos na modalidade a distância” (SILVA, 2016, p.16).

O interesse por esta Unidade Acadêmica se deu devido às peculiaridades que envolvem a aquisição e o acesso a bibliografias básicas e complementares de um curso de graduação a distância, tendo em vista a distância geográfica da comunidade acadêmica, em especial, dos discentes, em relação às bibliotecas do SIB-UFRPE, além das dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas dos polos de apoio presencial no que se refere à formação, desenvolvimento e gerenciamento de seus acervos.

A UAEADTec foi institucionalizada no ano de 2010, através da Resolução nº 017/2010 do Conselho Universitário. Contudo, desde 2005, a UFRPE tem ofertado cursos na modalidade EAD, com a adesão ao Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio: Pró-Licenciatura.

Em 2006, a UFRPE ofertou o primeiro curso de graduação na modalidade EAD: o curso de Licenciatura em Física, autorizado através da Portaria nº 3.726, de 21 de outubro de 2005, por meio do Programa Pró-Licenciatura.

Ainda em 2006, a UFRPE aderiu ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa que foi instituído por meio do decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, ampliando, assim, a oferta de novas vagas e novos cursos na modalidade EAD na UFRPE.

Atualmente, a UAEADTec possui 8 cursos de graduação, 2 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 2 programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O método de ingresso nos cursos de graduação da UAEADTec é realizado através de Edital Específico, publicado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFRPE, que utiliza a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Esses cursos de graduação são ofertados através do programa UAB e “utilizam a metodologia semi-presencial com encontros presenciais nos polos, aos sábados e acompanhamento diário pelo ambiente virtual Moodle” (UFRPE, 2023).

À época do Exame de Qualificação desta pesquisa, de acordo com o Relatório de Autoavaliação realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRPE, referente ao ano de 2022, os cursos de graduação da UAEADTec possuíam uma população de 524 discentes, 42 docentes e 18 técnico-administrativos, além da equipe de terceirizados, bolsistas, tutores e docentes envolvidos nas atividades de apoio aos polos de apoio presencial que não foram contabilizados.

Tendo em vista os processos seletivos para ingresso de novos estudantes realizados pela UAEADTec, posteriores aos dados coletados pela CPA, fez-se necessária a atualização dessa população.

Para isso, foi realizada uma nova consulta (maio de 2023) ao Setor de Escolaridade dessa Unidade Acadêmica, onde verificamos um aumento significativo no número de discentes matriculados. Esse número passou de 524 para 1.119 estudantes, distribuídos nos 08 cursos de Graduação, conforme figura abaixo:

Período Letivo:	2023.1
Visualizar:	Todos
Ordenação:	Por Curso
Tipo:	Todos
Modalidade:	Todos
Data:	22/05/2023
Hora:	08:49:05

Curso	Discentes Vinculados
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - UEDT	99
BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - UEDT	140
LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS - UEDT	183
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO - UEDT	172
LICENCIATURA EM FÍSICA - UEDT	92
LICENCIATURA EM HISTÓRIA - UEDT	154
LICENCIATURA EM LETRAS - PORTUGUÊS-UEDT	144
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - UEDT	215
Total de Cursos : 8	1199

Fonte: Setor de Escolaridade da UAEADTec (2023)

Destacamos, ainda, que, para o segundo semestre deste ano de 2023, está previsto, para a UAEADTec, o ingresso de 735 novas vagas para os cursos de graduação em Licenciatura em Artes Visuais, com ênfase em Digitais, Licenciatura em Física, Licenciatura em História e Licenciatura em Letras, por meio do processo seletivo realizado pela PREG da UFRPE, através do Edital 16/2023, de 06 de maio de 2023. Compreendemos que o ingresso desses novos discentes elevará significativamente a demanda por acesso a bibliografias básicas e complementares necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas.

Quanto aos dados dos servidores, foi realizada uma consulta à Direção Geral e Acadêmica da UAEADTec para a atualização dos dados. Não houve grandes alterações no número de docentes e técnicos administrativos. Atualmente (maio de 2023), são 41 docentes efetivos e 21 técnicos administrativos, acrescido de 14 colaboradores terceirizados, que exercem importante apoio às atividades administrativas nas dependências da Unidade, *campus* sede.

Os cursos de graduação da UAEADTec também contam com bolsistas contratados temporariamente, através da UAB, que atuam diretamente nas atividades administrativas e pedagógicas dos mesmos. São 168 bolsistas, distribuídos nos vínculos de professores formadores, tutores a distância, tutores presenciais, equipe multidisciplinar, coordenadores e coordenadores de tutoria. Vale ressaltar que esses

dados sofrem periodicamente alterações, tendo em vista a transitoriedade desses vínculos.

Considerando os dados coletados acima, a comunidade acadêmica dos cursos de graduação da UAEADTec, atualmente (maio de 2023), é constituída por 1.443. Para uma melhor visualização desses dados, elaboramos o quadro 12 a seguir:

Quadro 12 - Comunidade acadêmica dos cursos de graduação da UAEADTec

Vínculo	Qt.
Discentes de graduação	1.199
Docentes	41
Técnicos administrativos	21
Terceirizados	14
Bolsistas UAB	168
Total	1.443

Fonte: Setor de Escolaridade e Direção da UAEADTec (2023).

Sendo, portanto, a UAEADTec cenário de pesquisa, e visando a atender aos objetivos dessa, e por compreender que a escolha das bibliografias básicas e complementares a serem ofertadas em cursos de graduação não deve ser uma atividade isolada, nem finalizada com a validação dessas pelos NDEs, uma vez que esbarram em processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos e envolvem diversos atores institucionais, optamos pelos seguintes sujeitos participantes:

- Os Presidentes dos NDES, tendo em vista sua responsabilidade na condução dos trabalhos desenvolvidos pelo NDE, bem como na condição de Coordenador do Curso;
- Os membros dos NDEs dos cursos de graduação da UAEADTec, tendo em vista que, dentre suas atribuições acadêmicas, está o acompanhamento, de forma atuante, no processo de concepção, consolidação e a contínua atualização do projeto pedagógico do curso;
- Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec, que, dentre suas atribuições, está o de assessorar na elaboração ou atualização dos PPCs de graduação no âmbito da UAEADTec;

- A Coordenação de Ações Pedagógicas e Regulações da PREG da UFRPE, que é responsável por: Acompanhar os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem na Educação Superior; Assessorar na construção e no acompanhamento e na implantação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação; Assessorar as atividades relacionadas aos processos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos Cursos de Graduação;
- A Direção do SIB- UFRPE, que, dentre suas finalidades, tem como destaque a formação e o desenvolvimento de acervos bibliográficos, visando a garantir suporte informacional aos cursos ofertados pela UFRPE, em consonância com os instrumentos avaliativos do MEC.

A partir da definição dos atores institucionais acima elencados, o levantamento inicial contava com 45 sujeitos participantes. Vale a pena destacar que, no caso dos docentes que atuavam em mais de 01 (um) NDE, esses receberam convite para responder o questionário uma única vez, tendo em vista que o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo adotado pelos NDEs da UAEADTec enquanto Unidade Acadêmica, e não enquanto curso de graduação especificamente.

No segundo momento, com a análise da documentação solicitada à Secretaria da Coordenação Geral dos Cursos de Graduação, identificamos que, durante o período de realização desta pesquisa, a Portaria de designação dos docentes (Presidentes e membros) para comporem o NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia estava fora do prazo de validade e sem previsão de atualização, tendo em vista mudanças estruturais na composição do curso, não sendo possível a aplicação dos questionários a esse grupo de docentes. Com a retirada dos nomes do presidente e dos demais membros do curso de Licenciatura em Pedagogia, o número caiu para 41 participantes.

Com a finalização da coleta de dados para esse universo de 41 convidados a participarem da pesquisa, obtivemos o retorno de 32, o que representa 78% de respostas obtidas. Essa redução dos participantes deu-se em função de 09 membros dos NDES que não retornaram o questionário. recebido. Os demais participantes: presidentes dos NDEs e demais gestores participaram plenamente dos questionários e entrevistas respectivamente realizadas.

Para melhor compreensão, o quadro 13, a seguir, apresenta como se processou a alteração nos quantitativos dos participantes ao longo da aplicação da pesquisa.

Quadro 13 - Quantitativo dos participantes

Participantes	Quant. identificados inicialmente	Quant. aptos a responderem	Quant. de respondentes
Presidentes dos NDEs	08	07	07
Membros dos NDEs	34	31	22
Seção de Avaliação Institucional Externa	01	01	01
Coordenação da CAPR/PREG	01	01	01
Direção do SIB/UFRPE	01	01	01
Total	45	41	32

Fonte:Elaborado pela autora (2023)

Com o intuito de garantir o anonimato dos participantes ao longo das discussões dos resultados da pesquisa, atribuímos a esses códigos, de acordo com suas funções institucionais:

CP : para nos referirmos aos coordenadores de cursos e Presidentes dos NDEs;

DM : para nos referirmos aos docentes membros dos NDES;

G : para nos referirmos aos gestores que participaram desta pesquisa: Seção de Avaliação Institucional Externa, Coordenação da CAPR/PREG e Direção do SIB/UFRPE.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados são ferramentas que possibilitam o levantamento de informações e de dados necessários para atender aos objetivos de uma pesquisa. Marconi e Lakatos (2021) destacam que há uma variedade de instrumentos e procedimentos para a coleta de dados, e que a escolha desses deve se adequar às circunstâncias e ao tipo de investigação a ser realizada.

Para esta pesquisa, a coleta de dados foi realizada com a aplicação de dois instrumentos de coleta: **questionários e entrevistas semiestruturadas**.

Visando a atender aos objetivos desta pesquisa, e alinhados às categorias definidas, *a priori*, a serem trabalhadas através da análise de conteúdo, os instrumentos de coleta de dados (questionários e entrevistas semiestruturadas) foram elaborados sob 4 eixos temáticos:

Componente I - Perfil do participantes;

Componente II - Atos normativos;

Componente III - Critérios utilizados; e

Componente IV - Comunicação com as bibliotecas

Juntamente com os convites para a participação dos questionários e das entrevistas semiestruturadas, seguiu um texto introdutório, contextualizando os sujeitos participantes sobre os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)¹, onde foi explicitada a garantia de anonimato dos sujeitos, bem como a não obrigatoriedade de sua participação.

Os **questionários** foram construídos e aplicados eletronicamente, via *google forms*, e enviados para os e-mails institucionais (coletados na secretaria da Coordenação Geral dos Cursos de Graduação da UAEADTec), através de lista oculta. Foram compostos por questões abertas e fechadas, sendo utilizada a opção de múltipla escolha para as questões fechadas.

Segundo Richardson (2012, p.189), os questionários destacam-se por duas funções primordiais: “descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”.

Marconi e Lakatos (2021) consideram que as questões apresentadas no questionário devem ser elaboradas e alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa. Nessa perspectiva, com o intuito de alcançar os objetivos específicos estabelecidos nesta pesquisa, foram utilizados os seguintes questionários:

- a) Questionário destinado aos Presidentes dos NDEs da UAEADTec, composto por 34 questões abertas e fechadas (Apêndice A); e

¹ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar. (BRASIL, 2012)

b) Questionário direcionado aos docentes membros dos NDES da UAEADTec, também composto por 34 questões abertas e fechadas (Apêndice B).

Antes da aplicação dos questionários, foi realizado um pré-teste, visando a identificar: clareza e precisão das perguntas, possíveis falhas, incoerências ou complexidade quanto aos objetivos pretendidos, bem como perguntas desnecessárias ou excessivas. Para Marconi e Lakatos (2021, p. 108), a realização do pré-teste também permite ao pesquisador verificar três importantes elementos: “a)Fidedignidade: qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos resultados. b)Validade: os dados recolhidos são necessários à pesquisa. c) Operatividade: vocabulário acessível e significado claro”.

O pré-teste desta pesquisa foi realizado com 04 docentes lotados em outra Unidade Acadêmica da UFRPE, sendo que 02 (enquanto coordenadores de cursos de graduação) responderam ao questionário voltado aos Presidentes dos NDEs e outros dois docentes realizaram o pré-teste relativo ao questionário destinado aos membros dos NDEs. A escolha desses sujeitos está alinhada ao pensamento de Gil (1999, p.137), quando considera que “o ideal é que o pré-teste seja efetuado com um grupo típico àquele que vai constituir a população em estudo” Após a aplicação do pré-teste, percebemos a necessidade de realizar alguns ajustes,em relação à reelaboração de algumas perguntas,objetivando uma melhor interpretação da mesma, correções gramaticais passadas despercebidas até então e alteração no texto introdutório do questionário, para deixá-lo com uma linguagem mais clara e direta.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro previamente elaborado e enviado para o e-mail institucional dos gestores participantes, acrescido de dia, hora e endereço eletrônico do Google Meet. A entrevista foi elaborada com questões abertas, foram gravadas e transcritas com as devidas autorizações dos participantes. Essas foram realizadas através do serviço de comunicação pela plataforma de áudio e vídeo *Google Meet*, com cerca de 20 questões abertas, que tiveram, aproximadamente, 50 (cinquenta) minutos de duração.

Segundo Manzini (2012, p.165), as entrevistas semiestruturadas têm como característica um roteiro de perguntas abertas e são indicadas para estudar um fenômeno com uma população específica. “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido”, ou seja, as perguntas que serão feitas são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada

de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano”. (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 101)

Visando a dialogar com os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários aos presidentes e membros dos NDEs, na perspectiva de compreender como os demais atores institucionais percebem e interagem no processo de validação das bibliografias básicas e complementares dos PPCs da UAEADTec, foram realizadas entrevistas com a:

- a) Direção do SIB-UFRPE(apêndice C);
- b) Coordenação de Ações Pedagógicas e Regulações da PREG da UFRPE (apêndice D);
- c) Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec (apêndice E).

Para as análises dos dados coletados, foi realizada a estatística descritiva para as questões fechadas do questionário. No que tange às questões abertas e às entrevistas semiestruturadas, foi realizada a análise de conteúdo de Laurence Bardin, sob a técnica da análise temática, que será melhor discutida no capítulo que trata dos procedimentos de análise e interpretação dos dados.

3.4 QUESTÕES ÉTICAS

Em observância às questões éticas e morais para a realização desta pesquisa, foi solicitada, inicialmente, autorização junto ao Conselho Técnico Administrativo (CTA) da UAEADTec da UFRPE, conforme o processo nº 23082.009244/2023-95, aprovada através da Decisão CTA/UAEADTec nº 073/2023 (Anexo A).

Em paralelo, esta pesquisa também foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, através da Plataforma Brasil, que emitiu o parecer consubstanciado (número 6.295.737) aprovando a pesquisa (Anexo B).

Buscando esclarecer previamente os sujeitos participantes da pesquisa com informações sobre os objetivos, natureza, riscos e benefícios da pesquisa, foram elaborados dois TCLE. Um deles foi destinado aos participantes dos questionários (apêndice F), enquanto o outro foi direcionado aos participantes das entrevistas

(apêndice G). Os TCLEs foram construídos seguindo as instruções estabelecidas pelo Comitê de Ética da UFRPE (www.cep.ufrpe.br), garantindo, portanto, a privacidade, a confidencialidade e o anonimato das respostas. No caso das entrevistas, os gestores foram identificados por suas respectivas funções.

Vale destacar que, ao envolver gestores de outros setores da UFRPE para além da UAEADTec, uma carta de anuência foi assinada pela Reitoria, autorizando o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito da Universidade. Tal carta é parte integrante da documentação exigida pelo Conselho Nacional de Saúde, no momento do cadastro na Plataforma Brasil.

3.4.1 Riscos e benefícios da pesquisa

Todas as pesquisas que envolvem seres humanos estão suscetíveis de apresentarem potenciais riscos e/ou incômodos aos seus participantes, assim como benefícios diretos e indiretos. Cabe ao pesquisador atuar no sentido de que os benefícios proporcionados pela pesquisa predominem sobre os riscos apresentados. Sobre o cuidado com os riscos gerados pela pesquisa com seres humanos, a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, estabelece que:

Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los [...] Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo. A análise de risco é componente imprescindível à análise ética [...] (BRASIL, 2012)

Os riscos gerados por uma pesquisa podem ter reflexos em várias dimensões da vida humana. Tais riscos podem atingir a “dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente” (BRASIL, 2012).

Para esta pesquisa, foram considerados como possíveis riscos:

- a) Receio de exposição;
- b) Constrangimento em responder às questões;
- c) Constrangimento durante as gravações, no caso das entrevistas;

- d) Cansaço (físico ou mental) ou aborrecimento ao responder às questões;
- e) Astenopia, causada pela exposição à tela;
- f) Vergonha pela incapacidade de responder à(s) pergunta(s), devido ao desconhecimento do tema;
- g) Desinteresse pelo tema.

O ambiente virtual utilizado para a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas também podem propiciar possíveis riscos aos seus participantes. Dentre eles, destacamos:

- a) Desconforto do sujeito participante com a utilização da ferramenta Google Forms, e do Google Meet, para os respondentes dos questionários e os participantes da entrevista, respectivamente;
- b) Links com defeito;
- c) E-mails não localizados, por terem sido enviados para a caixa do spam;
- d) Problemas de conexão;
- e) Exposição a vírus ou ataques hackers.

Acreditamos que o acesso prévio dos participantes ao TCLE ajudará a dirimir os possíveis riscos e proporcionará um maior conforto e segurança para os sujeitos envolvidos na pesquisa. De toda forma, na elaboração dos questionários e dos roteiros das entrevistas, buscamos formular perguntas objetivas, simples e curtas a serem respondidas.

Quanto aos benefícios que uma pesquisa com seres humanos pode proporcionar, o Conselho Nacional de Saúde considera que esses podem ser um "proveito direto ou indireto, imediato ou posterior, auferido pelo participante e/ou sua comunidade em decorrência de sua participação na pesquisa" (BRASIL, 2012).

Como benefícios diretos, consideramos que esta pesquisa proporcionará:

- a) Informações que serão estratégicas à gestão acadêmica e pedagógica do curso de graduação da UAEADTec (NDES, Coordenação UAB-UFRPE, Coordenações de cursos e Coordenação geral dos Cursos de Graduação), da Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec e da CAPR/PREG;

- b) Reflexão e elaboração de critérios institucionais para a validação das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec;
- c) Atualização da Política de Formação e Desenvolvimento dos Acervos do SIB-UFRPE, no que se refere aos critérios de aquisição para as bibliografias básicas e complementares dos cursos da UAEADTec.

Indiretamente, entendemos que esta pesquisa contribuirá para o fortalecimento dos cursos de graduação da UAEADTec, no relativo à qualidade dos cursos ofertados, assim como também contribuirá para os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com a coleta de dados realizada, foi iniciada a etapa de análise e interpretação dos dados, que consiste, segundo Marconi e Lakatos (2022a, p.194), “no núcleo central da pesquisa”.

A análise e a interpretação dos dados coletados têm como objetivo “organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (GIL, 2019, p. 187).

Na tabulação dos dados quantitativos - as questões fechadas presentes nos questionários -, utilizamos a estatística descritiva simples, por meio de tabelas, gráficos e porcentagem. Segundo Reis (1996, p. 15) “A estatística descritiva consiste na recolha, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos”.

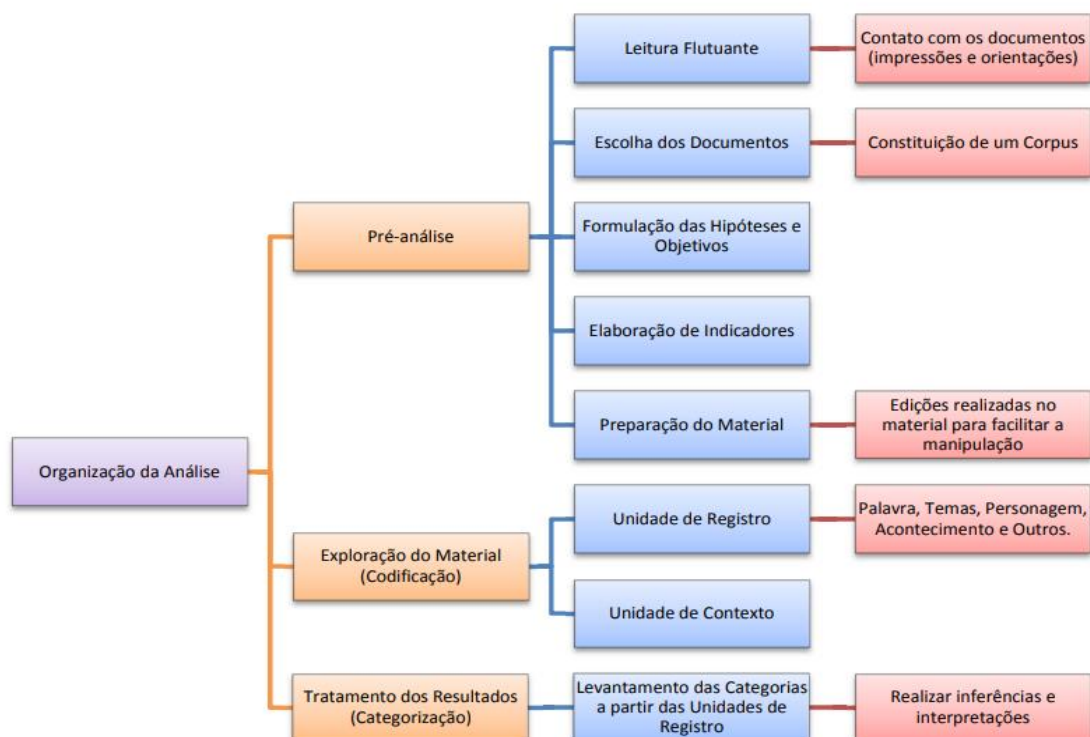
Para a análise e interpretação qualitativa dos dados textuais - questões abertas dos questionários e entrevistas semiestruturadas -, utilizamos a análise de conteúdo de Laurence Bardin. Trata-se de uma técnica que tem como meta extrair o significado mais profundo de uma comunicação, por meio de inferências. Para Bardin (2011, p. 47), a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) é composta por três grandes etapas: **organização, codificação e categorização**. A etapa da **organização** consiste numa pré-análise dos dados, é a sistematização e a organização propriamente dita dos dados brutos coletados. Na etapa da **Codificação**, é realizada a transformação desses dados brutos em dados representativos, agregando-os em unidades menores, de forma a criar uma classificação e sistematização desses dados. Já na **Categorização**, é realizada “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2011, p.117).

Essas três etapas são desdobradas em outras sub etapas. Para melhor compreensão, apresentamos abaixo a figura 4, elaborada por Benites (2013), que bem ilustra todo o processo proposto por Bardin:

Figura 04 - Etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin



Fonte: Benites (2013, p. 91)

Seguindo as etapas proposta por Bardin (2011), conforme ilustrado acima, para esta pesquisa, adotamos os seguintes passos:

Na **Pré-análise**, realizamos a organização e a sistematização dos dados brutos, iniciando com a transcrição das entrevistas e das questões abertas do questionário. Em seguida, realizamos a leitura flutuante dessas transcrições e dos gráficos gerados pelo google forms, juntamente com as respostas das questões fechadas). A leitura flutuante desses materiais viabilizou, através das regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, a definição do *corpus* a ser utilizado. Na sequência, foi realizada a referenciação do *corpus* selecionado, visando a facilitar sua identificação ao longo da análise e da interpretação dos dados. Por fim, procuramos identificar possíveis hipóteses e indicadores que facilitassem a interpretação do material coletado.

Na **codificação ou exploração do material**, realizamos a leitura aprofundada dos dados coletados, catalogando o *corpus* escolhido em unidades de registro. As unidades de registro são “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem sequencial” (BARDIN, 2011, p. 104). Compreendendo que essas são de natureza e dimensões diversas, adotamos nesta pesquisa o tema como nossas unidades de registro, na perspectiva de que, segundo Bardin:

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitude, de valores, de crenças, de tendências, etc.] As respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou em grupo[...] podem ser, e são frequentemente, analisadas tendo o tema por base. (BARDIN, 2011, p. 106)

Com o objetivo de facilitar a identificação dos participantes da pesquisa, adotamos a codificação realizada por Conceição (2019, p. 139), que utilizou letras maiúsculas e cores para sinalizar as unidades de contexto, conforme o quadro 14 a seguir:

Quadro 14 – Codificação das Unidades de Contexto

Presidentes dos NDEs	Membros dos NDEs	Gestores entrevistados
CPP01R01	DMP01R01	G01P01
CP: Coordenador Presidente	DM: Docente membro	G01: Numeração atribuída ao Gestor
P01: Numeração pergunta	P01: Numeração pergunta	P01: Numeração da página na transcrição
R01: Numeração resposta	R01: Numeração resposta	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No que se refere às unidades de registros, essas foram evidenciadas através do recurso de negrito na citação das unidades de contexto durante as análises dos resultados.

Em tempo, destacamos que os dados coletados com as entrevistas dos gestores entrevistados foram analisados e inseridos ao longo da discussão dos resultados, visando a corroborar ou contrapor as percepções dos NDES.

Posteriormente, foi realizada a **categorização** dos dados coletados, a partir de uma nova leitura aprofundada, na qual empregamos o procedimento em “caixa”, para reagrupar os dados codificados dentro de categorias pré-estabelecidas. No procedimento de caixa, "é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados" (BARDIN, 2011, p.119).

A construção das categorias de análise definidas nesta pesquisa foi criada a *priori*, ou seja, a partir do referencial teórico e dos objetivos específicos atribuídos a esta pesquisa. Quanto aos critérios adotados para a escolha das categorias, utilizamos os conceitos referendados por Bardin (2011):

Exclusão mútua – não pode haver um mesmo elemento dentro de categorias diferentes;

Homogeneidade – deve ser criado um só princípio de classificação para todas as categorias;

Pertinência – quando a categoria é relativa ao elemento que será analisado;

Objetividade e fidelidade – definição clara das variáveis e dos indicadores verificados nos dados que serão categorizados; e **Produtividade**: quando as inferências e interpretações são balizadas de maneira fidedigna aos resultados extraídos da coleta de dados (SILVA, 2022,p. 101).

É importante destacar que a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) também dispõe de várias técnicas para análise dos dados quantitativos e qualitativos coletados numa pesquisa. São elas: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso.

Nesta pesquisa, optamos pela análise categorial, também denominada de análise temática, por ser a opção mais apropriada quando se pretende compreender percepções, opiniões, atitudes e crenças dos sujeitos sobre o objeto estudado, visto que “Funciona por operações de desmembramentos do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2011, p.153).

Seguindo o percurso metodológico proposto por Bardin, e com o intuito de responder às inquietações desta pesquisa, definimos as 03 (três) categorias de análise, que foram as seguintes:

Categoria 1 - Compreensão dos NDEs sobre atos normativos que orientem a validação de bibliografias

A categoria 1 aborda o conhecimento dos NDEs da UAEADTec acerca de documentos e dos atos normativos que norteiam o processo de validação das bibliografias básicas e complementares dos PPCs, sob a perspectiva inicial da experiência e do tempo de atuação desses docentes com NDEs.

Categoria 2 - Critérios utilizados pelos NDEs para validação de bibliografias

A categoria 2 discorre sobre os critérios utilizados pelos NDEs para validação de bibliografias básicas e complementares, a partir das fontes de informações adotadas, bem como a compreensão sobre o que são bibliografias básicas e complementares; e

Categoria 3 - Comunicação dos NDEs com o SIB e com as bibliotecas dos polos de apoio presencial

Esta última categoria tem como objetivo compreender como é realizada a comunicação dos NDEs com o SIB-UFRPE e com bibliotecas dos polos de apoio presencial, no que se refere à aquisição de materiais bibliográficos, bem como o conhecimento desses sobre os acervos já existentes.

3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO DO PRODUTO (RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO)

Além dos resultados esperados com o desenvolvimento desta pesquisa, propõe-se a elaboração de um modelo de relatório de adequação a ser utilizado pelos cursos da UAEADTec da UFRPE.

A exigência de um relatório de adequação, referendado pelo NDE, é um desafio para as IES. Isso porque, apesar da exigência, o INEP não dispõe de uma orientação para a sua elaboração, nem define critérios de julgamento para as análises quantitativas e qualitativas das bibliografias básicas e complementares que compõem as UC.

Para além da falta de uma orientação para a elaboração de um relatório de adequação, entendemos que esse documento é um instrumento de gestão, que precisa dialogar com as políticas públicas de avaliação da educação superior para os cursos de graduação a distância e com os demais documentos de gestão da Instituição: o PDI, PPI e com os PPC da UAEADTec da UFRPE, bem como com os setores da Instituição envolvidos no processo de avaliação Institucional.

Assim, reforçando o que se tem afirmado até aqui, este projeto desenvolverá um **“Modelo de relatório de adequação das bibliografias dos cursos de graduação da UAEADTec da UFRPE”**, a ser disponibilizado às Coordenações de Cursos de Graduação da UAEADTec.

Tal documento, ao nortear os cursos de graduação da UAEADTec quanto à elaboração de um Relatório de Adequação das bibliografias básicas e complementares, proporcionará aos NDEs atender aos critérios de análise estipulados pelo INEP, através dos IACGs.

3.7 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir, no quadro 15, apresentamos uma síntese dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

Quadro 15 - Síntese dos procedimentos metodológicos

Objetivo geral			
Analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE			
Tipo de Pesquisa			
Abordagem qualitativa, aplicada, exploratória descritiva, documental, bibliográfica, pesquisa de campo.			
Objetivos Específicos	Categorias de análise	Técnica de coleta de dados	Análise de dados
Verificar o conhecimento dos docentes dos NDEs da UAEADTec acerca dos atos normativos internos e externos adotados para validação das bibliografias dos PPCs;	Compreensão dos NDES sobre atos normativos que orientem a validação de bibliografias	Pesquisa bibliográfica e documental Aplicação de questionário (questões abertas e fechadas)	Análise de conteúdo (BARDIN, 2011); Estatística descritiva (tabelas gráficos e percentagens)
Identificar os critérios utilizados pelos NDEs da UAEADTec para validação das bibliografias básicas e complementares de seus PPCs	Critérios utilizados pelos NDEs para validação de bibliografias	Aplicação de questionário (questões abertas e fechadas)	Análise de conteúdo (BARDIN, 2011); Estatística descritiva (tabelas gráficos e percentagens)
Compreender como é realizada a comunicação dos NDEs com o SIB- UFRPE e com os polos de apoio presencial, no que se refere à aquisição de materiais bibliográficos	Comunicação dos NDEs com o SIB e com as bibliotecas dos polos de apoio presencial	Aplicação de questionário (questões abertas e fechadas) e aplicação de Entrevista Semiestruturada	Análise de conteúdo (BARDIN, 2011); Estatística descritiva (tabelas gráficos e percentagens)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, este capítulo apresenta e discute os dados coletados, através da aplicação dos questionários e entrevistas, fundamentando-os com referencial teórico utilizado. Os resultados e as discussões foram realizados de acordo com as categorias de análise elaboradas para esta pesquisa. Ressaltamos que, conforme o descrito na seção que apresentou os procedimentos de análises e interpretação dos dados, as categorias adotadas nesta pesquisa foram definidas a priori, e dialoga diretamente com os objetivos propostos.

Destacamos que, de modo geral, esta pesquisa tem como objeto principal os NDEs da UAEADTec, sob três categorias a seguir:

- Compreensão dos NDES sobre atos normativos que orientem a validação de bibliografias;
- Critérios utilizados pelos NDEs para validação de bibliografias; e
- Comunicação dos NDEs com o SIB e com as bibliotecas dos polos de apoio presencial.

Os dados coletados com a aplicação dos questionários aos docentes (presidentes e membros) que atuam nos NDEs serão apresentados através de gráficos e tabelas, no que se refere às questões fechadas. Quanto às questões abertas, os dados serão apresentados através da citação das unidades de registros identificadas para cada categoria, assim como os dados coletados a partir da realização das entrevistas junto aos gestores.

Conforme apresentado na metodologia, visando a garantir o anonimato dos sujeitos desta pesquisa, atribuímos códigos que serão utilizados nas tabelas e nas citações ao longo das discussões. Os códigos são:

- CP:** para nos referirmos aos coordenadores de cursos e Presidentes dos NDEs;
- DM:** para nos referirmos aos docentes membros dos NDES;
- G:** para nos referirmos aos gestores que participaram desta pesquisa: Seção de Avaliação Institucional Externa, Coordenação da CAPR/PREG e Direção do SIB/UFRPE.

4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Inicialmente, apresentaremos o perfil dos participantes desta pesquisa a partir dos dados coletados referentes ao gênero, à faixa etária, à titulação e ao tempo de atuação desses na função institucional em que estão atuando.

Esse universo corresponde às respostas de 07 (sete) presidentes de NDE, 22 membros de NDE e 03 gestores institucionais, o que totaliza 32 participantes.

No que tange aos NDEs, quanto ao gênero, **71,4%** dos presidentes se identificaram como do gênero feminino e **28,6%** do gênero masculino. Quanto aos demais membros dos NDEs, **54,5%** se identificaram como do sexo feminino e **45,5%** do sexo masculino, conforme os dados apresentados no quadro abaixo:

Quadro 16 -Gênero dos membros dos NDEs

Gênero	CP	Masculino	28,6%
		Feminino	71,4%
	DM	Masculino	45,5%
		Feminino	54,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Em relação à faixa etária dos docentes que compõem os NDEs, a maioria dos presidentes têm idade entre 40 e 50 anos, o que corresponde a **57,1%**, enquanto **28,6%** têm idade entre 30 e 40 anos e **14,3%** têm mais de 50 anos.

Quanto aos docentes membros, a maioria deles (**50%**) também tem idade entre 40 e 50 anos, ao passo que **27,3%** têm idade acima de 50 anos e **22,7%** têm entre 30 e 40 anos, como pode ser observado no quadro 17:

Quadro 17-Faixa etária dos membros do NDE

Faixa etária	CP	Entre 30 e 40 anos	28,6%
		Entre 40 e 50 anos	57,1%
		Acima de 50 anos	14,3%
	DM	Entre 30 e 40 anos	22,7%
		Entre 40 e 50 anos	50%
		Acima de 50 anos	27,3%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Sobre a titulação, **57,1%** dos presidentes nos NDEs são mestres e **42,9%** doutores. Entre os membros, **59,1%** são doutores, 31,8% são mestres e 9,1% realizaram pós-doutorado, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 18 -Titulação dos membros dos NDEs

Última titulação	CP	Mestrado	57,1%
		Doutorado	42,9%
		Pós-Doutorado	--
	DM	Mestrado	31,8%
		Doutorado	59,1%
		Pós-Doutorado	9,1%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Sobre o tempo de atuação dos membros dos NDEs na UAEADTec, entre os presidentes dos NDEs **28,6%** têm entre 02 e 05 anos. Esse mesmo percentual é replicado nos presidentes que possuem entre 05 e 07 anos e nos que possuem mais de 10 anos de atuação na UAEADTec. Ainda, **14,3%** indicaram ter entre 07 e 10 anos.

Entre os membros, **45%** têm mais de 10 anos de atuação na UAEADTec, sendo que **27,3%** têm entre 07 e 10 anos, e **18,2%** têm menos de 02 anos. Os docentes que possuem de 02 a 05 anos e os que possuem de 05 a 07 anos representam **4,5%**, cada.

Quadro 19 -Tempo de atuação na UAEADTec

Tempo na UAEADTec	CP	De 02 a 05 anos	28,6%
		De 05 a 07 anos	28,6%
		De 07 a 10 anos	14,3%
		Mais de 10 anos	28,6%
	DM	Menos de 02 anos	18,2%
		De 02 a 05 anos	4,5%
		De 05 a 07 anos	4,5%
		De 07 a 10 anos	27,3%
		Mais de 10 anos	45,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando questionados se haviam vivenciado alguma experiência, enquanto docente no ensino superior, anterior à UAEADTec, **85,5%** dos presidentes sinalizam ter experiência, e **14%** não possuem. Quanto aos membros, **95%** possuem e **4,5%** afirmam que não.

Quadro 20 -Experiência como docente anterior a UAEDTEc

Experiência como docente anterior a UAEADTEc	CP	Sim	85,5%
		Não	14,3%
	DM	Sim	95,5%
		Não	4,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto à vivência com a EAD anterior a UAEADTEc, verificamos que **57,1%** dos presidentes possuem, e **42,9%** não possuem. No caso dos membros **63,6%** sinalizaram que sim, e **36,4%** que não.

Quadro 21 -Experiência dos membros do NDE com EAD anterior à UAEDTEc

Experiência com a EAD anterior a UAEADTEc	CP	Sim	42,9%
		Não	57,1%
	DM	Sim	63,6%
		Não	36,4%

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

No que tange aos dados sobre o perfil dos gestores, esses foram coletados através das entrevistas semiestruturadas e sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 22 -Perfil dos gestores que participaram da entrevista

Participante	Gênero	Faixa etária	Última titulação	Tempo de experiência
G 1	Masculino	Entre 40 e 50 anos	Mestre	Menos de 02 anos
G 2	Feminino	Entre 40 e 50 anos	Especialista	De 02 a 05 anos
G 3	Feminino	Mais de 50 anos	Doutora	De 07 a 10 anos

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Realizada a apresentação do perfil dos participantes, caminharemos para os resultados e discussões dos demais dados desta pesquisa, que será realizada a partir das categorias definidas.

Vale destacar que, tendo em mente essas categorias, os questionários e as entrevistas foram elaborados sob eixos temáticos que buscaram concentrar questões que atendessem diretamente a cada categoria vinculada.

Entretanto, durante a realização da leitura flutuante dos dados coletados, já foi possível identificar quais respostas presentes em outros eixos temáticos dos questionários e das entrevistas também apresentavam unidade de registro de outras categorias.

4.2. CONHECIMENTO DOS DOCENTES DOS NDES DA UAEADTEc ACERCA DOS ATOS NORMATIVOS INTERNOS E EXTERNOS ADOTADOS PARA A VALIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DOS PPCs

As questões elaboradas para atender ao objetivo específico¹ foram agrupadas e organizadas no eixo temático II (Atos Normativos), abordada nos questionários e entrevistas realizadas. Inicialmente, para uma melhor compreensão sobre a experiência dos docentes que compõem os NDEs da UAEADTec na elaboração ou atualização de PPCs, buscamos identificar o tempo de atuação desses. Em seguida, questionamos os seus conhecimentos no que se refere à documentos e aos atos

normativos que norteiam o processo de validação das bibliografias básicas e complementares dos PPCs.

4.2.1 Tempo de atuação

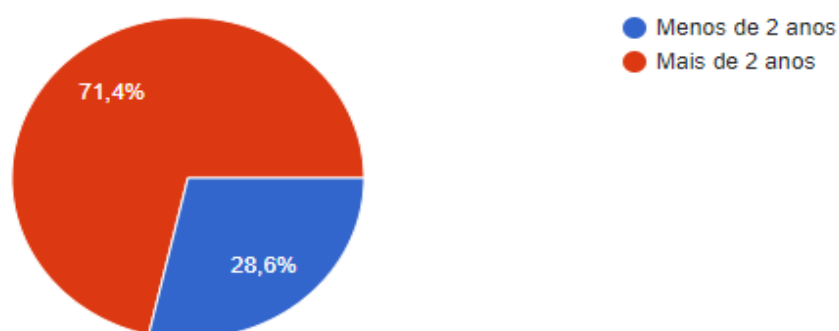
No âmbito da UFRPE, os NDEs são normalizados pelo Regulamento Geral da Graduação, o qual, alinhado à Resolução CONAES 01 de 17 de junho de 2010, estabelece a atuação, as atribuições, a composição e os critérios de constituição.

Dentre as orientações, o Regulamento estabelece o coordenador do curso como presidente do NDE, enquanto que os demais membros são indicados pelo Colegiado de Coordenação Didática (CCD) do curso. O mandato tem duração de dois anos e orienta que haja uma renovação parcial dos integrantes do NDE.

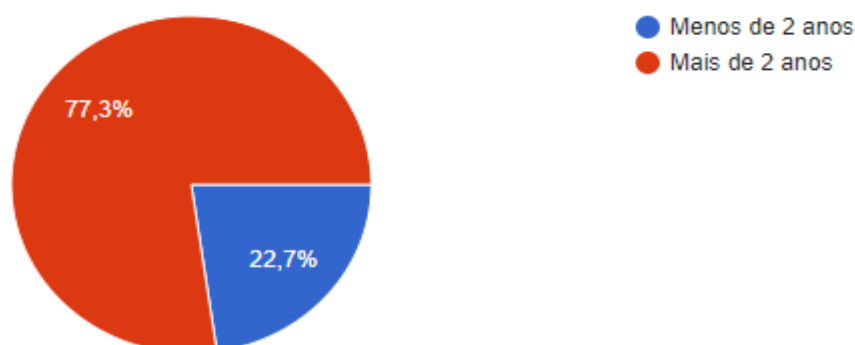
Essa orientação para a renovação parcial na composição dos membros tem como objetivo a formação de NDEs com docentes com expertise em gestão pedagógica e conhecimento dos atos normativos pertinentes à temática, assegurando, assim, a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

Sob essa perspectiva, questionamos o tempo de atuação dos docentes que compõem os NDEs da UAEADTec. Verificamos que a maioria expressiva dos presidentes, **71,4%**, e dos membros, **77,3%**, estão há mais de 02 anos ocupando as respectivas funções, conforme os gráficos 01 e 02.

Gráfico 01 - Tempo de atuação dos presidentes no NDE



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 02 - Tempo de atuação dos membros no NDE

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os percentuais apresentados acima atendem, portanto, à orientação para que a renovação dos membros dos NDEs aconteça de forma parcial, conforme estabelecido pela CONAEs (Resolução nº 02, de 17 de junho de 2010) e referendado pelo art. 32, § 2º do Regulamento Geral da Graduação, “A renovação dos membros do NDE deve ser, quando possível, parcial, de forma que parte de seus membros sejam reconduzidos a um novo mandato, garantindo sua continuidade de atuação” (UFRPE, 2022, p.17).

Entretanto, esses dados também nos direcionam para outra reflexão, que é o número reduzido de docentes que compõem os cursos de graduação da UAEADTec, o que, portanto, dificulta uma maior porcentagem de renovação dos membros. Essa reflexão nos foi despertada através das falas dos presidentes dos NDEs, ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas para coordenar os trabalhos desenvolvidos pelos NDEs. Dentre as principais dificuldades, foram relatadas que:

Temos poucos professores alocados no curso. Temos atualmente 4 professores alocados no curso, no qual são sobrecarregados com várias atividades, dois deles atendem demandas de outros cursos e da unidade, além de serem vice coordenadores de outros cursos. **Os membros do NDE são os mesmos** do CCD e de qualquer ação do curso como projetos de pesquisa, ensino, monitoria, eventos, disciplinas, etc. (CPP08R01)

Exíguo quantitativo do quadro docente do curso que faz o NDE ser composto por professores que atuam em outros cursos, e também em cargos de Coordenação produzindo uma sobrecarga de trabalho que dificulta uma ação mais efetiva e sistemática como membro do NDE do curso; realização de reuniões mais frequentes; encaminhamentos das ações apenas pela Coordenação. (CPP08R06)

Os gestores também destacaram o número reduzido de docentes como uma das principais dificuldades dos NDEs da UAEADTec, no que se refere à validação das bibliografias básicas dos PPCs:

[...] o NDE é quase sempre o mesmo [...] como eles são **poucos** [...] por serem **poucos** estão se **sobrecarregando** e a ideais, o trabalho de realização fica muito igual. (G02P03)

Então, assim, a gente tem aqui na EAD um problema muito sério que é a **quantidade de pessoas muito pequena** [...], por exemplo, no curso de Pedagogia a gente tem 02 pedagogas, no curso de Artes, vejo que os professores sofrem muito na hora de **montar o NDE** porque eles não têm licenciados na composição da sua equipe. Então, infelizmente, por questões técnicas, a gente ainda não conseguiu ter a **quantidade de professores** que possa fazer. (G03P07)

No planejamento estratégico da UAEADTec, realizado para os anos de 2021 a 2025, também é evidenciado o número reduzido de docentes como um dos principais desafios enfrentados pela Unidade:

Cabe destacar que a **quantidade reduzida de técnicos e docentes** possui relação direta com várias das fragilidades elencadas[...]. É possível considerar ainda que o quantitativo reduzido de docentes também impacta a produção científica e participação do segmento em programas institucionais. Nesta perspectiva, a escassez de pessoal constitui-se como um dos principais desafios enfrentados pela unidade acadêmica. (UFRPE, 2023, p.14)

Apesar de não ser objeto de nossas reflexões, e mesmo, de certa forma, proporcionando a composição de um NDE em conformidade com o art. 32, §2º do Regulamento Geral da Graduação, o número reduzido de docentes destacado nas falas apresentadas pelos participantes da pesquisa merece destaque, tendo em vista as possíveis implicações para a variação das bibliografias básicas e complementares dos PPCs, conforme destacado pelo gestor 03.

Volto a dizer a você a importância de que no NDE existam representações de todas as áreas, por que? Vou dar um exemplo, a gente tem no NDE um curso de Licenciatura que não tem nenhum licenciado e aí eu me questiono **como é que um professor que é bacharel vai conseguir fazer a crítica de uma ementa se para ele fazer a crítica de uma ementa ele tem que fazer a crítica da bibliografia, se ele não é licenciado?** (G03P04)

A atualização dos PPCs dos cursos de graduação da UAEADTec é uma das metas estabelecidas no PDI da UFRPE, e tem como objetivo principal inserir as atividades de extensão no currículo dos cursos, considerando a inerência com relação às atividades de ensino e pesquisa.

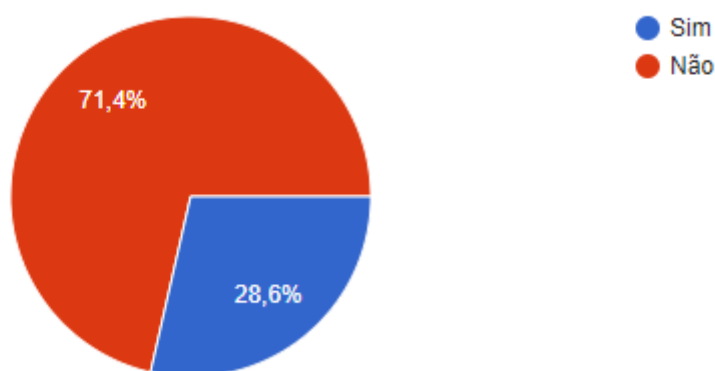
Atualizar Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC de graduação EAD, assegurando a curricularização da extensão, prevista no PNE para a graduação em Programas e Projetos de Extensão Universitária, priorizando-se áreas de grande pertinência social. (UFRPE, 2021, p. 193).

Prevista para ser realizada no ano de 2022, tal meta encontra-se em processo de discussão e implementação pelos NDEs da UAEADTec.

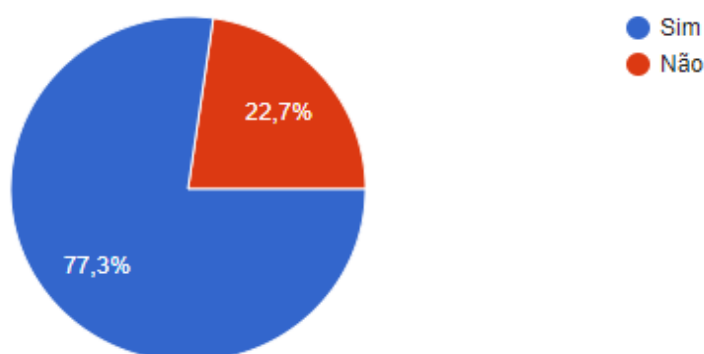
Nesse contexto, procuramos identificar, na composição atual dos NDEs, a porcentagem de presidentes e membros que já vivenciaram o processo elaboração ou atualização de PPCs, por julgarmos que experiências anteriores viabilizam um maior aprofundamento das discussões e reflexões acerca do planejamento pedagógico do curso.

Quando questionados sobre vivências anteriores em processos de elaboração ou atualização de PPCs, **71,4%** dos presidentes afirmaram não ter vivenciado esse processo, e **28,6%** afirmaram que sim. Entre os membros, o resultado foi inverso, a maioria expressiva, **77,3%** já vivenciaram essa experiência, enquanto que **22,7%** sinalizaram que não.

Gráfico 03 - Experiência dos presidentes dos NDEs com elaboração ou atualização de um PPC



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 04 -Experiência dos membros dos NDEs com elaboração ou atualização de um PPC

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Para uma melhor compreensão dos dados acima apresentados, vale destacar que a última atualização dos PPCs de graduação da UAEADTec aconteceu entre os anos de 2018 e 2020, em atendimento à Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015² do Conselho Nacional de Educação, que estipulou prazo para os cursos de licenciatura se adequarem às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior de profissionais do magistério para a Educação Básica.

No bojo dessas atualizações pelas quais passaram os cursos de licenciaturas, apesar de não existir exigência legal, os cursos de bacharelados da UAEADTec também realizaram atualizações em seus PPCs, tendo em vista o estímulo realizado na UFRPE, por meio da PREG.

Por conta do movimento amplo da PREG, muitos bacharelados também atualizaram. Para esses não existia exigência legal. (G03P20)

Os bacharelados não tiveram legislação específica, mas muitos bacharelados na mesma época **fizeram para dar conta das necessidades específicas do curso**. (G03P20)

Os bacharelados que tiveram atualizações se fundamentaram mais nas necessidades formativas das respectivas áreas [...] **as atualizações de maior relevância foram nas licenciaturas mesmo**. (G03P20)

² Essa Resolução definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em seu art. 22, foi estipulado o prazo de 02 anos para que esses cursos se adaptassem. Diante das dificuldades encontradas pelas IES para atender às diretrizes estabelecidas, em 2017 a Resolução nº 01, de 09 de agosto de 2017, estendeu por mais 03 anos o prazo para os cursos se adequarem.

4.2.2 Atos normativos

Pressupomos que o tempo de atuação e as experiências anteriores com a elaboração ou a atualização de um PPC tenham exposto os membros dos NDEs a atos normativos que norteiam critérios sobre bibliografias básicas e complementares. De acordo com Matias (2020), a concretude dos NDEs como espaço de gestão pedagógica impõe a necessidade de esses conhecerem os atos normativos que orientam e dialogam com a elaboração e atualização dos PPCs de graduação.

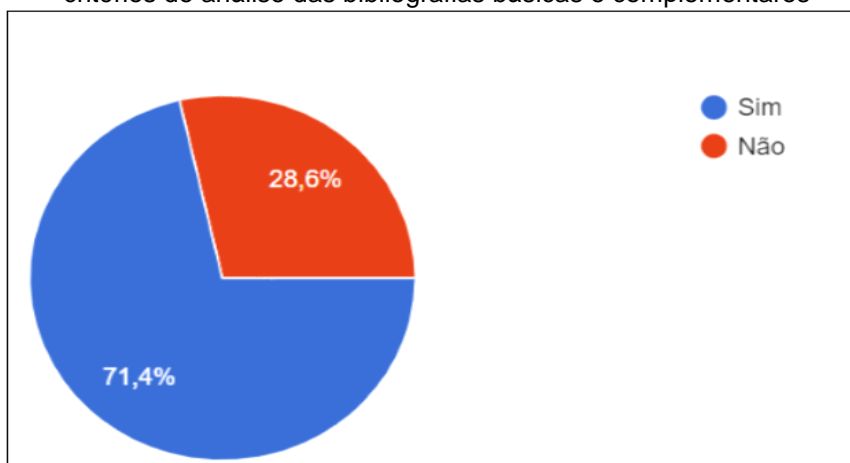
Nesse contexto, questionamos aos participantes os seus conhecimentos acerca:

- a) Do processo de avaliação dos cursos de graduação, de acordo com os IACG elaborado pelo INEP,
- b) Da aquisição de bibliografias para os cursos de graduação da UFRPE, seguindo os critérios estabelecidos na PFDA do SIB-UFRPE;
- c) Das orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, no que se refere à disponibilização de bibliotecas e bibliografias para a EAD.

Tais documentos, sob perspectivas e âmbitos diferentes, apresentam critérios e orientações sobre a disponibilização de bibliografias e acervos, e têm nos PPCs o principal instrumento de planejamento das atividades pedagógicas dos cursos de graduação.

Quanto aos IACG, elaborados e aplicados pelo INEP para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação presencial e a distância, ao serem questionados sobre os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos, a maioria dos presidentes dos NDEs, **71,4%**, disseram conhecer os critérios, enquanto que **28,6%** sinalizaram não conhecer.

Gráfico 05 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs acerca dos IACG, no que se refere aos critérios de análise das bibliografias básicas e complementares



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

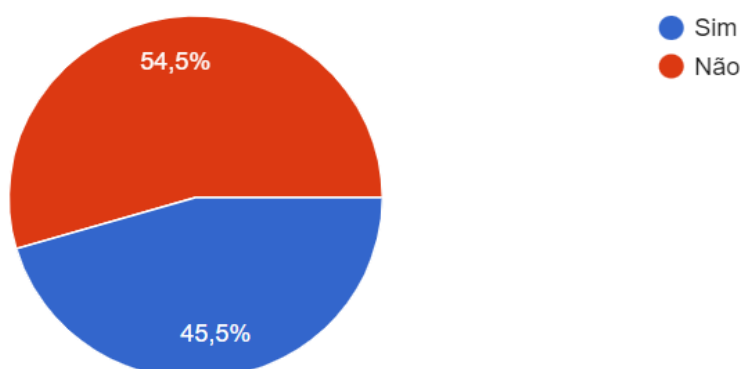
Quando perguntado aos **71,4%** dos presidentes que afirmaram conhecer os IACG se esses consideram os critérios estabelecidos condizentes com a EAD, **50%** consideram que não.

Os instrumentos do INEP **precisam ser atualizados para que atendam de forma precisa** os cursos de graduação. (CPP12R03)

Porque **os critérios não levam em conta as dificuldades das IES** públicas com os acervos digitais, sua manutenção e acesso. E quanto aos títulos físicos **desconsidera-se o quantitativo de exemplares e distribuição aos polos, bem como as dificuldades dos alunos acessarem os livros nos polos.** (CPP12R05)

Quando questionado aos membros o conhecimento desses sobre os critérios de análise dos IACG, a maioria, também, **54,5%**, afirmam não conhecer, e **45,5%** conhecem os critérios.

Gráfico 06 - Conhecimento dos membros dos NDEs acerca dos IACG, no que se refere aos critérios de análise das bibliografias básicas e complementares



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando perguntado aos **45,5%** dos membros que afirmaram conhecer os IACG, **54,5%** consideram os critérios estabelecidos condizentes com a EAD e, por seu turno, **45,5%** consideram que não. Dentre as justificativas, destacaram-se:

Não me debrucei com profundidade, mas **considero adequadas as menções a informatização do acervo, acervos virtuais** etc. São condizentes com as necessidades da EAD. Porém, suponho também que a partir de uma leitura mais aprofundada, certamente haveria espaço para **aprimorar os critérios e torná-los mais adequados para a realidade dos cursos a distância.** (DMP12R01)

Em algumas situações, acredito que por serem elaborados na forma de gabinete, **alguns critérios carecem de maior aderência a modalidade de educação a distância.** (DMP12R05)

Os percentuais de presidentes, **28,6%**, e de docentes, **54,5%**, que sinalizaram não conhecer os IACG, apesar de parecerem relativamente baixos, merecem destaque, tendo em vista a importância desses para:

- Subsidiar os processos de autorização e regulação e por se constituir em uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e o monitoramento do planejamento pedagógico de um curso de graduação presencial e a distância; e
- Como um instrumento de gestão e de planejamento das ações acadêmicas e administrativas e para o desenvolvimento institucional das IES.

Compreendendo os NDEs como sendo um espaço de gestão pedagógica e de avaliação de um curso de graduação, os conhecimentos dos instrumentos de avaliação do INEP tornam-se imprescindíveis para a “discussão crítica sobre a concretude do acompanhamento e contínua construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos” (MATIAS, 2020, p. 38).

Apesar de alguns indicadores e critérios de análise estabelecidos nos IACG serem direcionados especificamente para os cursos de educação a distância, de forma geral, esses Instrumentos avaliam os cursos presenciais e os cursos a distância sob a mesma perspectiva.

No que tange aos critérios de análise referentes às bibliografias básicas e complementares, esses avaliam a disponibilização e o acesso a essas bibliografias sob aspectos qualitativos, adotando os mesmos parâmetros para as duas

bibliografias, mas sem atentar para as demandas e as especificidades de um curso de graduação da EAD.

[..] outra coisa que senti muita falta é aquele dimensionamento da **quantidade de livros** versus a relação da quantidade de volumes. Hoje em dia se tiver só 01 livro não tem documento nenhum dizendo que não pode ter apenas 01 livro. (G03P13)

[..] para o curso de graduação presencial ainda funciona, agora **para a EAD ainda é muito falho** porque eles **utilizam basicamente os mesmos instrumentos para avaliar tanto os cursos presenciais quanto os cursos a distância**. (G01P03)

[..]tem que ter um **ajuste para a distância**. (G02P06)

Mas acho que eles ainda trabalham muito na perspectiva do presencial e na hora de elaborarem aqueles instrumentos não levaram em consideração a realidade dos cursos a distância. Na verdade, acho que eles nem pensaram nisso [...] acho que é um **instrumento mais voltado para o presencial**. (G03P12)

Em tempo, consideramos importante destacar que o papel dado aos NDEs, no que se refere à validação de bibliografias básicas e complementares, são orientações recentes (2017) e que, portanto, muitos dos PPCs vigentes não foram elaborados ou atualizados sob esses novos critérios de análise estabelecidos nos IACG.

No âmbito da UFRPE, a aquisição de biografias básicas e complementares é realizada pelo SIB-UFRPE, que, através da PFDA, estabelece critérios qualitativos e quantitativos para a seleção, a aquisição e o desenvolvimento de seus acervos bibliográficos, em conformidade com os IAAG.

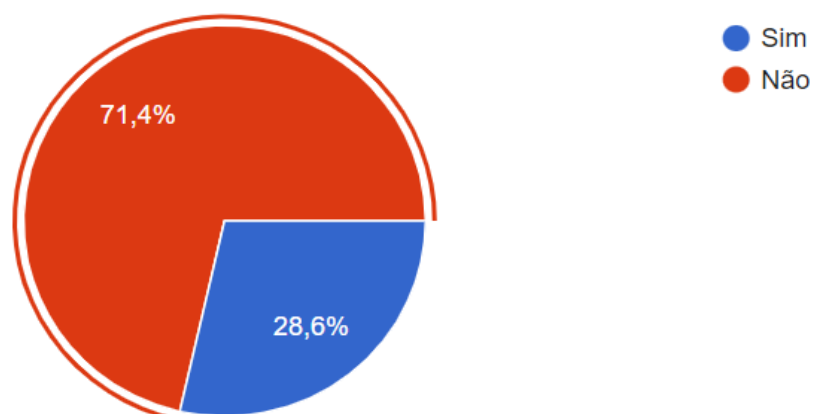
Na ausência de critérios quantitativos para as bibliografias básicas e complementares nos IACG vigentes, a PFDA do SIB-UFRPE adotou os critérios adotados nos Instrumentos publicados em 2015, estipulando, portanto,

I - **bibliografia básica**: 1 (um) exemplar para menos de 5 vagas anuais ofertadas, para cada uma das unidades curriculares dos cursos que utilizam o acervo; II - **bibliografia complementar**: 2 (dois) exemplares de cada título. (UFRPE, 2022)

A PFDA do SIB-UFRPE, aprovada pelo Conselho Universitário sob a Resolução nº 218, de 2022, tem nos PPCs o principal instrumento para a seleção das bibliografias a serem incorporadas ao acervo, sendo, assim, de grande importância para os NDEs, não apenas por nortear critérios, mas também por nortear o processo de aquisição de novas bibliografias para a UFRPE.

Ao serem questionados sobre a PFDA do SIB-UFRPE, a maioria expressiva dos presidentes dos NDEs, **71,4%**, afirmaram conhecer, e **28,6%** não conhecem.

Gráfico 07 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs sobre a PFDA do SIB-UFRPE

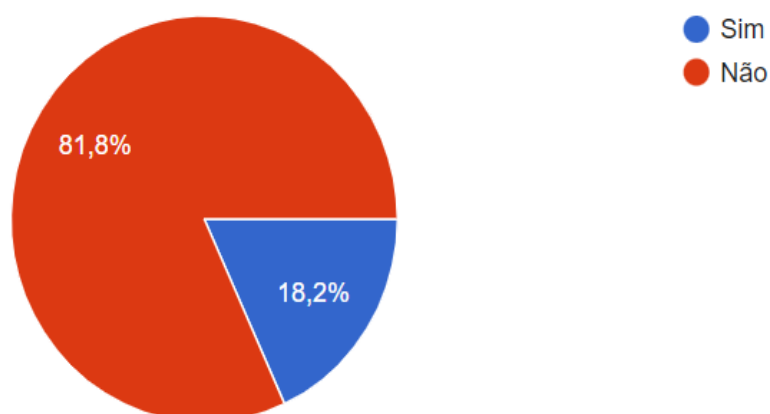


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Entretanto, **100%** dos presidentes que afirmaram conhecer a PFDA consideram que os critérios nela estabelecidos **não** atendem às demandas da UAEADTec.

No que pertine aos membros dos NDEs, um percentual significativo, **81,8%**, afirma conhecem a PFDA do SIB-UFRPE, enquanto **18,2%** não conhecem.

Gráfico 08 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre a PFDA do SIB-UFRPE



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Dessa maioria de **81,8%** dos membros que conhecem a PFDA, **40%** consideram que os seus critérios não atendem às demandas da UAEADTec.

Chama a nossa atenção o elevado percentual de desconhecimento dos NDEs e dos gestores entrevistados sobre a PFDA do SIB-UFRPE. Ponderamos que, por se

tratar de uma resolução aprovada recentemente, em 22 de agosto de 2022, não houve tempo hábil para o seu amplo estabelecimento e divulgação, mesmo tendo sido discutida e aprovada no Conselho Universitário da UFRPE, que é um órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política e de planejamento universitário e constituído por diversas representatividades acadêmicas e administrativas.

Esses dados mostram, também, a falta de conexão dos NDEs com os instrumentos de planejamento acadêmico e administrativo da instituição. Para além da PFDA, o PDI da UFRPE, ao tratar da atualização e expansão dos acervos do SIB, destaca a PFDA como instrumento que norteia a seleção e a aquisição de bibliografias básicas e complementares, de forma a atender às demandas da comunidade acadêmica.

Considerando o impacto dessa Resolução na aquisição, na formação e no desenvolvimento dos acervos bibliográficos da UFRPE e, conseqüentemente, no acesso da comunidade acadêmica às bibliografias básicas e complementares que dialoguem com suas demandas de ensino, pesquisa e extensão, compreendemos a necessidade de sua ampla divulgação entre a gestão pedagógica, acadêmica e administrativa da UFRPE.

Ao pequeno percentual que sinalizou conhecer a PFDA do SIB-UFRPE, quando questionados se os critérios nela estabelecidos atendem às demandas da UAEADTec, obtivemos respostas aleatórias, que demonstraram desconhecimento sobre a Resolução.

Dentre os gestores que sinalizaram conhecer a PFDA, estes se posicionaram da seguinte forma:

Acho que sim. A gente teve uma preocupação na elaboração [...] e teve a preocupação de também atender a UAEADTec nos critérios estabelecidos inclusive com relação a aquisição de material não impresso que é o que facilita o acesso ao pessoal da Educação a Distância. Talvez daqui a algum tempo, claro, é um instrumento que vai precisar passar por revisão e talvez daqui a algum tempo a gente vai precisar fazer algumas revisões para ajustar. Mas hoje contempla sim. (G01P04)

Acho que não. (G02P07)

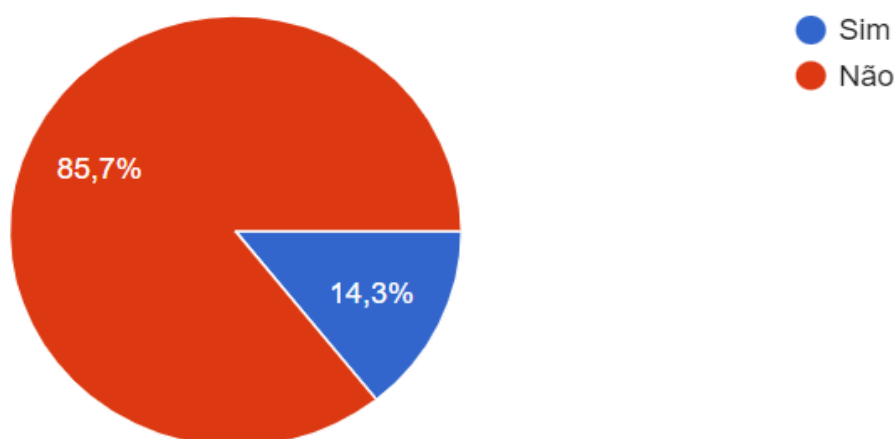
Não conheço a política. (G03P14)

Em seguida, questionamos os NDEs e os gestores sobre os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância. Conforme apresentado no

referencial teórico, trata-se de um documento elaborado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC, que, dentre suas finalidades, destacamos a de nortear os gestores das instituições no que tange à elaboração de PPC na modalidade a distância. Esses Referenciais têm como principal preocupação “apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a [...] garantir qualidade nos processos de educação a distância[...]”.(BRASIL, 2007, p.2)

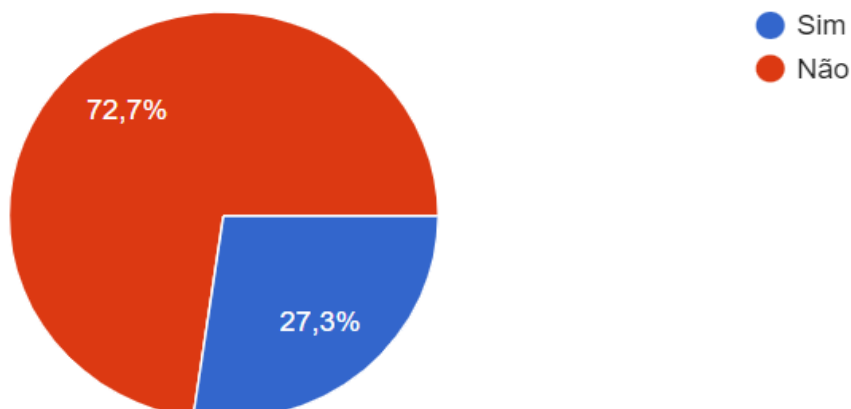
Sendo assim, questionamos sobre as orientações contidas nos Referenciais de Qualidade, em relação às bibliotecas e bibliografias a serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial. Nesse ponto, **85,7%** dos presidentes e **72,7%** dos membros afirmam não conhecer, conforme os gráficos 9 e 10 a seguir.

Gráfico 09 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs sobre os Referenciais de Qualidade da Educação superior a Distância, no que se refere a orientações sobre as bibliotecas e bibliografias disponibilizadas nos polos



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 10 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre os Referenciais de Qualidade da Educação superior a Distância, no que se refere a orientações sobre as bibliotecas



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando questionados aos gestores, esses assim pontuaram:

Não. Confesso que **não conheço** esse documento. (G01P04)

Não. **Não conheço**. (G02P07)

Conheço. (G03P14)

Observamos que **100%** dos presidentes que responderam conhecer os critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância consideram que esses critérios não mais atendem às demandas da EAD.

Entre os membros dos NDEs que também conhecem os critérios estabelecidos nos Referenciais, **62,5%** também consideram que esses critérios não mais atendem às demandas da EAD.

Não parei para revisar os referenciais enquanto respondo esta pesquisa, mas pelo que me recordo **o documento não traz diretrizes muito específicas**. Lembro que menciona a necessidade de bibliotecas nos polos e de informatização do acervo, mas me parece **algo tratado de forma diluída no documento**. (DMP18R01)

Há a necessidade uma maior aderência dos critérios (DMP18R05)

Existe muita **disparidade entre os referenciais de qualidade estabelecidos e as necessidades dos alunos e professores do EAD**, particularmente de uma cidade a outra, de um estado a outro, de uma instituição a outra. (DMP18R06)

Sim. Os referenciais de qualidade para a Educação Superior a Distância foram elaborados justamente para **apoiar a elaboração e a revisão de PPC e das diretrizes curriculares institucionais**. (DMP18R07)

A exigência de um acervo mínimo em cada polo **faz sentido** para garantir o uso pelos estudantes do curso, no entanto não há um controle ou política contínua para disponibilização de recursos para estes fins. A adoção de uma plataforma virtual se apresenta como uma alternativa mais interessante neste sentido. (DMP18R08)

Então... eu acho que os Referenciais, para mim, eles já são tão **obsoletos...** o que eles vão falar mais é realmente sobre essa questão dos recursos bibliográficos para os polos. Ele defende que exista uma atualização periódica. Eu acho que a nossa instituição não se beneficiou muito desses Referenciais de Qualidade, até porque eles não são obrigatórios. Eles são parâmetros, modelos, mas não são obrigatórios, não têm força de lei. (G03P14)

Os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, como visualizamos em falas acima, não têm força de lei. Trata-se de um documento norteador “para subsidiar atos legais do poder público no que se refere aos processos

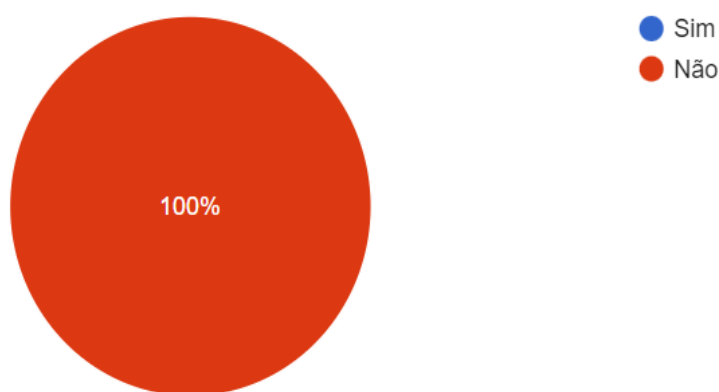
específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada” (BRASIL, 2007a, p. 2). Entretanto, as orientações disponibilizadas contribuem para a concepção teórico-metodológica da educação a distância, bem como para a organização de sistemas de EAD.

Apesar das mudanças legais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos e que afetaram diretamente a EAD, os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, publicado no ano de 2007, ainda se constituem como um importante documento norteador, no que tange à disponibilização de bibliografias e bibliotecas nos polos de apoio presencial, sendo o único documento que estabelece padrões mínimos de oferta e de acesso a essas bibliografias.

Por último, sob a perspectiva de identificar documentos ou atos normativos que guiem os NDEs na validação das bibliografias básicas e complementares, questionamos aos presidentes e demais membros dos NDEs se conhecem algum outro documento além dos questionados até então.

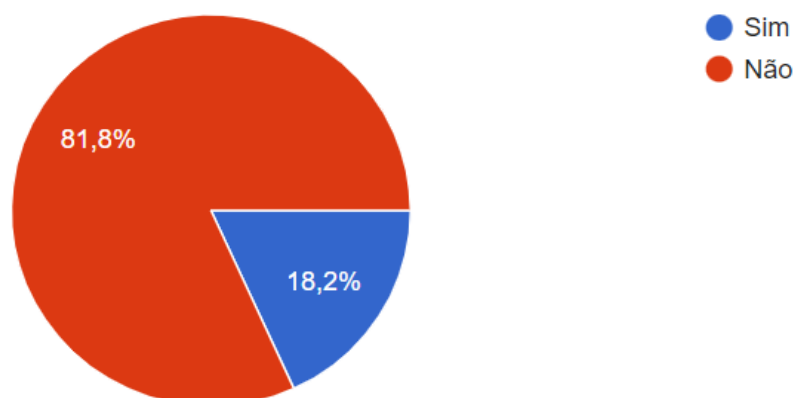
Dentre os presidentes, **100%** afirmaram não conhecer outros documentos norteadores. Já entre os membros, **81,8%** também afirmaram não conhecer, enquanto que **18,2%** conhecem.

Gráfico 11 - Conhecimento dos presidentes dos NDEs sobre outros documentos norteadores para a validação de bibliografias



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 12 - Conhecimento dos membros dos NDEs sobre outros documentos norteadores para a validação de bibliografias



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Foi solicitado aos respondentes que sinalizaram conhecer algum outro documento norteador, no caso, aos **18,2%** dos membros dos NDEs, que os citassem. Das 04 respostas obtidas, nenhuma apresentou resposta condizente com a pergunta.

Quanto aos gestores, ao serem questionados sobre o conhecimento de algum outro documento que pudesse nortear ou contribuir com as questões que envolvem o processo de validação de biografias básicas e complementares, o gestor 1 e 2 relataram não conhecer. Quanto ao gestor 3, este destacou a Resolução CNE/CES nº 01, de 11 de março de 2016. Tal Resolução “Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância”.

Ela estabelece diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância. Esse documento já previa novos parâmetros de qualidade. Porque aqueles parâmetros de qualidade de 2007, se você for pensar só do ponto de vista legal, tudo mudou. Se você pensar do ponto de vista tecnológico, naquele tempo, nem sequer tinha o AVA, o Moodle. Hoje, isso já está obsoleto. (G03P15)

A Resolução apresentada não trata especificamente sobre bibliografias nem sobre acervos bibliográficos. Todavia, ao traçar diretrizes e normas para a EAD, proporciona discussões e reflexões que impactam no planejamento pedagógico dos cursos ofertados e, conseqüentemente, nas demandas por bibliografias básicas e complementares.

4.3. PERCEPÇÃO DOS GESTORES E MEMBROS DO NDE QUANTO AOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELOS NDE DA UAEADTEc PARA VALIDAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DE SEUS PPC

As questões elaboradas para atender ao objetivo específico 2 foram agrupadas e organizadas no eixo temático III (Critérios utilizados) dos questionários e das entrevistas realizadas. Esse eixo buscou identificar, inicialmente, a compreensão dos participantes sobre as bibliografias básicas e complementares, as fontes de informação que consideram mais pertinentes para compor os PPCs e, a partir disso, identificar os critérios utilizados para a validação dessas bibliografias.

No que tange à validação de bibliografias básicas e complementares, os IACG vigentes, nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, atribuem ao NDE essa responsabilidade. Segundo o Instrumento (BRASIL, 2017a), essas bibliografias necessitam:

[...] está **referenciado** por relatório de adequação, **assinado pelo NDE**, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo (BRASIL, 2017a, p.35).

Na percepção de um dos membros dos NDEs:

A garantia de que as referências são discutidas e aprovadas pelo NDE é essencial, independente da modalidade de ensino. A verificação das condições de acesso e plano de contingência também se faz igualmente importante, à medida que está relacionado ao fim do processo, que é o acesso pelo estudante. (DMP12R10)

Apesar dessa atribuição, o INEP não apresenta orientações quanto aos critérios a serem adotados pelo NDE, conforme ocorria nos IACG anteriores, onde critérios quantitativos eram pormenorizadamente descritos.

Na ausência de critérios quantitativos e qualitativos a serem seguidos, a validação de bibliografias básicas e complementares pelo NDE exige desses um conhecimento mais amplo das questões que envolvem, tipos de fontes de informação, aquisição e acesso dos materiais bibliográficos a serem validados.

4.3.1 Bibliografias básicas e complementares

Visando a atingir o objetivo acima mencionado, a princípio, questionamos aos participantes da pesquisa: o que esses consideram como bibliografia básica e bibliografia complementar?

No que se refere às bibliografias básicas, as respostas se mantiveram bem coerentes com o referencial teórico, que, assim como por Lubisco (2014, p.46), consideram as bibliografias básicas como “[...] conjunto de obras (ou fontes) impressas e eletrônicas, cujo conteúdo é essencial e indispensável para o estudo e a pesquisa dos fundamentos teóricos e práticos de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina” (LUBISCO, 2014, P.46).

Segundo os NDEs da UAEADTEC, portanto, as bibliografias básicas são:

A bibliografia que **melhor se adequa aos conteúdos propostos** na disciplina. (CPP21R04)

As referências centrais, normalmente mais clássicas, que devem embasar a abordagem dos conteúdos das disciplinas e que devem ser consideradas pelo docente (livros, artigos e periódicos). (CPP21R06)

Conhecimento essencial de uma determinada área. (CPP21R07)

A bibliografia básica é composta por obras de referência na área do componente curricular. As referências básicas **são norteadoras para o desenho didático-pedagógico do componente curricular**. Em geral, indico **obras renomadas, de destaque na área**, as quais os discentes são convidados/as a pesquisar, ler, estudar para ampliar conhecimentos na área. (DMP21R11)

As **bibliografias principais**, a exemplo de livros impressos/digitais e/ou outro registro documental que possam servir para consultas e **base e que são indispensáveis** aos estudos na formação acadêmica do curso/disciplina. (DMP21R14)

Bibliografia imprescindível para a execução do conteúdo programático. (DMP21R17)

O grupo de gestores entrevistados também ratificaram o mesmo entendimento da bibliografia básica como uma fonte de informação indispensável e inegociável para a formação discente no contexto de uma disciplina.

Bem, as bibliografias básicas são aqueles documentos que são **básicos** para os Cursos, bibliografias que são utilizadas como material **indispensável** para os Cursos. (G1P02)

A básica a gente colocaria como **indispensável**, aquilo que ele precisa ter o mínimo de saber para a formação dele naquela disciplina. (G2P05)

A gente tem que pensar o seguinte, existem algumas questões na formação que a gente consegue negociar, mas existem questões que são **inegociáveis**. A referência básica o próprio nome já diz, ela é básica, ela é essencial, ela é indispensável e **inegociável**. (G3P09)

Assim como nas bibliografias básicas, nas bibliografias complementares, houve uma coerência entre as respostas apresentadas. Essas foram conceituadas na perspectiva de que as bibliografias complementares ampliam, aprofundam e apresentam outros olhares sobre o tema e sobre a temática discutida na disciplina, corroborando o referencial teórico adotado, tais como Lubisco (2014, p.46), que as consideram como fontes de informação “[...] que ampliam o conteúdo e as abordagens da bibliografia básica, enriquecendo os conhecimentos e práticas contidos/ resultantes das obras fundamentais de determinada área, campo, componente curricular ou disciplina.”

Aprofundamento dos temas ministrados nas disciplinas. (CPP22R01)

A bibliografia complementar é composta por dicas de **obras articuladas às reflexões indicadas na bibliografia básica** com o objetivo de **incrementar/ampliar as discussões norteadoras do componente curricular**. Como bibliografia complementar, em geral, indico obras que podem ser consultadas para **ampliar os conhecimentos dos/as discentes em relação a pontos teóricos e metodológicos discutidos no componente curricular**. (DMP22R11)

Dentro do contexto de bibliografias para a realização de uma disciplina ou curso, a bibliografia complementar significa a **agregação de informações e conhecimentos extras**, que vão para além do básico. Neste sentido, em alguns casos, é necessária a leitura prévia da bibliografia básica para se compreender a complementar. (DMP22R04)

[...] Então a bibliografia complementar a gente pode **negociar**. A complementar talvez eu trabalhe esse semestre, mas no próximo vou precisar de outra referência. (G03P10)

A compreensão sobre bibliografia básica e bibliografia complementar é de grande importância para sua validação durante o processo de elaboração ou atualização dos PPCs, pois essas escolhas, dentre outros aspectos, repercutem na

qualidade das bibliografias e, conseqüentemente, nos conteúdos programáticos a serem abordados em sala de aula. Ademais, impactam, por conseguinte, nos acervos a serem disponibilizados pelas bibliotecas universitárias, tendo em vista que os PPCs são os principais instrumentos para a formação e o desenvolvimento desses acervos.

4.3.2 Fontes de informação

Na sequência, considerando que a informação “flui por muitos canais e que diferentes tipos de documentos são produzidos” (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2003, p. 30), e que os tipos de fontes de informação adotadas nas ementas dos PPCs refletem no processo de ensino-aprendizagem, bem como permeiam as atividades acadêmicas e administrativas que envolvem este processo, questionamos sobre quais fontes de informação são consideradas pertinentes para compor as bibliografias básicas e complementares de um curso de graduação a distância, considerando a diversidade de recursos, suportes e formatos com que essas fontes se apresentam e ao público ao qual se destinam.

As questões foram apresentadas de forma fechada, de múltipla escolha e com a opção de o respondente acrescentar fontes de informação que julgasse pertinentes. Faz-se necessário destacar que, para esta pesquisa, contemplamos os tipos de fontes de informações científicas, sob a perspectiva dos recursos e formatos, e não da diversidade dos suportes.

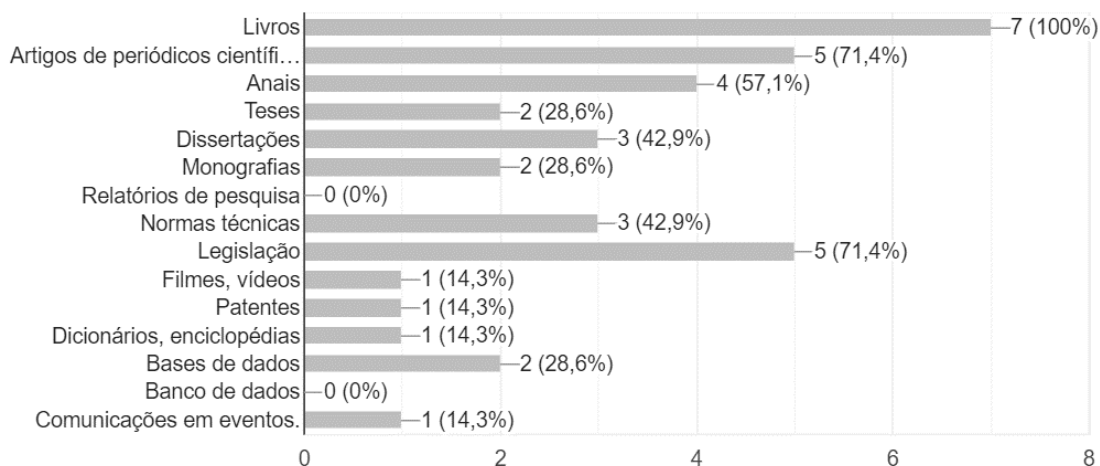
Assim, diante da análise das respostas dos NDEs sobre as fontes de informações pertinentes para compor a bibliografia básica, observamos que **100%** dos presidentes e dos membros, de acordo com os gráficos 13 e 14, consideravam o livro como a principal fonte de informação utilizada.

Para os presidentes, os artigos de periódicos, com **71,4%**, e da legislação também, com **71,4%**, tiveram grande destaque, seguido dos anais, com **57,1%**, das dissertações, com **42,9%**, e normas técnicas também, com **42,9%**, conforme o gráfico 13.

No que refere aos membros dos NDEs, foram mantidos praticamente os mesmos resultados, com destaque para o livro, que também manteve **100%**, seguido

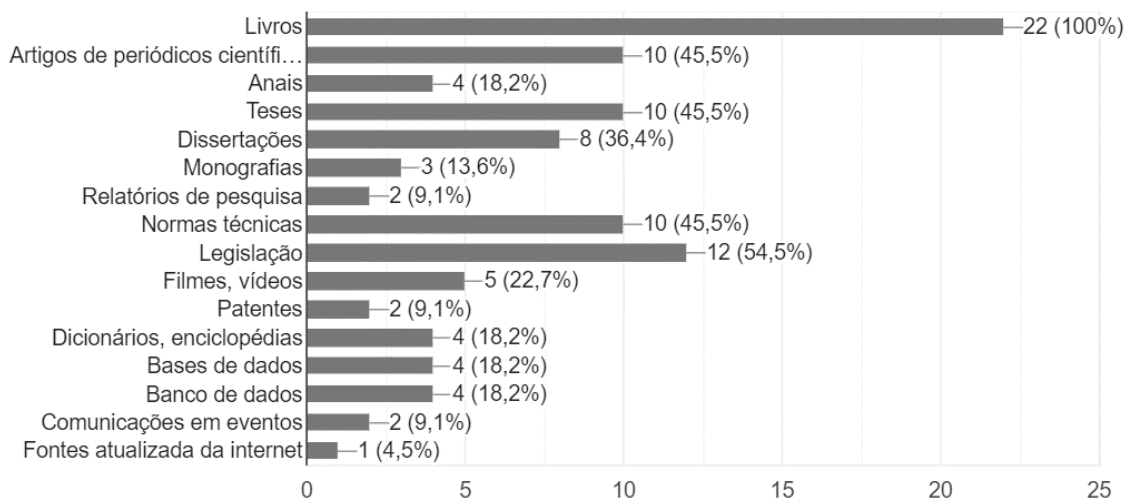
por legislação, com **71,4%**, por artigos de periódicos, com **54,5%**, assim como por normas técnicas e teses, que, individualmente, receberam **45,5%** das respostas conforme apresentado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos Presidentes dos NDE para compor a bibliografia básica



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 14 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos membros dos NDE para compor a bibliografia básica



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

As respostas apresentadas destacam a adoção das fontes de informações formais (primárias e secundárias) para compor as bibliografias básicas das disciplinas

de um curso de graduação a distância. O livro destaca-se entre as preferências dos respondentes, seguido por artigos de periódicos e legislação.

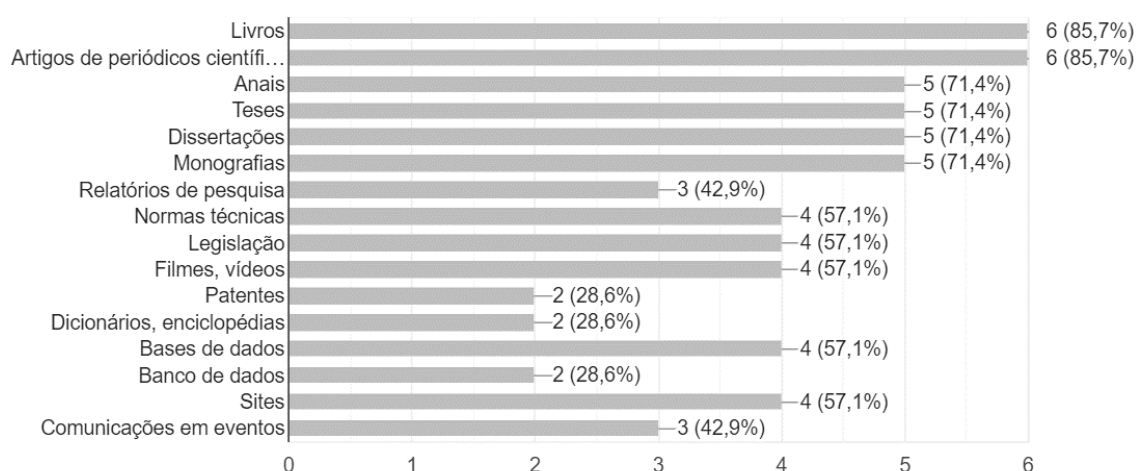
Vale destacar que as fontes de informações, quando formais, têm como uma das características a facilidade de acesso, coleta e armazenamento e, enquanto fontes de informação primária, apresentam informações “segura e completa sobre determinado assunto e que possibilita um maior aprofundamento“ (SILVA, 2008, p.30), enquanto que as fontes secundárias “visam facilitar o uso e consulta de determinada informação” (SILVA, 2008, p.30)

No que se refere às bibliografias complementares, observamos, nos gráficos 15 e 16 a seguir, que existe uma maior distribuição e diversidade na escolha das fontes de informação adotadas. Esses percentuais vêm dialogar diretamente com o referencial teórico e com as respostas obtidas pelos NDEs da UAEADTec, quando questionados sobre o que consideram como bibliografia complementar.

As referências que ampliam e atualizam a abordagem dos conteúdos conforme os recortes temáticos ou teóricos e metodológicos selecionadas pelo docente. Normalmente **devem ser diversificadas em termos de tipologia** (teses, dissertações, legislação, dicionários dentre outros, além dos que se apresentam como recursos audiovisuais) (CPP22R06)

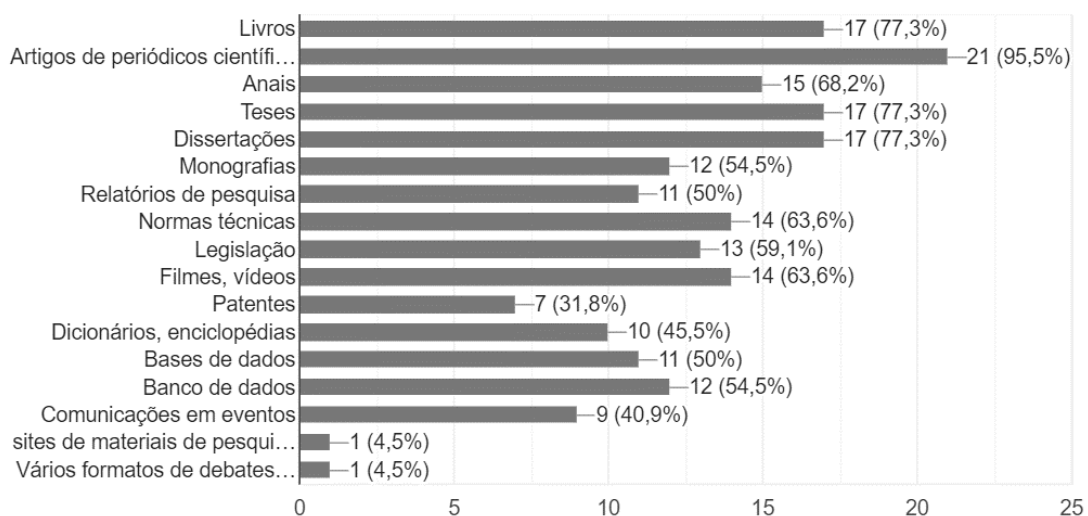
Literaturas **complementares** ou artefatos de **multimídia** ou **software** que possam ser trabalhados acessoriamente na disciplina (DMP22R09)

Gráfico 15 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos presidentes dos NDE para compor a bibliografia complementar



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 16 - Fontes de informação consideradas pertinentes pelos membros dos NDE para compor a bibliografia complementar



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Vale destacar que as bases de dados e os bancos de dados para compor a bibliografia complementar alcançaram percentuais relevantes, dentre as demais fontes de informação.

Dentre os presidentes, esses percentuais foram de **57,1%** para as bases de dados e de **57,1%**, igualmente, para os bancos de dados. Os membros também atribuíram percentuais mais elevados para as bases de dados, sendo de **50%** e, para os bancos de dados, de **54,5%**.

O destaque apresentado às bases de dados e dos bancos para comporem as bibliografias complementares evidencia a adoção de fontes de informação terciárias pelos NDEs da UAEADTec. São consideradas terciárias porque remetem e orientam os usuários para o uso de fontes de informações primárias e secundárias, visto que, "na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários". (CUNHA, 2001, ix)

No questionário aplicado, dentre as opções de escolha das fontes de informações, havia a possibilidade de o respondente acrescentar outras fontes que julgasse importantes. Apenas os membros dos NDEs, fizeram acréscimos.

Os acréscimos realizados foram: o uso de "fontes atualizadas da internet" para as bibliografias básicas. Para as bibliografias complementares, as sugestões foram: "Sites de materiais de pesquisa e ensino de história" e "vários formatos de debates

(para formar e aprofundar a consciência)”. De forma geral, as sugestões realizadas evidenciam a preferência dos respondentes por fontes e informações disponíveis na internet, sem, entretanto, atribuir uma tipologia a essas sugestões.

Porém, as fontes de informação disponibilizadas na internet exigem um maior cuidado em sua adoção, pois, ao mesmo tempo que possibilita um maior acesso e alcance, exige uma maior conhecimento sobre sua autoria e produção, uma vez que, como destaca Tomável e Valentim (2004):

As fontes de informação na Internet requerem tratamento e uso diferenciados, exigindo um estudo dos tipos de fontes, de como são trabalhadas e como designadas na rede, pois ainda existem poucas pesquisas que têm como objeto de análise esta abordagem. (TOMAÉL; VALENTIM, 2004, p. 5-6)

Nas entrevistas com os gestores, obtivemos o mesmo padrão de resposta apresentado pelos NDEs. O livro destacou-se como fonte de informação indispensável para as bibliografias básicas. Para as bibliografias complementares, houve uma distribuição mais homogênea entre as fontes de informação elencadas.

Dentre as contribuições dos gestores, evidenciamos a reflexão feita pelo gestor 3, que destacou que a escolha das fontes de informação deve priorizar os conteúdos a serem trabalhados nas diretrizes curriculares estabelecidas para o curso. O tipo de fontes de informação para o gestor 3 é, portanto, uma consequência.

Para mim a primeira coisa que acho essencial que você precisa estar com ele na mão na hora de fazer o levantamento é a diretriz curricular do curso, você precisa pegar a diretriz curricular [...] **Então para eu saber se escolho uma dissertação, se escolho um filme preciso saber sobre o que é que eles tratam, então para mim é essencial no primeiro momento eu trazer as diretrizes.** De posse das diretrizes sei que o aluno precisa ter conhecimento de tal conteúdo. Aí agora eu vou lá e qualquer uma dessas fontes de informação que estão listadas eu escolheria. Todas elas. (G03P11)

4.3.3 Critérios de qualidade

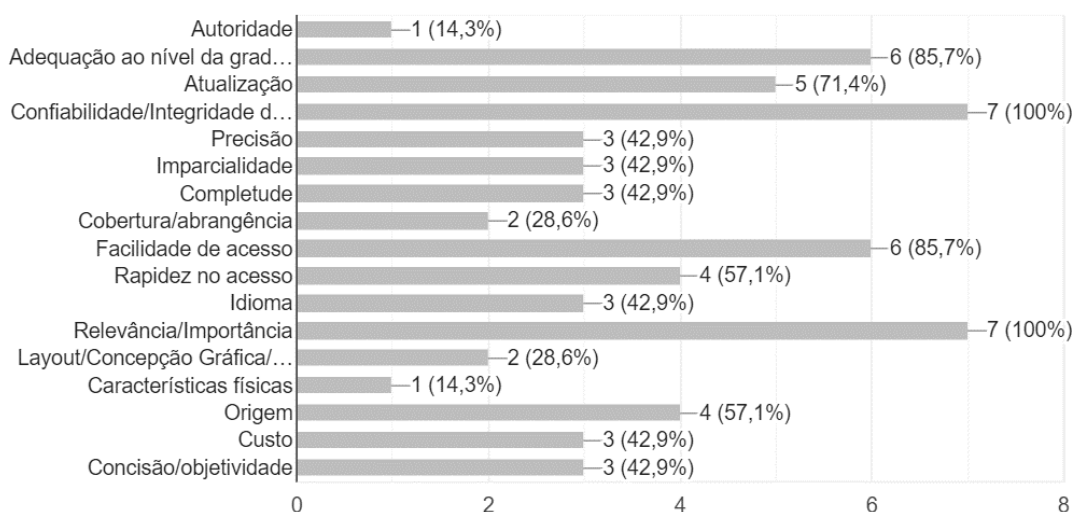
Outra questão abordada nesta pesquisa foi identificar os critérios de qualidade adotados pelos NDEs para a validação das bibliografias básicas e complementares para um curso de graduação a distância. Segundo Vergueiro (1997, 19), a adoção de critérios para a escolha de bibliografias visa a garantir que a aquisição dessas sejam feitas “segundo razões objetivas predeterminadas e não segundo idiosincrasias ou preferências pessoais”.

Para nortear as respostas, elencamos critérios adotados por Vergueiro (1997), que apresentam critérios de qualidade sobre três perspectivas: a) Critérios referentes ao conteúdo dos documentos, b) Critérios referentes à adequação das obras ao usuário; e c) critérios referentes a aspectos adicionais do documento. Os respondentes puderam assinalar mais de uma opção.

No que se refere às bibliografias básicas, dentre os três maiores percentuais atribuídos, **100%** dos presidentes consideram os critérios de confiabilidade e integridade da informação, bem como a relevância e a importância da obra como critérios indispensáveis para a escolha das bibliografias básicas. Desse montante, **85,7%** consideraram que a adequação ao nível da graduação e a facilidade de acesso são critérios que devem ser observados, e **71,4%** atribuíram a atualização da obra como critérios a serem observados

Os critérios referentes às características físicas, com **14,3%**, seguida do layout, com **28,6%**, e da cobertura e abrangência, com **28,6%**, foram os menos pontuados, conforme o gráfico 17, a seguir:

Gráfico 17 - Critérios de qualidade consideradas pertinentes pelos presidentes dos NDE para a bibliografia básica

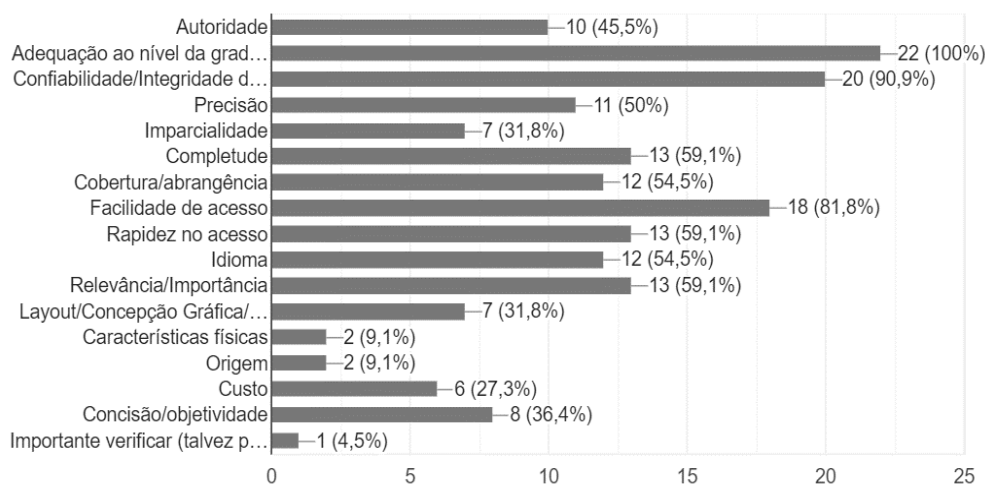


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto aos membros dos NDEs, os critérios de adequação ao nível de graduação, totalizando **100%**, a confiabilidade e a integridade da informação, com **90,0%**, e a facilidade de acesso, contando com **81,8%**, receberam os maiores percentuais, enquanto que o layout, com **31,8%**, o custo, com **27,3%**, seguido das

características físicas da origem, com **9,1%** cada, também obtiveram os menores percentuais, como podemos observar no gráfico 18.

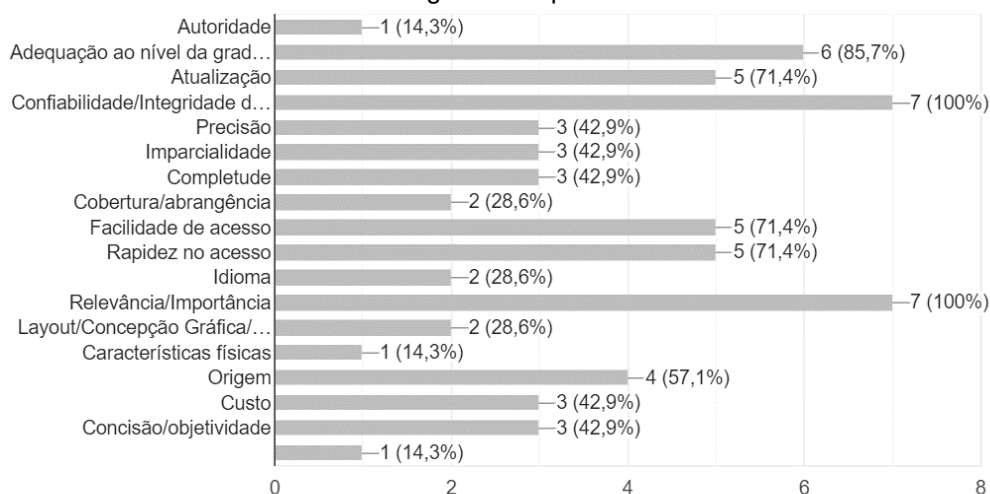
Gráfico 18 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos membros dos NDE para a bibliografia básica



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

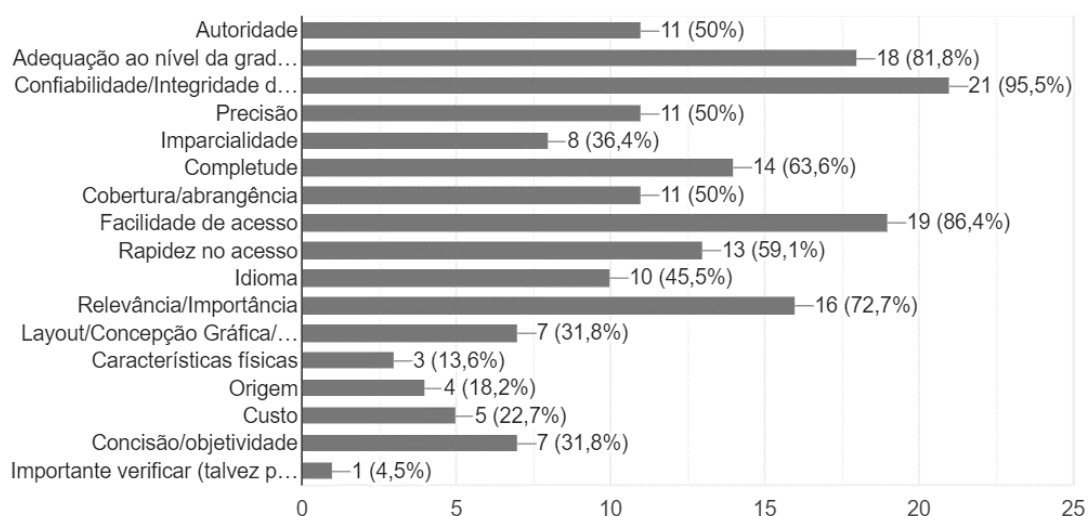
No que tange às bibliografias complementares para os cursos de graduação a distância, de forma geral, os presidentes e os demais membros mantiveram o mesmo padrão adotado para as bibliografias básicas. Os critérios de confiabilidade, relevância, adequação ao nível de graduação, a atualização das obras, a facilidade e a rapidez no acesso mantiveram-se com os percentuais mais altos. Os percentuais mais baixos também continuaram sendo atribuídos às características físicas, ao layout, ao idioma, à cobertura/abrangência, à origem e ao custo dessas bibliografias, conforme os gráficos 19 e 20, a seguir.

Gráfico 19 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos presidentes dos NDE para a bibliografia complementar



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Gráfico 20 - Critérios de qualidade considerados pertinentes pelos membros dos NDE para a bibliografia complementar



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Nos dados apresentados nos gráficos 19 e 20, podemos observar que os percentuais mais altos foram atribuídos aos critérios que abordam o conteúdo dos documentos e a adequação dessas bibliografias aos usuários, que são: confiabilidade, atualização, cobertura e adequação e relevância das bibliografias.

No que tange aos percentuais mais baixos, esses foram atribuídos a critérios que abordam aspectos adicionais do documento, tais como: características físicas, layout, idioma, cobertura/abrangência, origem e custo.

Vale salientar que os critérios de facilidade de acesso e rapidez no acesso são critérios que tratam da adequação das bibliografias ao usuário, e que a expressividade

desses critérios está relacionada às especificidades e demandas da educação a distância.

Entre os gestores entrevistados, a relevância e a importância também se destacaram como critérios importantes na validação de bibliografias para compor os cursos de graduação a distância.

Relevância, Importância e a Objetividade. (G02P06)

A relevância e a importância para a área porque a gente vai escolher aqueles autores que estão se destacando; a **origem** também, por exemplo, se a gente for pegar um artigo a gente tem que ver se aquele periódico é realmente respeitável.(G03P11)

A adoção de critérios para a seleção de bibliografias básicas e complementares, no âmbito das Bibliotecas Universitárias, é de grande importância para a formação e o desenvolvimento de acervos bibliográficos e para o planejamento da biblioteca de forma geral e, por isso, exige “que o docente tenha esses conhecimentos, visto que a escolha das bibliografias impacta na área financeira, administrativa e pedagógica da universidade”. (SOUSA, 2018, 144)

4.4. PERCEPÇÃO DOS PRESIDENTES E MEMBROS DO NDE E GESTORES QUANTO À COMUNICAÇÃO DOS NDE COM O SIB-UFRPE E COM OS POLOS DE APOIO PRESENCIAL, NO QUE SE REFERE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

As questões elaboradas para atender ao objetivo específico 3 foram agrupadas e organizadas no eixo temático IV (Comunicação com as bibliotecas) dos questionários e das entrevistas realizadas. Esse eixo buscou identificar, inicialmente, o conhecimento dos NDEs acerca do acervo bibliográfico disponibilizado pelo SIB-UFRPE e pelas bibliotecas dos polos de apoio presencial, considerando que esse é o primeiro passo para identificar e encaminhar sugestões de novos títulos ou exemplares para aquisição.

4.4.1 Conhecimento sobre os acervos bibliográficos

De acordo com a Resolução nº 220/2016 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFRPE, a elaboração ou a atualização de proposta dos PPCs de um curso de graduação é de responsabilidade do NDE, aprovadas pelo CCD do Curso de Graduação, que deverá ser supervisionado pela PREG e aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação do CEPE.

Ainda na fase de elaboração ou atualização de proposta dos PPCs, no que pertine à validação das bibliografias básicas e complementares elencadas nas ementas dos componentes curriculares, objeto desta pesquisa, é imprescindível que os NDEs conheçam os acervos bibliográficos do SIB-UFRPE e das bibliotecas dos polos de apoio presencial, tendo em vista a necessidade de compatibilização dessas bibliografias com os acervos disponibilizados e, assim, identifiquem-se as lacunas existentes nesses acervos.

Com a aprovação dos PPCs pelo CEPE, essas bibliografias precisam ser adquiridas e disponibilizadas à comunidade acadêmica. Para isso, é necessário que o SIB-UFRPE e as bibliotecas dos polos de apoio presencial sejam informadas em tempo hábil sobre os títulos e os quantitativos de exemplares que precisam ser adquiridos e ofertados, tendo em vista que os IACG vigentes substituíram os critérios quantitativos dos títulos e exemplares das bibliografias básicas e complementares a serem disponibilizados pela validação dessas pelos NDEs.

Tal mudança tem comprometido o planejamento das bibliotecas universitárias, no tocante às Políticas de Formação e Desenvolvimento de Acervos e Coleções. De acordo com Lubisco e Sousa (2019),

[...] a biblioteca universitária, em sua Política de Desenvolvimento de Coleções, fica sem autonomia quanto à indicação de quantitativos para a aquisição, dificultando o planejamento da aquisição do material bibliográfico: caso o título indicado não tenha no acervo, o NDE deverá indicá-lo para aquisição, além de expor no relatório de adequação a quantidade de exemplares necessária; caso haja o título no acervo, deve ser verificada se a quantidade de exemplares atende a demanda (LUBISCO; SOUSA, 2019, p.686)

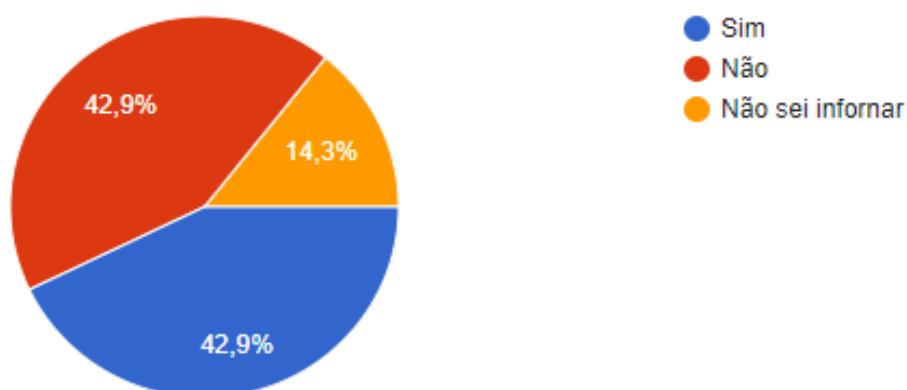
Essa falta de autonomia na aquisição de bibliografias não é diferente quando nos reportamos às bibliotecas dos polos de apoio presencial, adicionadas as peculiaridades que cercam o planejamento e a gestão desses espaços.

É importante compreender que a validação das bibliografias básicas e complementares pelos NDEs é parte de um processo que impacta diretamente a aquisição e disponibilização de bibliografias para a comunidade acadêmica, e que, portanto, necessita ser planejada e alinhada aos demais atores institucionais envolvidos nessa construção e, em especial, à biblioteca

Conhecer os acervos bibliográficos disponibilizados para atender às demandas acadêmicas é de fundamental importância para a gestão pedagógica dos cursos, em especial, para o processo de validação das bibliografias básicas e complementares pelos NDEs. É a partir desse conhecimento que são identificadas as lacunas existentes e realizadas as indicações para aquisição, seja por compra, doação ou permuta.

Nesse contexto, quando questionamos aos NDEs se esses consideravam que as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares do curso de graduação da UAEADTec, **46,9%** dos presidentes sinalizaram que sim, outros **46,9%** consideraram que não e **14,3%** não souberam informar.

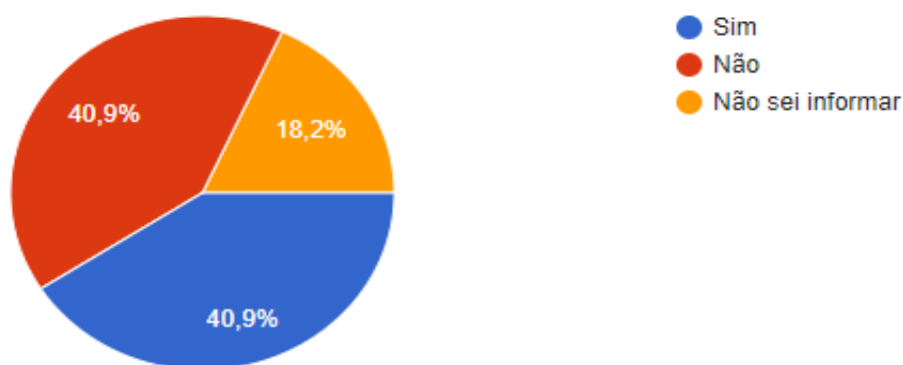
Gráfico 21 - Compreensão dos presidentes do NDEs quanto ao acervo do SIB-UFRPE



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Entre os membros dos NDEs, os percentuais mantiveram-se praticamente os mesmos: **40,9%** consideraram que sim, **40,9%** afirmaram que não, e **18,2%** sinalizaram que não sabem informar se as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec

Gráfico 22 - Compreensão dos membros do NDEs quanto ao acervo do SIB-UFRPE



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Ao analisarmos os dados apresentados, chama a nossa atenção os percentuais dos presidentes e dos membros, onde **42,9%** e **40,9%**, respectivamente, consideram que as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE não atendem às demandas bibliográficas da UAEADTec. Esses percentuais tornam-se mais expressivos quando somados aos não souberam informar, que perfizeram **14,3%** dos presidentes e **18,2%** dos membros.

Dentre as inquietações que esses dados podem suscitar, destacamos a falta de alinhamento entre as demandas da UAEADTec e o provimento dessas demandas bibliográficas, considerando que, conforme previsto no Regimento do SIB-UFRPE, uma das suas finalidades consiste em: “Formar, tratar, organizar e disponibilizar acervos bibliográficos visando **garantir suporte informacional aos cursos ofertados pela UFRPE**, em consonância com os instrumentos avaliativos do MEC”. (UFRPE, 2020, art.2, grifo nosso)

As falas dos gestores também evidenciaram lacunas existentes nos acervos que compõem o SIB-UFRPE, quanto às demanda bibliográficas dos cursos de graduação da UAEADTec :

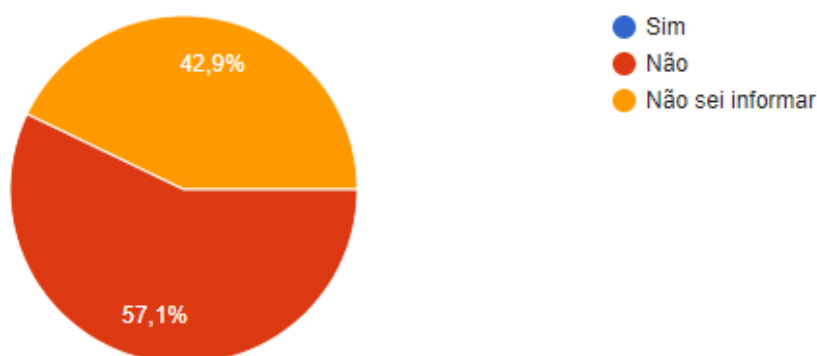
Então, **acho que parcialmente**, pelo menos o que a gente vivencia no dia a dia a gente vê pouquíssimos alunos da UAEADTEC procurando as bibliotecas enquanto espaços físicos para utilização de material mesmo que eles tenham uma vez por mês eles têm esse encontro a biblioteca acaba não participando tão efetivamente desse encontro. Acho que talvez agora com essa mudança com uma bibliotecária trabalhando diretamente lá pode ser venha a ter alguma mudança. (G01P06)

Acho que não. Deixa a desejar porque se o nosso [presencial] já deixa um pouquinho o outro deixa mais um pouquinho ainda porque eles têm um distanciamento muito grande dos espaços da universidade, aí eu acho que agora a gente vai começar a ter essa injeção para o EAD. Por enquanto ainda está distante. (G02P11)

Na medida do possível, quando a gente vai pensar no acervo... o acervo da minha biblioteca eu achei muito rico, e acho que atende às Licenciaturas. Mas, mesmo assim, em alguns cursos... por exemplo, o nosso curso de Artes Visuais a gente só tem ele a distância, não tem presencial. Então, eles têm um pouco mais de **dificuldade de encontrar livros no acervo**. Mas, assim, os nossos cursos de Licenciatura, do ponto de vista do conhecimento específico do ensino, eu acho que atende mas, do ponto de vista técnico-científico, acho que a gente ainda não conseguiu atender. (G03P17)

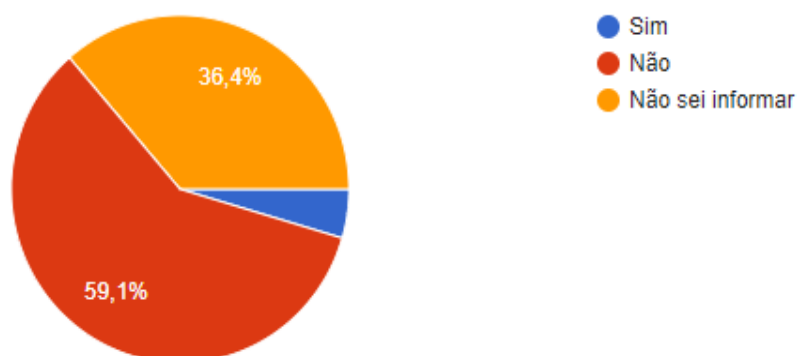
Esse mesmo questionamento foi feito com relação ao acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial. Como resposta, **51,1%** dos presidentes dos NDEs não consideraram que essas bibliotecas atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec, e **42,9%** não souberam informar.

Gráfico 23 - Compreensão dos presidentes do NDEs quanto ao acervo das bibliotecas dos polos



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Entre os membros dos NDEs, **59,1%** consideram que as bibliotecas dos polos de apoio presencial não atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec, **36,4%** não sabem informar e apenas **4,5%** consideram que sim.

Gráfico 24 - Compreensão dos membros do NDEs quanto ao acervo das bibliotecas dos polos

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A percepção dos NDEs sobre as bibliotecas dos polos de apoio presencial mostra uma dificuldade ainda maior no que tange ao não atendimento desses acervos bibliográficos às demandas geradas pelos cursos de graduação da UAEADTec.

Esse resultado dialoga com uma pesquisa realizada no ano de 2019³ com os discentes dos cursos de graduação da UAEADTec, na qual, dentre outras questões abordadas, foi observado que apenas 20% dos estudantes pesquisados fazem uso da biblioteca do seu polo como fonte de pesquisa. Dentre os motivos apresentados, a pesquisadora destaca a falta de infraestrutura e de acervo adequado.

Esse cenário torna-se bastante preocupante, tendo em vista que os polos de apoio presencial devem funcionar como uma extensão da universidade, e suas bibliotecas devem possuir “[...] um acervo mínimo para possibilitar acesso aos estudantes a bibliografia, além do material didático utilizado no curso”. (BRASIL, 2007a, p.19)

Os percentuais dos presidentes e dos membros que sinalizaram não saber informar se os acervos dos SIB-UFRPE e das bibliotecas dos polos suprem as demandas dos cursos de graduação da UAEADTec, ao demonstrarem um total desconhecimento, faz-nos refletir que, para além da validação das bibliografias, o conhecimento sobre esses acervos é basilar para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo docente.

Apesar de não ser objeto deste estudo, esses dados nos despertam para, dentre outras questões, os suportes informacionais utilizados pelos docentes e

³ ARAÚJO, 2019. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas dos estudantes de graduação da UAEADTec acerca das Bibliotecas Digitais.

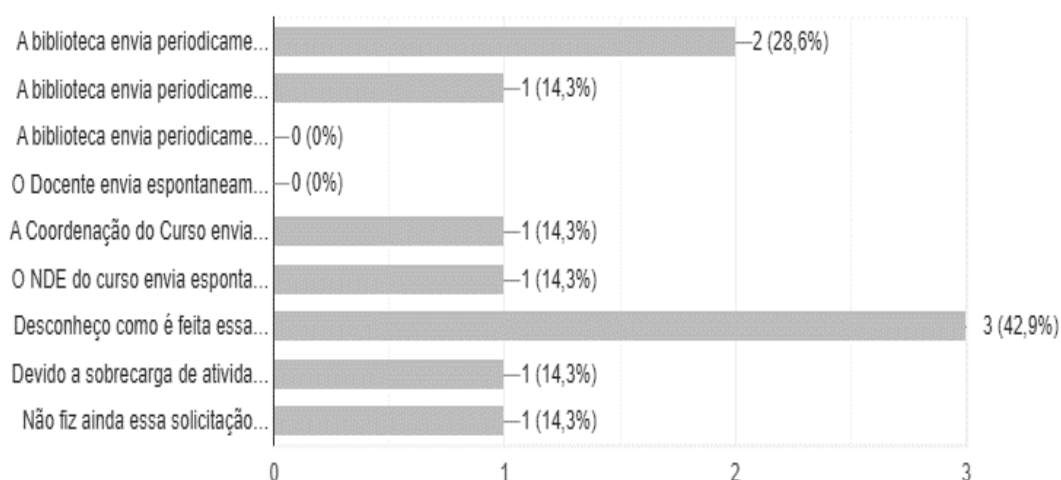
disponibilizados pelas bibliotecas, especialmente no que se refere à oferta de acervos digitais, tendo em vista o alcance desses materiais.

4.4.2 Comunicação com as bibliotecas

Outro ponto abordado nos instrumentos de coleta de dados foi identificar como são encaminhadas pelos NDEs ao SIB-UFRPE as bibliografias básicas e complementares a serem adquiridas. Essa questão foi elaborada como múltipla escolha, e as alternativas foram elencadas a partir de encaminhamos já adotados. A questão também possibilitou a inserção de outras alternativas.

Dentre os presidentes, **42,9%** afirmaram desconhecer como é feita essa comunicação com a biblioteca, e **28,6%** disseram que a biblioteca envia periodicamente formulário ao professor para indicação das bibliografias. As opções: “A biblioteca envia periodicamente formulário à Coordenação”; “A Coordenação do Curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca”; e “O NDE do curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca” obtiveram um percentual de **14,3%** cada alternativa. Com a possibilidade de adicionar alternativas às já estabelecidas, obtivemos duas: a) “Devido à sobrecarga de atividade do corpo docente do curso, essa atualização só ocorre quando atualizamos o PCC do curso”, com **14,3%**; b) “Não fiz ainda essa solicitação na Coordenação”, também com **14,3%**.

Gráfico 25 - Como são encaminhadas ao SIB-UFRPE as bibliografias básicas e a complementares a serem adquiridas na percepção dos presidentes

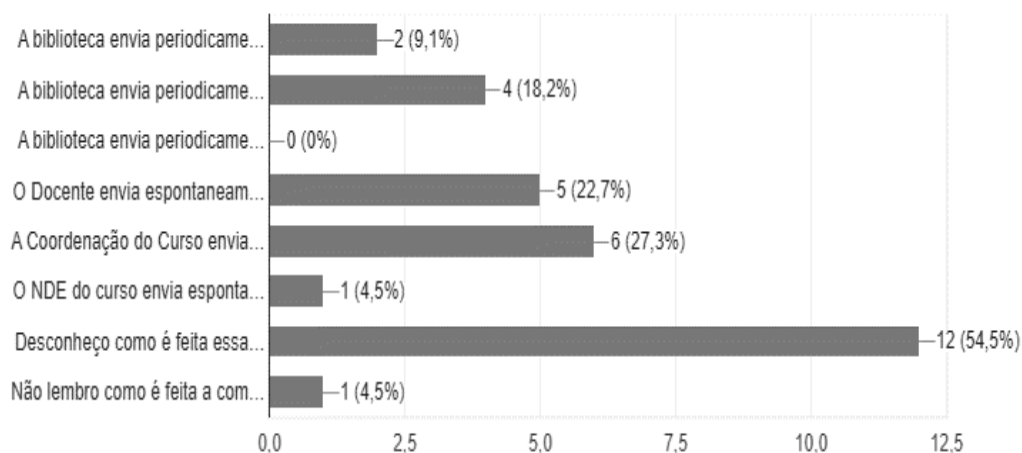


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto aos membros dos NDEs, **54,5%** sinalizaram desconhecer como é feita a comunicação com o SIB-UFRPE, sendo que **27,3%** consideram que a coordenação do curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca. Já **22,7%** consideram que o docente envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca e, para **18,2%**, a biblioteca envia periodicamente formulário à coordenação do curso para indicação das bibliografias.

Os menores percentuais apresentados foram “A biblioteca envia periodicamente formulário ao professor para indicação das bibliografias”, que obteve **9,1%**, seguido por “O NDE do curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca”, que obteve **4,5%**. A opção “Não lembro como é feita a comunicação”, que foi acrescida pelos membros, também pontuou 4,5%. Já a alternativa “A biblioteca envia periodicamente formulário ao NDE para indicação das bibliografias” não pontuou.

Gráfico 26 - Como são encaminhadas ao SIB-UFRPE as bibliografias básicas e a complementares a serem adquiridas na percepção dos membros



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os resultados apresentados nos gráficos 25 e 26 destacam o desconhecimento dos NDEs sobre o repasse ao SIB-UFRPE das bibliografias básicas e complementares a serem adquiridas. Evidenciam, também, que o repasse dessas bibliografias é feito de forma pulverizada, não havendo um fluxo definido nessa comunicação.

As sugestões de compras de livros para compor as bibliotecas da UFRPE **devem ser melhor divulgadas entre os docentes** para que eles possam inserir sugestões de compras de obras. (DMP09R03)

As falas dos gestores entrevistados, além de ratificarem o desconhecimento sobre a forma como as bibliografias para aquisição são encaminhadas ao SIB-UFRPE, evidenciam que essa comunicação só acontece em prol do processo de avaliação dos cursos.

Ao longo dos anos foram acontecendo várias alterações. Primeiro [...] a gente fazia edital de chamamento e informava a todos os Departamentos incluindo a UAEADTec que a gente ia fazer compra de material bibliográfico e solicitava as listas do material que eles tinham interesse em fazer aquisição. Depois que a gente fez a alteração e deixou de ser a ata de chamamento [...] a gente recebe essas demandas por e-mail ou pessoalmente através das coordenações dos cursos. E funciona da mesma forma também com a Educação a Distância. [...] **Normalmente é quando tem alguma alteração nos PPCs dos cursos ou quando está na fase de avaliação do MEC seja para reconhecimento ou abertura de curso ou alguma diligência.** (G01P05)

Não, o que sei é o que vocês falam no curso. Não passam pela gente, o que acontece é que a gente restringe muito a parte da legislação porque o processo acontece por caixinhas, a CAPR analisa a legislação; o PGA analisa a parte das disciplinas e da carga horária e o estágio, a parte do estágio [...]

Geralmente **quando se fala de livros, mandamos procurar o SIB-UFRPE.**
(G02P18)

Geralmente eu sei que eles fazem lista. Geralmente, isso acontece quando está perto de chegar uma avaliação. Aí, se desesperam, e fazem aquelas listas. Para comprar, não daria tempo, porque precisa passar pelo processo de licitação, mas pelo menos, tem como provar que foi solicitado.
(G03P18)

Entretanto, o Regimento Interno do SIB-UFRPE estabelece, em seu art. 15, inciso VII, ser de competência da Coordenação de Formação e Desenvolvimento de Acervo “**Solicitar, periodicamente, às Coordenações dos Cursos** da Sede e às Bibliotecas das Unidades as listas bibliográficas das obras a serem adquiridas.” (UFRPE, 2020, p.7). Portanto, é de responsabilidade das bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE protagonizar a comunicação com as coordenações de cursos em suas respectivas Unidades Acadêmicas.

Nesse sentido, no caso da UAEADTec, as indicações para aquisição de bibliografias básicas e complementares devem ser concentradas nas coordenações de curso, que também exercem a função de presidentes dos NDEs. Cabe à bibliotecária lotada na Unidade executar o encaminhamento dessas demandas para a Biblioteca Central, que é a responsável por coordenar o processo de compra dessas bibliografias para as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE.

Nesse fluxo, portanto, necessita ser divulgado e implementado pelo SIB-UFRPE para que, de fato, estabeleça-se uma comunicação fluida e clara com os NDes, dentro do contexto no qual são esses que validam qualitativamente e quantitativamente as bibliografias elencadas pelos docentes nos PPCs.

Além do encaminhamento das indicações bibliográficas, a PFDA do SIB-UFRPE estabelece que a aquisição por compra de materiais bibliográficos está condicionada a: “I - disponibilidade orçamentária da instituição; II - modalidade de aquisição que garanta maior vantajosidade econômica e economia de escala”. (UNIVERSIDADE, 2022, art. 11).

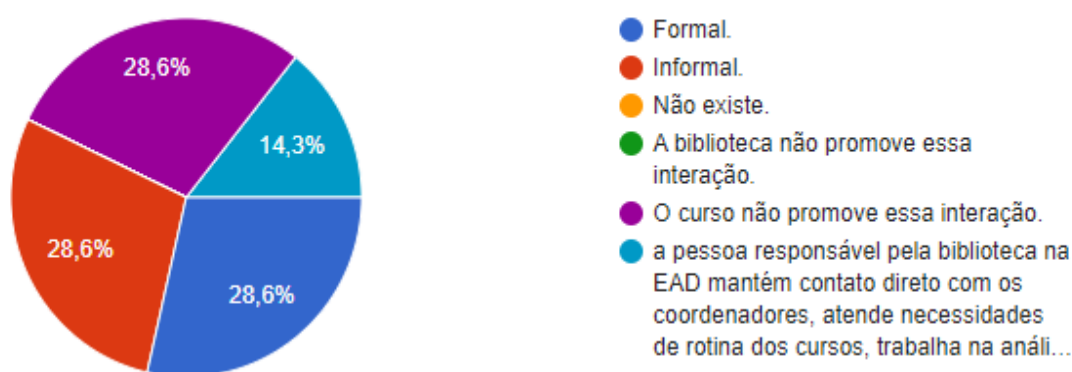
Vale destacar que a compra de materiais bibliográficos em uma biblioteca universitária representa, em termos quantitativos, a principal modalidade de aquisição de bibliografias básicas e complementares. De acordo com o destacado por Carvalho (2021), diante do volume e das especificidades dessas bibliografias, sua aquisição torna-se um processo complexo, pois “exige o planejamento e desenvolvimento de

uma série de práticas administrativas que envolvem questões orçamentárias, sociais, jurídicas, tecnológicas e de logística”. (CARVALHO, 2021, p. 72)

Nessa perspectiva, compreendemos que a operacionalização da aquisição de bibliografias básicas e complementares por compra dialoga diretamente com outros atores institucionais, para além da gestão pedagógica, que é realizada pelos NDEs. Ela influencia na gestão financeira, carecendo, assim, ser incorporada ao planejamento institucional da UFRPE.

No mesmo sentido, também perguntamos como os NDEs avaliam a comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec. Da mesma forma, **28,6%** dos presidentes a consideraram como sendo formal, **28,6%**, informal, e, **28,6%** entenderam que o curso não promove essa interação. Ainda, **14,3%** acrescentaram que “a pessoa responsável pela biblioteca na EAD mantém contato direto com os coordenadores, atende necessidades de rotina dos cursos, trabalha na análise das bibliografias do PPC com elaboração de relatório para o NDE, atende à solicitação de orientação aos alunos e professores com palestras no formato remoto, dentre outras atividades”.

Gráfico 27 - Avaliação da comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec na percepção dos presidentes

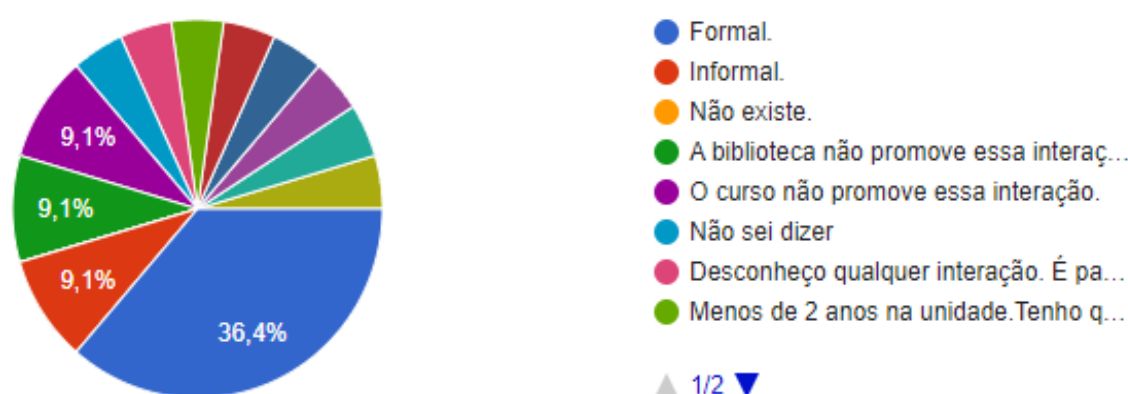


Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quanto aos membros dos NDEs, **36,4%** avaliaram como formal a comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec. As opções/respostas “Informal”, “A biblioteca não promove essa interação” e “O curso não promove essa interação” pontuaram **com 9,1%** cada.

As opções de respostas acrescentadas foram: ‘Não sei dizer’; “Desconheço qualquer interação; “É particularizado por um docente ou outro”; “Menos de 2 anos na unidade”; “Tenho que me apropriar melhor sobre o conjunto das disciplinas e cursos”; “Não sei como avaliar este processo”; “Não sei informar”; “Creio que essa comunicação poderia ser muito maior”; “Não sei como está atualmente por ter ficado XX anos fora da instituição”.

Gráfico 28 - Avaliação da comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec, na percepção dos presidentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Os gráficos 27 e 28, mais uma vez, revelam a falta de conhecimento dos NDEs sobre os canais de comunicação com as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE, não apenas no que se refere à indicação de bibliografias para aquisição, mas à comunicação como um todo. Esse resultado dialoga com os resultados obtidos quando questionados acerca da PFDA do SIB-UFRPE (gráfico 07 e gráfico 08), onde a maioria dos presidentes **71,4%** e dos membros **81,8%** dos NDEs sinalizam não os conhecer. Entre o baixo percentual que sinalizou conhecer, 100% dos presidentes e 40% dos membros consideraram que a PFDA não atende às demandas da UAEADtec.

Esse desconhecimento, aliado à informalidade na comunicação, também destacada nos gráficos, compromete diretamente a formação de acervos bibliográficos condizentes com as demandas da comunidade acadêmica, bem como a oferta de produtos e serviços.

Esse resultado dialoga, também, com a pesquisa realizada por Sousa (2018), na Universidade Federal da Bahia, que teve como um dos objetivos verificar as

dificuldades dos docentes no repasse das sugestões das bibliografias básicas e complementares para a biblioteca naquela instituição. De acordo com a pesquisadora:

[...] a incomunicabilidade dos processos prejudica o ciclo informacional da biblioteca. Essa falta de equilíbrio nas comunicações, apontada pelos respondentes [...], ocasiona estagnação no desenvolvimento de produtos e na prestação de serviços que a biblioteca tem ou poderia vir a ter para atender a comunidade acadêmica.

O SIB-UFRPE necessita estabelecer uma comunicação clara e eficaz para com a comunidade acadêmica, e com os NDEs em particular, para que não ocorram dúvidas nesse processo.

A comunicação, como você sabe, ocorre mais diretamente com os coordenadores dos Cursos e **ocorre em momentos pontuais** com o Sistema de Bibliotecas. Ocorre normalmente quando vai ter visita do MEC ou quando vai haver alguma alteração nos PPCs dos Cursos[...] **Repito que essa comunicação ocorre em momentos pontuais e mais para indicar bibliografias para compra.** Essa comunicação **não acontece pelos caminhos formais**, nem sempre é diretamente, mas por e-mail. (G01P01)

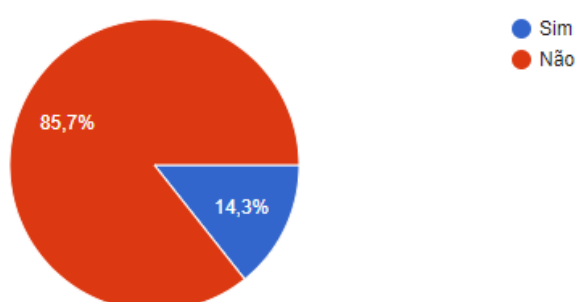
Não, o que sei é o que vocês falam no curso. Não passam pela gente, o que acontece é que a gente restringe muito a parte da legislação [...]. (G02P10)

[...] a comunicação com os cursos **é pontual.** (G03P17)

Por fim, procuramos compreender como se processa a comunicação dos NDEs com as bibliotecas dos polos de apoio presencial. Para isso, questionamos, inicialmente, aos presidentes o seu conhecimento sobre o processo de aquisição das bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial.

A maioria expressiva, **85,7%**, afirmou desconhecer como é feita essa aquisição, ao passo que outros **14,3 %** afirmaram conhecer.

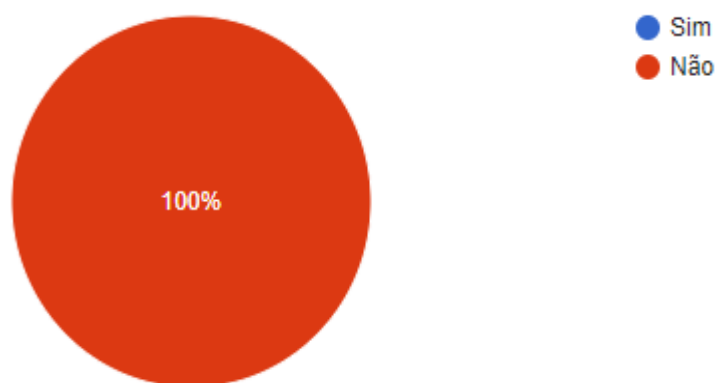
Gráfico 29 - Conhecimento dos presidentes dos NDE sobre a aquisição de bibliografias para as bibliotecas dos polos



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Como é possível observar no gráfico 30 a seguir, **100%** dos membros afirmaram não conhecer como é feita a aquisição de bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial.

Gráfico 30 - Conhecimento dos membros dos NDE sobre a aquisição de bibliografias para as bibliotecas dos polos



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Esse desconhecimento, por parte dos NDEs, sobre as formas de aquisição das bibliografias que devem compor os acervos das bibliotecas dos polos de apoio presencial impacta diretamente o acesso da comunidade da UAEADTEc, as fontes de informação necessárias para suas demandas de ensino, pesquisa e extensão.

Entre os gestores, também não resta claro como é realizada essa aquisição de bibliografias para o polo de apoio presencial.

Nulo. Inclusive quando foi criado o Regimento do SIB nem foram previstas essas bibliotecas dos polos. [...]. **A gente desconhece como funciona.** (G01P07)

Eu escutei uma vez que parece que a Biblioteca é conjunta, que usava aquele polo ali, mas são informações que as pessoas vão dando para a gente numa conversa informal. (G02P10)

Eu sei que aqui, eu não lembro se foi em 2014 ou 2015, teve uma verba para compra de livros. Foram livros maravilhosos! Foi no ano que eu cheguei, lembro do pessoal fazendo a distribuição dos livros. Tinha títulos fantásticos, **mas foi naquele momento. A gente não conhece como ficou em cada polo.** (G03P18)

Apesar de os Referencias de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007, p.19) destacarem a necessidade da “existência de biblioteca nos pólos, com um acervo mínimo para possibilitar acesso aos estudantes a bibliografia, além do material didático utilizado no curso”, a aquisição dessas bibliografias é uma temática bastante complexa, que excede a gestão e o financiamento por parte das IES, considerando que a manutenção desses espaços, incluindo a biblioteca e os acervos disponibilizados, são de responsabilidade dos municípios, através de orçamento específico, de acordo com as parcerias estabelecidas com o Governo e a UAB.

Mesmo diante dessa e de outras peculiaridades que envolvem a oferta de um curso de EAD, conhecer como é realizada a aquisição das bibliografias que formam os acervos das bibliotecas dos polos de apoio presencial é de fundamental importância, visto que essas bibliotecas devem ser uma extensão das bibliotecas universitárias das instituições às quais estão vinculadas e, portanto, devem atender, igualmente, às demandas bibliográficas de sua comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A validação de bibliografias básicas e complementares, elencadas nos PPCs pelos NDEs, foi instituída em 2017, com a atualização dos IACG publicados pelo INEP. Com base na Resolução nº 1 do CONAES, de 17 de junho de 2010, estabelece atribuições acadêmicas para os NDEs, no que se refere ao processo de concepção, consolidação e atualização dos PPCs de graduação.

O protagonismo dado aos NDEs para a validação das bibliografias básicas e complementares elencadas nos PPCs impactou diretamente a autonomia e o planejamento realizados pelas bibliotecas universitárias, no que tange à aquisição desses materiais e, conseqüentemente, à formação e desenvolvimento de seus acervos. Demandou dos NDEs um conhecimento mais aprofundado acerca dos acervos, dos tipos de fontes de informação e de atos normativos que os auxiliam na definição de critérios para essa validação.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou analisar o processo adotado pelos NDE para a validação das bibliografias dos PPC dos cursos de graduação da UAEADTec da UFRPE. Para isso, elaboramos três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico pretendeu verificar o conhecimento dos docentes dos NDEs da UAEADTec acerca dos atos normativos internos e externos adotados para a validação das bibliografias dos PPCs. Observamos que, apesar de a maioria expressiva dos presidentes e dos membros dos NDEs possuírem mais de 02 anos de atuação em NDEs e, portanto, mais de um mandato, pressupondo uma expertise sobre o tema, apenas a maioria, 77,3% dos membros, vivenciaram um processo de elaboração ou atualização de PPC. A experiência entre os presidentes é bem baixa, sendo de apenas 28,6%.

No que se refere ao conhecimento dos presidentes e membros dos NDEs acerca dos atos normativos que norteiam sobre as bibliografias básicas e complementares, de forma geral, os dados apresentados revelaram pouco conhecimento dos participantes da pesquisa, incluindo os gestores entrevistados. Mesmo entre os que conhecem os atos normativos indicados, a maioria significativa considera que esses não atendem aos cursos de educação a distância, com destaque para a PFDA e para Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, que obtiveram expressivos percentuais de desconhecimento entre os participantes.

O segundo objetivo específico buscou identificar os critérios utilizados pelos NDEs da UAEADTec para a validação das bibliografias básicas e complementares de seus PPCs, a partir do entendimento dos participantes sobre o conceito de bibliografia básica e complementar, sendo possível concluir que se mantiveram bem coerentes com o referencial teórico adotados.

Dentre as fontes de informação consideradas pertinentes pelos presidentes e membros dos NDEs, no que se refere às bibliografias básicas, o livro destacou-se por unanimidade, seguido dos artigos de periódicos, legislação, anais e normas técnicas. Foi possível concluir que tais preferências têm em vista a facilidade de acesso, a coleta e o armazenamento dessas fontes. Quanto às bibliografias complementares, o resultado observado foi de uma maior distribuição e diversidade na escolha das fontes de informação adotadas, com destaque para as bases de dados e os bancos de dados, o que dialoga diretamente com a abrangência possibilitada pelas bibliografias complementares.

Quanto aos critérios de qualidade consideradas pertinentes para as bibliografias básicas e complementares, os percentuais mais altos foram atribuídos aos critérios que abordam o conteúdo dos documentos e a adequação dessas bibliografias aos usuários, com destaque para: confiabilidade, atualização, cobertura e adequação, relevância, facilidade de acesso e rapidez no acesso. Os percentuais mais baixos foram atribuídos aos critérios que abordam aspectos adicionais do documento, tais como: características físicas, layout, idioma, cobertura/abrangência, origem e custo.

O terceiro objetivo específico procurou compreender como é realizada a comunicação dos NDEs com o SIB-UFRPE e com os polos de apoio presencial, no que tange à aquisição de materiais bibliográficos. Foi possível concluir que a maioria dos presidentes e dos membros dos NDEs julgaram que as bibliotecas do SIB-UFRPE não atendem às demandas dos cursos de graduação da UAEADtec. Com relação às bibliotecas dos polos de apoio presencial, os resultados obtidos revelaram que nenhum presidente considera que esses acervos atendem às demandas da UAEADTEC. Entre os membros, apenas 4,5% assim o consideraram.

Quando questionados sobre o encaminhamento das bibliografias básicas e complementares a serem adquiridas pelo SIB-UFRPE, e como esses avaliam essa comunicação com os cursos de graduação da UAEADTec, os dados demonstraram a falta de conhecimento sobre a forma de comunicação e os canais de comunicação

existentes. Esse desconhecimento é preocupante, pois dificulta a formação de acervos bibliográficos condizentes com as demandas da comunidade acadêmica, assim como, também, a oferta de produtos e serviços.

De igual modo, os presidentes e membros dos NDEs ratificaram o desconhecimento sobre a aquisição de bibliografias para as bibliotecas dos polos de apoio presencial, onde **85,7%** dos presidentes e **100%** dos membros desconhecem como é realizada essa aquisição. Os dados obtidos refletem a necessidade de que haja um planejamento pedagógico e administrativo, que proporcione a comunicação mais clara e fluida dos NDEs da UAEADTec com o SIB-UFRPE e as bibliotecas dos polos de apoio presencial.

Dentre os desdobramentos e os resultados desta pesquisa, esperamos contribuir com a gestão acadêmica dos cursos de graduação da UAEADTec da UFRPE (NDES, Coordenações de cursos e Coordenação geral dos Cursos de Graduação), no tocante ao processo de validação de bibliografias básicas e complementares na atualização ou elaboração de PPCs, no que se refere aos atos normativos internos e externos que orientam quanto à definição de critérios, bem como para a construção de uma comunicação mais próxima e direta com os demais atores institucionais envolvidos na aquisição de bibliografia para a comunidade da UAEADTec.

Quanto ao SIB-UFRPE, entendemos que os resultados da pesquisa irão colaborar com o fortalecimento da Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos da UFRPE, através da aquisição de materiais bibliográficos que dialoguem diretamente com as demandas informacionais da comunidade acadêmica e, conseqüentemente, com a otimização de recursos orçamentários, ofertando, assim, acervos e serviços de qualidade para as atividades de ensino, pesquisa e extensão de seus usuários.

Com a proposição de um modelo de Relatório de Adequação a ser utilizado pelos NDE dos cursos de graduação a distância, produto desta dissertação (Apêndice H), esperamos subsidiar a UAEADTec, com vistas à exigência estabelecida nos IACG.

Por último, ressaltamos que esta não se trata de uma pesquisa conclusiva quanto à temática investigada, tendo em vista a recente normatização dos NDEs nas IES, bem como, também, a recente publicação do atual IACG. Outros olhares fazem-se necessários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2000.

ARAÚJO, Elisabeth da Silva. **Uso de bibliotecas digitais na educação a distância**: dialogado com as perspectivas dos estudantes de graduação da UAEADTec/UFRPE. Recife, 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

AROUCK, Osmar. **Atributos de qualidade da informação**. Brasília, 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9501>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. J.; LEHFEL, N. A. S. **Projeto de pesquisa**: proposta metodológicas. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENITES, Vanessa Cerignoni. **Formação de professores de matemática**: dimensões presentes na relação PIBID e comunidade de Prática. 2013. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91031>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 48 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

_____. **Decreto 3.860 de 09 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3860&ano=2001&ato=f39AzZE90MNpWTd95#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20DO,INSTITUI%C3%87%C3%95ES%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS..> Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **Decreto Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005**, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 1 nov. 2020.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 01 set. 2021.

_____. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. **Lei nº. 13.005, 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância. In: SANCHEZ, Fábio (Org.). **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 4ª. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008a. p. 156-164.

_____. **Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. **Decreto 5.773 de junho de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

_____. **Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008.** Aprova em extrato o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192. Acesso em: 11 jan. 2023.

_____. **Resolução nº01, de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. 2010a. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. **Parecer CONAES N.4, de 17 de junho de 2010,** sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE. 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jan.2021

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI:** diretrizes para elaboração. Brasília: MEC/ SESu, jun. 2002

_____. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** Brasília, abril de 2003. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** Brasília, agosto de 2007a. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Portaria nº 3.726, de 21 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a autorização da oferta do curso de Física, licenciatura, a distância, ministrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/p3726.pdf> Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. **Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. 2007b. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria147.pdf> Acesso em: 20 set. 2021.

_____. **Portaria nº 1.047, de 7 de novembro de 2007.** Aprova, em extrato, as diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para o credenciamento de instituições de educação superior e seus pólos de apoio presencial, para a modalidade de educação a distância, nos termos do art. 6 inciso IV, do Decreto 5.773/2006. 2007c. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/dou_inep1-11.pdf Acesso em: 17 julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Revê a Resolução 196/96 e aprova novas diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS/MS, 2012. Disponível em:
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 18 dez. 2022.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Avaliação de cursos de graduação.** Disponível em :
<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao> Acessado em : 18 out. 2021.

_____. **Avaliação externa das instituições de educação superior:** diretrizes e instrumento. Brasília, DF, 2006. 182p. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/avaliacao_externa_das_ies_diretrizes_e_instrumento.pdf Acesso em: 23 out. 2021.

_____. **Avaliação IN LOCO:** glossário dos instrumentos de avaliação externa. 4. ed. 2019. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/apresentacao/glossario_4_edicao.pdf . Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. **Inep prepara capacitação sobre novos instrumentos de avaliação in loco de cursos de graduação e IES.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/avaliacao-in-loco/inep-prepara-capacitacao-sobre-novos-instrumentos-de-avaliacao-in-loco-de-cursos-de-graduacao-e-ies>. Acesso em: 20 fev. 2022.

_____. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância:** autorização. Brasília, 2017a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância:** reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, 2017b. Disponível em : https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf Acesso em:20 jan. 2020.

_____. **Instrumento de avaliação Institucional Externa presencial e a distância:** Credenciamento. Brasília, 2017c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf Acesso em: 20 jan. 2020

_____. **Instrumento de avaliação Institucional Externa presencial e a distância:** Recredenciamento e Transformação da Organização Acadêmica. Brasília, 2017d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf Acesso em 20 jan. 2020.

_____. **Nota técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES.** Brasília, 2017e. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf . Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017f. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. 2017g. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **Portaria n. 300, de 30 de janeiro de 2006.** Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES Brasília, DF, 2006.

_____. **Instrumento de avaliação Institucional Externa presencial e a distância**. Brasília, 2015. Disponível

em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf.

Acesso em: 30 nov. 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CARVALHO, Adriana Valéria Santos. **Aquisição de livros em bibliotecas universitárias: gestão dos processos da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. 2021. 148f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22319>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. Barueri, São Paulo: Manole, 2015.

CHRISTÓVÃO, Heloisa Tardin. **Da comunicação informal a comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade**. 1978. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/8582>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, Josefa Martins. **Mulheres na ciência: diálogo entre as cientistas das academias pernambucanas de ciência agrônômica, medicina veterinária e química e as alunas desses cursos na UFRPE**. 2019. 234 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Recife. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206145>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSTA, Maria Elizabeth de.; ANNA, Jorge Santa; CENDÓN, Beatriz Valadares.

Biblioteca para todos: a integração das bibliotecas acadêmicas com as bibliotecas dos polos no contexto da educação a distância. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1731-1757, 2017.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2029>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do ano 2000. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/ZwQQzqcJ6GGFpdH8M5k4mqVq/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos.; DIÓGENES, Fabiane Castelo Branco. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 100-123, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100> Acesso em: 20 set. 2022.

DUTRA, Frederico Giffoni; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Modelos e critérios para avaliação da qualidade de fontes de informação: uma revisão sistemática de literatura. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 27, n. 2, p.19-33, maio/ago, 2017. Disponível em : <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32676/18197>. Acesso em: 15 set. 2022.

EVANS, Gayle Edward. Developing Library Collections. Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; NAKAYAMA, Marina Keiko; RAMOS, Alexandre Moraes; OLIVEIRA, Paulo Cristiano. A contribuição do PDI nas atividades de planejamento e gestão das instituições de educação superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 81-107, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n3p81/23666>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERNANDES, Luis Bouquillard Ribeiro. **Bibliotecas no contexto da educação a distância**: estudo de caso em uma instituição de ensino superior. Natal. 2017 132f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24111>. Acesso em: 27 dez. 2022.

FERREIRA, Bruno Cesar de Freitas; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. A relação entre a bibliografia e a formação do profissional da informação. **Rebecin**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 19-36, jun./dez. 2014. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/14/pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2022

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONTIJO, Simone Braz Ferreira. O sistema de avaliação da educação superior: algumas considerações acerca do modelo brasileiro. **Revista FORGES**, Lisboa, v. 4, n. 2, Bi-Anual, p. 183-210, 2016. Disponível em: <https://www.aforges.org/wpcontent/uploads/2017/01/Revista-Forges-v4-n2-2016.pdf>. Acesso em: 17 jul 2022.

HASS, Célia Maria. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. **Revista Brasileira de Política da Educação**. Porto Alegre, v.26, n.1, p.151-171, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/19688>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ISSY, Laura Olívia de Oliveira. **O processo de autoavaliação institucional e suas implicações para gestão do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí**. 2012. 79f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1641>. Acesso em: 5 jun. 2022

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos: transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional: relatório de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral, na Universidad de Salamanca (ES). **PontodeAcesso**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 56- 61/ 80-141, dez. 2014. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2016/11/pdf_d3d73dd9c4_0000021464.pdf Acesso em: 12 de maio 2022

LUBISCO, Nídia Maria Lienert.; SOUSA, Flávia Bulhões de. Avaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia: a biblioteca universitária em foco, de 2010 a 2017. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 665–701, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/17762>. Acesso em: 4 maio 2022.

MAGALHÃES, Carolina de Souza Santana. **Seleção de coleções de livros digitais nas Universidades Públicas brasileiras**. 2013 159f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15021/1/Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20cole%C3%A7%C3%B5es%20de%20livros%20digitais_REPOSITORIO.pdf Acesso em: 20 set. 2022.

MAIA, Luiz Cláudio Gomes; SANTOS, Maria de Souza Lima. Gestão da biblioteca universitária: análise com base nos indicadores de avaliação do MEC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.100-119, abr/jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/5JCYFs9YtdC7XrqtN5RSYcQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2021.

MANCINI, Mônica; MATHEUS JUNIOR, Dirceu. Referenciais de qualidade para o projeto pedagógico de curso (PPC) de educação Superior na modalidade de educação a distancia (EAD): uma visão do MEC. In: MACHADO, Danielle H. A.; CAZINI, Janaína. **Inclusão e educação 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2019. p.72-90.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, v. 4, n. 2, p. 149-

171, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114753>. Acesso em: 30 out. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2022a.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 8.ed. Barueri: Atlas, 2022b.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MATIAS, Ariane Pereira. **Gestão pedagógica em instituições do ensino superior: um estudo sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE)**. 2020. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-03042020-140802/en.php>. Acesso em: 09 jul. 2023.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF :Briquet de Lemos, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria e métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9- 30.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.87- 94, jan./abr., 2007b. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2017/07/pdf_2c0ca19d57_0000007636.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

MOORE, Michael G. ; KEARSLEY, Greg. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Universidade e informação: a biblioteca universitária e os programas de educação a distância – uma questão ainda não resolvida. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.4, ago., p. 1-9, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/991>. Acesso em: 15 jan. 2023.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 373-384, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CyYQrFQtk3sqTR7ckZ5bQdt/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/LCcVhWXmMt6ydMmG6Gmmmw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 ago. 2022.

OLETO, Ronaldo. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.1, p.57-62, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/pDnBv4ywKw5Sp7Dqy9tnFxz/?lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: uma breve reflexão sobre o documento. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis, 2011, p. 1-9. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/32848/7.29.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 04 maio 2022

PICAWY, Maria Maira. **PDI - Plano de desenvolvimento institucional, PPI - projeto pedagógico institucional e PPC - projeto pedagógico de curso, entre o dito e o feito, uma análise da implementação em três IES/RS/Brasil**. 2008. 262f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3560>. Acesso em: 15 jan. 2023.

POLIDORI, MarlisMorosini; MARINHO-ARAÚJO, ClaisyM.;BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez., 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mrycNktVzr36Nn5njkjSZv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 09 ago. 2022

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

REIS, Elizabeth. Estatística descritiva. Lisboa: Edições Sílabo, 1996.

ROCHA, Claudia Regina Ribeiro. As bibliotecas dos pólos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil (AB) em Goiás no contexto da educação a distância: relato de experiência (pôster). **Repositório FEBAB**, 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5524>. Acesso em: 07 nov. 2021.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para a geração do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, v.3, p.4-29, jul./set, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/RMwpcd5QyLSBnTxkM3YHtDw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Andrea Pereira; PEIXOTO, Suzane Gonçalves Duarte. As bibliotecas universitárias: contexto histórico e aspectos conceituais. *In*: Seminário Nacional de Bibliotecas universitárias, 20., 2018, Salvador. **Anais...** Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5812>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil; um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168> Acesso em: 20 dez. 2021

SILVA, Patrícia da. **Avaliação da bibliografia dos cursos de graduação de uma instituição federal de ensino: proposta de um modelo multicritério**. 2021. 155f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/15104>. Acesso em: 21 dez. 2022.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Avaliação das fontes de informação na web: um estudo focado na Wikipédia**. 2008. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91392>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SILVA, Assis Leão da. **Avaliação Institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2015. 376f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16027/1/Tese%20revis%c3%a3o%20final%20%5bVers%c3%a3o%20dep%c3%b3sito%20final%5d%5bBC-UFPE%5d.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, Fátima. A evolução dos Referenciais de Qualidade para a EAD. In: SANCHEZ, Fábio (Org.). **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 4ª. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008. p. 145-155.

SILVA, Ivanda Maria Martins (Org.) **Educação a distância: cenários, experiências e práticas**. Recife: EDUFRPE, 2016.

SILVA, Bruno Nicodemos Bispo da. **Educação a Distância aberta no Ensino superior: dialogando com processos de implementação de políticas institucionais para Recursos Educacionais Abertos (REA)**. 2022. 142f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SOUSA, Flávia Bulhões de. **Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA: uma construção conjunta pelo docente e pela biblioteca, a luz das normas do INEP**. 2018. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/29411>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**: um guia metodológico. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981, Brasília. **Anais**. Brasília: CAPES, 1981, p. 9-35.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. Conselho Universitário. **Resolução 16/2020**. Revoga Resolução nº 074/2019 deste Conselho, que aprovou o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB desta Universidade e dá outras providências. Recife, 2020.

_____. Conselho Universitário. **Resolução 17/2010**. Aprova criação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife, 2010.

_____. Conselho Universitário. **Regulamento Geral da Graduação**. Recife, 2022. Disponível em:
http://www.preg.ufrpe.br/sites/ww4.depaacademicos.ufrpe.br/files/RegulamentoGeralGraduacao_out20_finalrevisao.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 65/2011**. Aprova a criação e regulamentação da implantação do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da UFRPE. Recife, 2011.

_____. Conselho Universitário. **Resolução 218/2022**. Institui a Política de Desenvolvimento de Coleções para as Bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2022.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 220/2016**. Regulamenta as diretrizes para elaborar e reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFRPE e dá outras providências. Recife, 2016.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2030**. Recife, 2021. Disponível em:
<<http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/PDI-UFRPE-2021-2030.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de autoavaliação institucional**: relatório parcial: ano base: 2022. Recife: EDUFRPE, 2023. Disponível em :
<http://cpa.ufrpe.br/sites/cpa.ufrpe.br/files/2%C2%BA%20RELAT%C3%93RIO%20PARCIAL%20DE%20AUTOAVALIA%C3%87%C3%83O%20INSTITUCIONAL%20%28Ano-base%202022%29.pdf> Acesso em : 20 abr. 2023

_____. Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia. Graduação. Recife, [2023?]. Disponível em: <http://www.ead.ufrpe.br/pt-br/cursos/graduacao>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. São Paulo: Papyrus, 2007. p.11-35.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 22, n. 1, 1993. DOI: 10.18225/ci.inf.v22i1.512. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>. Acesso em: 22 out. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. São Paulo: 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997.

VIEIRA, Alboni Maria Dudeque Pianovski; FILIPAK, Sirley Terezinha. Avaliação da educação superior: limites e possibilidades do Núcleo Docente Estruturante. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 44, p. 61-87, jan./abr. 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416X2015000100061&script=sci_abstract. Acesso em: 13 fev. 2023.

WALTRICK, Soraya Arruda. **Crítérios para a seleção de fontes de informação científica multimídia em acesso livre na internet**: criação de acervo digital para cursos de graduação a distância. Florianópolis, 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93170>. Acesso em: 20 dez. 2022.

WEITZEL, Simone da Rocha. O Desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.61-67, jan./ jun. 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47571> Acesso em: 15 fev. 2022.

APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRESIDENTES DOS NDES DA UAEADTec

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PESQUISA: Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso

Mestranda: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS PRESIDENTES DO NDE DA UAEADTec

Prezado(a) docente, meu nome é Maria Wellita Bezerra dos Santos e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância (PPGTEG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Este formulário destina-se aos **Presidentes** dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e tem como objetivo analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias básicas e complementares dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE.

Convido você para participar como voluntário(a) desta pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As identidades dos (das) colaboradores (as) serão mantidas sob sigilo e as informações prestadas servirão apenas para amparar o objetivo da pesquisa.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser retiradas através do e-mail: wellitasantos@ufrpe.br

A sua participação é imprescindível para o sucesso das etapas subsequentes.

COMPONENTE I : PERFIL DO PARTICIPANTE

1. Qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Não binário
- Prefiro não dizer
- Outro: _____

2. Marque a seguir sua faixa etária

- Menos de 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 40 e 50 anos
- Acima de 50 anos

3. Qual é a sua última titulação acadêmica?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

4. Há quanto tempo é docente na UAEADTec da UFRPE?

- Menos de 02 anos
- De 02 a 05 anos
- De 05 a 07 anos
- De 07 a 10 anos
- Mais de 10 anos

5. Antes de ingressar na UAEADTec da UFRPE vivenciou alguma experiência como docente de Ensino Superior?

- Sim
- Não

6. Antes de ingressar na UAEADTec da UFRPE vivenciou alguma experiência com educação a distância?

Sim

Não

COMPONENTE II – ATOS NORMATIVOS

7. Há quanto tempo está na presidência do NDE?

Mais de 2 anos

Menos de 2 anos

8. Quais as dificuldades encontradas enquanto presidentes no NDE ?

9. Enquanto membro do NDE da UAEADTec, você já vivenciou algum processo de elaboração ou atualização de um PPC?

Sim

Não

10. Você conhece os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos nos atuais Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação?

Sim

Não

11. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos nos Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, são condizentes com a educação a distância ?

Sim

Não

12. Justifique sua resposta anterior.

13. Você conhece a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da UFRPE?

Sim

Não

14. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE para aquisição de materiais bibliográficos atendem às demandas da UAEADTec?

Sim

Não

15. Justifique sua resposta anterior: .

16. Você conhece as orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância quanto as bibliotecas e bibliografias a serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial?

Sim

Não

17. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância atendem as demandas da Educação a Distância?

Sim

Não

18. Justifique sua resposta anterior:

19. Você conhece algum outro documento orientador do processo de revisão e/ou atualização das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

Sim

Não

20. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, cite-os:

COMPONENTE III – CRITÉRIOS UTILIZADOS

21. O que você considera como bibliografia básica?

22. O que você considera como bibliografia complementar?

23. Quais fontes de informação você considera pertinente para compor a bibliografia básica de uma disciplina do curso de graduação a Distância? (Pode marcar mais de uma opção)

- Livros
- Artigos de periódicos científicos
- Anais
- Teses
- Dissertações
- Monografias
- Relatórios de pesquisa
- Normas técnicas
- Legislação
- Filmes, vídeos
- Patentes
- Dicionários, enciclopédias
- Bases de dados
- Banco de dados
- Comunicações em eventos.
- Patentes.
- Outro(s) Qual(is)

24. Quais fontes de informação você considera pertinente para compor a bibliografia complementar de uma disciplina do curso de graduação a Distância? (Pode marcar mais de uma opção)

- Livros
- Artigos de periódicos científicos
- Anais
- Teses
- Dissertações
- Monografias
- Relatórios de pesquisa

- Normas técnicas
- Legislação
- Filmes, vídeos
- Patentes
- Dicionários, enciclopédias
- Bases de dados
- Banco de dados
- Sites
- Comunicações em eventos.
- Patentes.
- Outro(s): _____

25. Qual(is) critério(s) você considera que deve(m) ser observado(s) quanto às bibliografias básicas indicadas nos PPCs de um curso de graduação a distância? (Pode marcar mais de uma opção).

- Autoridade
- Adequação ao nível da graduação
- Atualização
- Confiabilidade/Integridade da Informação
- Precisão
- Imparcialidade
- Completude
- Cobertura/abrangência
- Facilidade de acesso
- Rapidez no acesso
- Idioma
- Relevância/Importância
- Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência
- Características físicas
- Origem
- Custo
- Concisão/objetividade
- Outros: _____

26. Qual(is) critério(s) você considera que deve(m) ser observado(s) quanto às bibliografias complementares indicadas nos PPCs de um curso de graduação a distância? (Pode marcar mais de uma opção)

- Autoridade
- Adequação ao nível da graduação
- Atualização
- Confiabilidade/Integridade da Informação
- Precisão
- Imparcialidade
- Completude
- Cobertura/abrangência
- Facilidade de acesso
- Rapidez no acesso
- Idioma
- Relevância/Importância
- Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência
- Características físicas
- Origem
- Custo
- Concisão/objetividade
- Outros: _____

COMPONENTE IV – COMUNICAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

27. Você considera que as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

- Sim
- Não
- Não sei informar

28. Justifique sua resposta anterior:

29. Você considera que as bibliotecas dos polos de apoio presencial atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

- sim
- Não
- Não sei informar

30. Justifique a resposta anterior:

31. De que forma as bibliografias básicas e as complementares a serem adquiridas são encaminhadas ao SIB-UFRPE?

- A biblioteca envia periodicamente formulário ao professor para indicação das bibliografias.
- A biblioteca envia periodicamente formulário à Coordenação do Curso para indicação das bibliografias.
- A biblioteca envia periodicamente formulário ao NDE para indicação das bibliografias.
- O Docente envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca.
- A Coordenação do Curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca
- O NDE do curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca
- Desconheço como é feita essa comunicação com a biblioteca
- Outro: _____

32. Como você avalia a comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec?

- Formal.
- Informal.
- Não existe.
- A biblioteca não promove essa interação.
- O curso não promove essa interação.
- Outro: _____

33 Você conhece como é feita a aquisição de bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial?

() Sim

() Não

34. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, descreva:

APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES MEMBROS DO NDE

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PESQUISA: Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso

Mestranda: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS DOCENTES MEMBROS DO NDE

Prezado(a) Docente, meu nome é Maria Wellita Bezerra dos Santos e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância (PPGTEG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Este formulário destina-se aos **membros** dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e tem como objetivo analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias básicas e complementares dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE.

Convido você para participar como voluntário(a) desta pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As identidades dos (das) colaboradores (as) serão mantidas sob sigilo e as informações prestadas servirão apenas para amparar o objetivo da pesquisa.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser retiradas através do e-mail: wellitasantos@ufrpe.br

A sua participação é imprescindível para o sucesso das etapas subsequentes

COMPONENTE I : PERFIL DO PARTICIPANTE

1. Qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Não binário
- Prefiro não dizer
- Outro: _____

2. Marque a seguir sua faixa etária

- Menos de 30 anos
- Entre 30 e 40 anos
- Entre 40 e 50 anos
- Acima de 50 anos

3. Qual é a sua última titulação acadêmica?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

4. Há quanto tempo é docente na UAEADTec da UFRPE?

- Menos de 02 anos
- De 02 a 05 anos
- De 05 a 07 anos
- De 07 a 10 anos
- Mais de 10 anos

5. Antes de ingressar na UAEADTec da UFRPE vivenciou alguma experiência como docente de Ensino Superior?

- Sim
- Não

6. Antes de ingressar na UAEADTec da UFRPE vivenciou alguma experiência com educação a distância?

() Sim

() Não

COMPONENTE II – ATOS NORMATIVOS

7. Há quanto tempo está no NDE?

() Mais de 2 anos

() Menos de 2 anos

8. Enquanto membro do NDE da UAEADTec, você já vivenciou algum processo de elaboração ou atualização de um PPC?

() Sim

() Não

9. Caso tenha respondido SIM à questão anterior, quais foram as dificuldades encontradas, enquanto membro do NDE, para a validação das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

10. Você conhece os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos nos atuais Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento dos cursos de graduação?

() Sim

() Não

11. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos nos Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, são condizentes com a educação a distância ?

() Sim

() Não

12. Justifique sua resposta anterior.

13. Você conhece a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da UFRPE?

Sim

Não

14. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE para aquisição de materiais bibliográficos atendem às demandas da UAEADTec?

Sim

Não

15 Justifique sua resposta anterior: .

16. Você conhece as orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância quanto as bibliotecas e bibliografias a serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial?

Sim

Não

17. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância atendem as demandas da Educação a Distância?

Sim

Não

18. Justifique sua resposta anterior:

19. Você conhece algum outro documento orientador do processo de revisão e/ou atualização das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

Sim

Não

20. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, cite-os:

COMPONENTE III – CRITÉRIOS UTILIZADOS

21. O que você considera como bibliografia básica?

22. O que você considera como bibliografia complementar?

23. Quais fontes de informação você considera pertinente para compor a bibliografia básica de uma disciplina do curso de graduação a Distância? (Pode marcar mais de uma opção)

Livros

Artigos de periódicos científicos

Anais

Teses

Dissertações

Monografias

Relatórios de pesquisa

Normas técnicas

Legislação

Filmes, vídeos

Patentes

Dicionários, enciclopédias

Bases de dados

Banco de dados

Comunicações em eventos.

Patentes.

Outro(s) Qual(is)

24. Quais fontes de informação você considera pertinente para compor a bibliografia complementar de uma disciplina do curso de graduação a Distância? (Pode marcar mais de uma opção)

- Livros
- Artigos de periódicos científicos
- Anais
- Teses
- Dissertações
- Monografias
- Relatórios de pesquisa
- Normas técnicas
- Legislação
- Filmes, vídeos
- Patentes
- Dicionários, enciclopédias
- Bases de dados
- Banco de dados
- Sites
- Comunicações em eventos.
- Patentes.
- Outro(s): _____

25. Qual(is) critério(s) você considera que deve(m) ser observado(s) quanto às bibliografias básicas indicadas nos PPCs de um curso de graduação a distância? (Pode marcar mais de uma opção).

- Autoridade
- Adequação ao nível da graduação
- Atualização
- Confiabilidade/Integridade da Informação
- Precisão
- Imparcialidade
- Completude
- Cobertura/abrangência
- Facilidade de acesso
- Rapidez no acesso
- Idioma
- Relevância/Importância

- Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência
- Características físicas
- Origem
- Custo
- Concisão/objetividade
- Outros: _____

26. Qual(is) critério(s) você considera que deve(m) ser observado(s) quanto às bibliografias complementares indicadas nos PPCs de um curso de graduação a distância? (Pode marcar mais de uma opção)

- Autoridade
- Adequação ao nível da graduação
- Atualização
- Confiabilidade/Integridade da Informação
- Precisão
- Imparcialidade
- Completude
- Cobertura/abrangência
- Facilidade de acesso
- Rapidez no acesso
- Idioma
- Relevância/Importância
- Layout/Concepção Gráfica/Design/Aparência
- Características físicas
- Origem
- Custo
- Concisão/objetividade
- Outros: _____

COMPONENTE IV – COMUNICAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

27. Você considera que as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

- Sim
- Não
- Não sei informar

28. Justifique sua resposta anterior:

29. Você considera que as bibliotecas dos polos de apoio presencial atendem às demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

- sim
- Não
- Não sei informar

30. Justifique a resposta anterior:

31. De que forma as bibliografias básicas e as complementares a serem adquiridas são encaminhadas ao SIB-UFRPE?

- A biblioteca envia periodicamente formulário ao professor para indicação das bibliografias.
- A biblioteca envia periodicamente formulário à Coordenação do Curso para indicação das bibliografias.
- A biblioteca envia periodicamente formulário ao NDE para indicação das bibliografias.
- O Docente envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca.
- A Coordenação do Curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca
- O NDE do curso envia espontaneamente as bibliografias básicas e complementares à biblioteca
- Desconheço como é feita essa comunicação com a biblioteca
- Outro: _____

32. Como você avalia a comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec?

- Formal.
- Informal.
- Não existe.
- A biblioteca não promove essa interação.
- O curso não promove essa interação.
- Outro: _____

33 Você conhece como é feita a aquisição de bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial?

- Sim
- Não

34. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, descreva:

APÊNDICE C – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A DIREÇÃO DO SIB-UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PESQUISA: Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso

Mestranda: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM A DIREÇÃO DO SIB-UFRPE

Prezado Diretor, meu nome é Maria Wellita Bezerra dos Santos e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância (PPGTG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias básicas e complementares dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE

Convido você para participar como voluntário desta pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As informações prestadas servirão apenas para amparar o objetivo da pesquisa.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser retiradas através do e-mail: wellitasantos@ufrpe.br

A sua participação é imprescindível para o sucesso das etapas subsequentes.

COMPONENTE I : PERFIL DO PARTICIPANTE

1. Qual seu nome completo ?
2. Qual sua formação acadêmica?
3. Há quanto tempo atua como bibliotecário/documentalista no SIB-UFRPE?
4. Há quanto tempo está na Direção do SIB-UFRPE?
5. Já vivenciou alguma experiência com Educação a Distância?

COMPONENTE II – ATOS NORMATIVOS

6. Como você vê (analisa) os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos nos atuais Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de cursos de graduação?
7. No seu ponto de vista, esses critérios são condizentes com a Educação a distância ?
8. Você considera que os critérios estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE para aquisição de materiais bibliográficos atendem às demandas da UAEADTec?
9. Você conhece os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância?
10. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, como você vê (analisa) as orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância no que se refere às bibliotecas e bibliografias a serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial?

11. Você conhece algum outro documento norteador, ou orientação institucional para revisão e/ou atualização das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

COMPONENTE III – CRITÉRIOS UTILIZADOS

12 . O que SIB-UFRPE considera como bibliografia básica?

13. O que SIB-UFRPE considera como bibliografia complementar?

14. Qual(is) fonte(s) de informação você considera pertinente para compor as bibliografias básicas e complementares de um curso de graduação a Distância?

15. Qual(is) critério(s) você considera que devem ser observados quanto às bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs de um curso de graduação a Distância?

COMPONENTE IV – COMUNICAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

16. Como ocorre a comunicação dos NDEs com o SIB-UFRPE?

17. De que forma as bibliografias básicas e a complementares a serem adquiridas, para os cursos de graduação da UAEADTec, são encaminhadas ao SIB-UFRPE?

18. Como ocorre, e em quais circunstâncias ocorre, a comunicação dos NDEs com o SIB-UFRPE no que se refere a bibliografias básicas e complementares?

19. Você considera que as bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE atendem as demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

20. Qual a relação das bibliotecas dos polos de apoio presencial da UAEADTec com o SIB-UFRPE?

21. Qual o conhecimento do SIB-UFRPE sobre o acervo disponibilizado e os serviços ofertados nas Bibliotecas dos polos de apoio presencial?

APÊNDICE D – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A
COORDENAÇÃO DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E REGULAÇÃO (CAPR) DA
PREG/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PESQUISA: Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso

Mestranda: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM A COORDENAÇÃO
DE AÇÕES PEDAGÓGICAS E REGULAÇÃO (CAPR) DA PREG/UFRPE**

Prezada Coordenadora, meu nome é Maria Wellita Bezerra dos Santos e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância (PPGTEG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias básicas e complementares dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE

Convido você para participar como voluntário desta pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As informações prestadas servirão apenas para amparar o objetivo da pesquisa.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser retiradas através do e-mail: wellitasantos@ufrpe.br

A sua participação é imprescindível para o sucesso das etapas subsequentes.

COMPONENTE I : PERFIL DO PARTICIPANTE

1. Qual seu nome completo ?
2. Qual sua formação acadêmica?
3. Há quanto tempo chefia a CAPR da PREG/UFRPE?
4. Antes de ingressar na CAPR vivenciou alguma experiência com regulação no Ensino Superior? Se sim, quanto tempo?
5. Já vivenciou alguma experiência com Educação a Distância?

COMPONENTE II – ATOS NORMATIVOS

- 6.. Como você vê (analisa) os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos nos atuais Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de cursos de graduação?
7. No seu ponto de vista, esses critérios são condizentes com a Educação a distância ?
8. Você considera que os critérios estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE para aquisição de materiais bibliográficos atendem às demandas da UAEADTec?
9. Você conhece os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância?
10. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, como você vê (analisa) as orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância no que se refere às bibliotecas e bibliografias a serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial?

11. Você conhece algum outro documento norteador, ou orientação institucional para revisão e/ou atualização das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

COMPONENTE III – CRITÉRIOS UTILIZADOS

12. O que SIB-UFRPE considera como bibliografia básica?

13. O que SIB-UFRPE considera como bibliografia complementar?

14. Qual(is) fonte(s) de informação você considera pertinente para compor as bibliografias básicas e complementares de um curso de graduação a Distância?

15. Qual(is) critério(s) você considera que devem ser observados quanto às bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs de um curso de graduação a Distância?

COMPONENTE IV – COMUNICAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

16.. Como ocorre a comunicação entre a CAPR e os NDEs?

17. Você conhece como os cursos de graduação encaminham, ao SIB-UFRPE, as bibliografias a serem adquiridas?

18. Como ocorre a comunicação entre a CAPR e os NDEs?

19. Qual seu conhecimento sobre as bibliotecas dos polos de apoio presencial da UAEADTec?

20. Qual seu conhecimento sobre a aquisição de bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial?

APÊNDICE E – MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM A
SEÇÃO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DA
UAEADTec

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

PESQUISA: Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso

Mestranda: Maria Wellita Bezerra dos Santos

Orientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque

**ROTEIRO DE ENTREVISTA A SER REALIZADA COM A SEÇÃO DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL EXTERNA DA UAEADTec/UFRPE**

Prezada, meu nome é Maria Wellita Bezerra dos Santos e sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância (PPGTG) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo adotado pelos NDE para validação das bibliografias básicas e complementares dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da UFRPE

Convido você para participar como voluntária desta pesquisa mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As informações prestadas servirão apenas para amparar o objetivo da pesquisa.

Dúvidas ou informações adicionais podem ser retiradas através do e-mail: wellitasantos@ufrpe.br

A sua participação é imprescindível para o sucesso das etapas subsequentes.

COMPONENTE I: PERFIL DO PARTICIPANTE

1. Qual seu nome completo?

2. Qual sua formação acadêmica?

3. Há quanto tempo você está atuando na Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec?

4. Antes de ingressar na UAEADTec vivenciou alguma experiência com regulação no Ensino Superior?

5. Antes de ingressar na UAEADTec vivenciou alguma experiência com Educação a Distância?

COMPONENTE II – ATOS NORMATIVOS

6. Como você vê (analisa), o trabalho realizado pelos NDEs da UAEADTec no processo de elaboração ou atualização dos seus PPCs?

7. Como você vê (analisa), o trabalho realizado pelos NDEs da UAEADTec no processo de **validação das bibliografias básicas e complementares** indicadas em seus PPCs? Quais as principais dificuldades?

8. Como você vê (analisa) os critérios de análise das bibliografias básicas e complementares estabelecidos nos atuais Instrumentos de Avaliação, elaborado e aplicado pelo INEP, para Autorização/Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de cursos de graduação?

9. No seu ponto de vista, esses critérios são condizentes com a educação a distância?

10. Você conhece a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE?

11. Caso tenha respondido SIM à pergunta anterior, você considera que os critérios estabelecidos na Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE para aquisição de materiais bibliográficos atendem às demandas dos cursos de graduação da UAEADTec?

12. Como você vê (analisa) as orientações estabelecidas nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância no que se refere às bibliotecas e bibliografias serem disponibilizadas nos polos de apoio presencial?

13. Você conhece algum outro documento norteador, ou orientação institucional para revisão e/ou atualização das bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs?

14. Qual a participação da Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec no processo de elaboração e/ou atualização dos PPCs?

15. A Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec possui algum orientação para a validação das bibliografias básicas e complementares dos PPCs dos cursos de graduação da UAEADTec?

COMPONENTE III – CRITÉRIOS UTILIZADOS

16. O que você considera como bibliografia básica?

17. O que você considera como bibliografia complementar?

18. Qual(is) fonte(s) de informação você considera pertinente para compor as bibliografias básicas e complementares de um curso de graduação a distância?

19. Qual(is) critério(s) você considera que devem ser observados quanto às bibliografias básicas e complementares indicadas nos PPCs de um curso de graduação a Distância?

COMPONENTE IV – COMUNICAÇÃO COM AS BIBLIOTECAS

20.. Você considera que as bibliotecas que compõem o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da UFRPE atendem as demandas das bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação da UAEADTec?

21. Você conhece como acontece a comunicação do SIB-UFRPE com os cursos de graduação da UAEADTec?

22. Você conhece como os cursos de graduação da UAEADTec encaminham ao SIB-UFRPE as bibliografias a serem adquiridas?

23. Qual seu conhecimento sobre as bibliotecas dos polos de apoio presencial da UAEADTec?

24. Qual seu conhecimento sobre a aquisição de bibliografias básicas e complementares para as Bibliotecas dos polos de apoio presencial da UAEADTec?

25. Existe alguma interação da Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec com o SIB-UFRPE?

APÊNDICE F – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a
Distância

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA PESQUISAS ON-LINE
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Núcleos Docentes Estruturantes da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Wellita Bezerra dos Santos, residente na Rua Ademar Pires Travassos, nº 435, Bl A, Apt. 204, Iputinga, Recife-PE CEP: 50670.060, Telefone (87) 99115-5398 e-mail wellitasantos@ufrpe.br, e está sob a orientação do: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque Telefone: (81) 9 8299-6505, e-mail jose.limaa@ufrpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, guarde uma cópia deste termo eletrônico em seus arquivos para consultar quando necessário. Você também pode solicitar aos pesquisadores uma versão deste documento eletrônico a qualquer momento por um dos e-mails registrados acima.

Pedimos que seja marcada a opção “aceito participar da pesquisa” no formulário eletrônico que será enviado por e-mail, após a leitura deste documento.

Após o encerramento da pesquisa, será enviado o resultado para cada participante. Vale destacar a garantia a você participante o direito de não responder qualquer questão, sem precisão de qualquer explicação ou justificativa para tal decisão. Expande-se também para as questões obrigatórias que você também tem o direito de não respondê-las.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

Para uma maior interação e segurança na tomada de decisão, todo e toda participante terá acesso aos tópicos que serão abordados no instrumento de coleta de dados (questionário eletrônico) antes de responder.

Após o seu consentimento, você participante terá acesso as perguntas (questionário).

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Descrição da pesquisa

A pesquisa apresentada intitulada “Núcleos Docentes Estruturantes da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos”, justificada pela possibilidade de contribuir com a gestão pedagógica da UAEADTec no que se refere a definição de critérios para validação de bibliografias básicas e complementares em seus Projetos pedagógicos de cursos, e na integração com os demais setores envolvidos no processo de aquisição de materiais bibliográficos na UFRPE. A coleta dos dados para essa etapa da pesquisa se dará por meio de dois questionários eletrônicos: 01 questionário será direcionado aos presidentes e o outro questionário será direcionado aos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação da UAEADTec. Esses questionários são compostos de 34 perguntas mistas (abertas e fechadas) e o resultado final será divulgado em publicação científica que ficará disponível nas plataformas on-line de acesso gratuito.

Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa.

A pesquisa será realizada via Plataforma *Google Forms* e encaminhada via link a você através de uma lista de e-mail em cópia oculta, evitando a visualização do endereço de e-mail por terceiros, fornecido pelo órgão responsável para o participante e poderá ser respondida uma única vez num prazo de 30 dias entre os dias 01 a 30 de julho de 2023. Realizada por meio do questionário on-line, constituído por no máximo 34 questões mistas entre perguntas abertas e fechadas. Estima-se que você precisará de aproximadamente 20 minutos para responder ao questionário. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Todas as pesquisas que envolvam seres humanos estão suscetíveis de apresentarem potenciais riscos e/ou incômodos aos seus participantes, bem como benefícios diretos e indiretos. Cabe ao pesquisador buscar que os benefícios proporcionados pela pesquisa predominem sobre os riscos apresentados

Riscos possíveis e desconfortos diretos para o voluntário

Os riscos gerados por uma pesquisa podem ter reflexos em várias dimensões da vida humana. Para esta pesquisa, foram considerados como possíveis riscos: a)

Receio de exposição; b) Constrangimento em responder questões; c) Cansaço (físico ou mental) ou aborrecimento ao responder as questões; d) Astenopia causada pela exposição a tela; e) Vergonha pela incapacidade de responder à(s) pergunta(s) devido o desconhecimento do tema; g) Desinteresse pelo tema.

O ambiente virtual utilizado para aplicação dos questionários pode propiciar possíveis riscos aos seus participantes, dentre eles, destacamos: a) Desconforto do sujeito participante com a utilização da ferramenta *Google Forms*; b) Links com defeito; c) E-mail não localizados por terem sido enviados para caixa do spam; d) Problemas de conexão; e) Exposição a vírus ou ataques hackers.

Acreditamos que o acesso prévio dos participantes ao TCLE ajudará a dirimir dúvidas sobre os possíveis riscos e proporcionará um maior conforto e segurança para

os sujeitos envolvidos na pesquisa. De toda forma na elaboração dos questionários buscamos formular perguntas objetivas, simples e curtas a serem respondidas.

Benefícios possíveis da pesquisa

Como benefícios diretos consideramos que esta pesquisa proporcionará: a) Informações que serão estratégicas à gestão acadêmica e pedagógica do curso de graduação da UAEADTec (NDES, Coordenação UAB-UFRPE, Coordenações de cursos e Coordenação geral dos Cursos de Graduação), da Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec e da CAPR/PREG; b) A reflexão e a elaboração de critérios institucionais, para validação das bibliografias básicas e complementares para os cursos de graduação da UAEADTec; c) Atualização da Política e Formação e o Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE, no que se refere aos critérios de aquisição para as bibliografias básicas e complementares dos cursos da UAEADTec.

Indiretamente, entendemos que esta pesquisa contribuirá com o fortalecimento dos cursos de graduação da UAEADTec no que se refere a qualidade dos cursos ofertados como também contribuirá com os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento .

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br .

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRPE, com Parecer Consubstanciado nº _____ e CAAE _____
(somente preencher este campo após a aprovação)

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

- () Aceito participar da pesquisa
() Não aceito participar da pesquisa

APÊNDICE G - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a
Distância

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA PESQUISAS ON-LINE
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Núcleos Docentes Estruturantes da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Wellita Bezerra dos Santos, residente na Rua Ademar Pires Travassos, nº 435, Bl A, Apt. 204, Iputinga, Recife-PE CEP: 50670.060, Telefone (87) 99115-5398 e-mail wellitasantos@ufrpe.br, e está sob a orientação do: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque Telefone: (81) 9 8299-6505, e-mail jose.limaa@ufrpe.br.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar do estudo, guarde uma cópia deste termo eletrônico em seus arquivos para consultar quando necessário. Você também pode solicitar aos pesquisadores uma versão deste documento eletrônico a qualquer momento por um dos e-mails registrados acima.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

Vale destacar, a garantia a você participante, o direito de não responder qualquer questão, sem precisar de qualquer explicação ou justificativa para tal decisão. Expande-se também para as questões obrigatórias que você também tem o direito de não respondê-las.

Para uma maior interação e segurança na tomada de decisão, todo e toda participante terá acesso aos tópicos que serão abordados no instrumento (entrevista semiestruturada) antes de responder.

Após o seu consentimento, você participante terá acesso às perguntas (roteiro de entrevista semiestruturada).

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Descrição da pesquisa

A pesquisa apresentada intitulada “Núcleos Docentes Estruturantes da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos”, justificada pela possibilidade de contribuir com a gestão pedagógica da UAEADTec no que se refere a definição de critérios para validação de bibliografias básicas e complementares em seus Projetos pedagógicos de cursos, e na integração com os demais setores envolvidos no processo de aquisição de materiais bibliográficos na UFRPE. A coleta dos dados para essa etapa da pesquisa, se dará por meio da realização de uma entrevista semiestruturada via roteiro prévio estabelecido pela pesquisadora contendo no máximo 40 perguntas abertas e de múltipla escolha e o resultado final será divulgado em publicação científica que ficará disponível nas plataformas on-line de acesso gratuito.

Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e seus procedimentos para coleta de dados através de entrevista

A pesquisa será realizada por meio da entrevista semiestruturada on-line, devidamente marcada (dia e horário) em decisão conjunta pesquisadora e participante uma vez ou em num prazo para acontecer entre os dias 01 a 30 de julho de 2023. Realizada através do serviço de comunicação pela plataforma de áudio e vídeo *Google Meet*, constituída por no máximo 40 perguntas abertas e múltipla escolha.

Estima-se que você precisará de aproximadamente 1h (uma hora) para responder as perguntas feitas pela pesquisadora que será gravada, a concordância em participar também estará registrada no início da entrevista já na fase de gravação. É importante lembrar que para garantir a qualidade da gravação, recomenda-se que você deve estar em local silencioso, se possível, com boa luminosidade, é altamente recomendado posicionar a câmera a mais ou menos na distância de 30 centímetros do seu aparelho (smartphone ou notebook) permitindo a visualização da sua face. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa. Deixa-se claro que você tem o direito de não responder a uma ou mais perguntas sem precisar explicar a sua decisão.

RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Todas as pesquisas que envolvam seres humanos estão suscetíveis de apresentarem potenciais riscos e/ou incômodos aos seus participantes, bem como benefícios diretos e indiretos. Cabe ao pesquisador buscar que os benefícios proporcionados pela pesquisa predominem sobre os riscos apresentados

Riscos possíveis e desconfortos diretos para o voluntário

Os riscos gerados por uma pesquisa podem ter reflexos em várias dimensões da vida humana. Para esta pesquisa, foram considerados como possíveis riscos: a) Receio de exposição; b) Constrangimento durante as gravações; c) Cansaço (físico ou mental) ou aborrecimento ao responder as questões ; d) Astenopia causada pela exposição a tela; e) Vergonha pela incapacidade de responder à(s) pergunta(s) devido o desconhecimento do tema; f) Desinteresse pelo tema.

O ambiente virtual utilizado para realização das entrevistas podem propiciar possíveis riscos aos seus participantes, dentre eles, destacamos: a) Desconforto do sujeito participante com a utilização da ferramenta Google Meet, para os respondentes

dos questionários e os participantes da entrevista, respectivamente; b) Links com defeito; c) E-mail não localizados por terem sido enviados para caixa do spam; d) Problemas de conexão; e) Exposição a vírus ou ataques hackers.

Acreditamos que o acesso prévio dos participantes ao TCLE ajudará a dirimir dúvidas sobre possíveis riscos e proporcionará um maior conforto e segurança para os sujeitos envolvidos na pesquisa. De toda forma no roteiro elaborado buscamos formular questões objetivas, simples e curtas a serem respondidas.

Benefícios possíveis da pesquisa

Como benefícios diretos consideramos que esta pesquisa proporcionará: a) Informações que serão estratégicas à gestão acadêmica e pedagógica do curso de graduação da UAEADTec (NDES, Coordenação UAB-UFRPE, Coordenações de cursos e Coordenação geral dos Cursos de Graduação), da Seção de Avaliação Institucional Externa da UAEADTec e da CAPR/PREG; b) A reflexão e a elaboração de critérios institucionais, para validação das bibliografias básicas e complementares para os cursos de graduação da UAEADTec; c) Atualização da Política e Formação e o Desenvolvimento de Acervos do SIB-UFRPE, no que se refere aos critérios de aquisição para as bibliografias básicas e complementares dos cursos da UAEADTec.

Indiretamente, entendemos que esta pesquisa contribuirá com o fortalecimento dos cursos de graduação da UAEADTec no que se refere a qualidade dos cursos ofertados como também contribuirá com os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento .

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site:www.cep.ufrpe.br .

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRPE, com Parecer Consubstanciado nº _____ e CAAE _____

(somente preencher este campo após a aprovação)

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

() Aceito participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

APÊNDICE H – PRODUTO DA PESQUISA

UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS [NOME DO CURSO]



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
[NOME DO CURSO]
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Recife
2023

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
2	NÚCLEO DOCENTE DO CURSO DE BACHARELADO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4
3	O SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFRPE	5
4	ACERVO FÍSICO	6
4.1	TOMBAMENTO DO ACERVO FÍSICO	7
4.2	INFORMATIZAÇÃO DO ACERVO FÍSICO	7
5	ACERVO VIRTUAL DO SIB-UFRPE: CONTRATAÇÃO E GESTÃO	8
5.1	GARANTIA ININTERRUPTA DE ACESSO	10
6	ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO EM RELAÇÃO ÀS UNIDADE CURRICULARES E AOS CONTEÚDOS DESCRITOS NO PPC	11
6.1	NÚMERO DE VAGAS DO CURSO	12
	APÊNDICE A - ATA DA REUNIÃO DO NDE	13
	APÊNDICE B - BIBLIOGRAFIAS POR UNIDADE CURRICULAR	14
	ANEXO A - EMPENHO DA MINHA BIBLIOTECA	15
	ANEXO B - EMPENHO DA TARGET GEDWEB	17

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para fins de avaliação dos cursos de graduação no que se refere à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação: presencial e a distância, publicados em 2017 pelo INEP, atribuem ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), por meio de relatório de adequação, a responsabilidade de referendar a adequação para as bibliografias básicas e complementares contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC) necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino.

Neste contexto, o NDE do curso **[nome do curso]** da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTec) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no uso de suas atribuições e considerando o processo de reconhecimento do curso, apresenta o Relatório de Adequação das Bibliografias Básicas e Complementares constante no Projeto Pedagógico do Curso - elaborado sob orientação e cooperação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da UFRPE, através da bibliotecária Documentalista lotada nesta UAEADTec.

Neste relatório, abordaremos especificamente os critérios de análise estabelecidos (para o conceito 5) nos Instrumentos de Avaliação para os Cursos de Graduação presencial e a distância, para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento, a saber:

- ✓ Tombamento do acervo físico;
- ✓ Informatização do acervo físico;
- ✓ Contratação de acervo virtual;
- ✓ Garantia de acesso ininterrupto aos serviços pelos usuários;
- ✓ Adequação e atualização do acervo em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC;
- ✓ Adequação das Bibliografias em relação ao número de vagas;

2. NÚCLEO DOCENTE DO [NOME DO CURSO]

O NDE do Curso de [nome do curso] da UAEADTEC da UFRPE, que apresenta este Relatório de Adequação das Bibliografias Básicas e Complementares dos PPC, foi instituído através da Portaria (Coordenação Geral dos Cursos de Graduação) nº 11 de 28 abril de 2023 possui a seguinte composição:

Nome	SIAPE	Titulação	Regime de trabalho	Função
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxx	xxxxxxxxx	XX	Presidente
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxx	xxxxxxxxx	XX	Membro Titular*
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxx	xxxxxxxxx	XX	Membro Titular
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxx	xxxxxxxxx	XX	Membro Titular
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxxxxxx	xxxxxxxxx	XX	Membro Titular

*O NDE do curso deve conter no mínimo 5 membros titulares (incluindo o presidente)

3. O SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFRPE

O SIB-UFRPE é composto por 01 Biblioteca Central (BC) e uma biblioteca setorial (BSMCA), localizadas no campus de Dois Irmãos, Recife; 03 bibliotecas situadas em diferentes unidades acadêmicas: a biblioteca localizada na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), a Biblioteca da Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), a Biblioteca da Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ) e a biblioteca de ensino médio e profissionalizante do Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas (CODAI), no município de São Lourenço da Mata, totalizando 06 bibliotecas.

O SIB tem como principal escopo gerir, zelar e garantir a contínua atualização dos acervos bibliográficos das bibliotecas da UFRPE, com foco nas demandas das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste contexto, produtos e serviços são planejados visando atender as demandas informacionais da comunidade acadêmica da UFRPE. Para conhecer mais sobre os serviços ofertados, segue o link: <http://www.sib.ufrpe.br>.

Quanto aos acervos, a seleção e a aquisição de materiais bibliográficos físicos e digitais para as bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) é realizada de acordo com a Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Esta Política foi aprovada no Conselho Universitário, através da Resolução 218/2022, e representa uma importante ferramenta de planejamento e de gestão para os acervos bibliográficos da UFRPE, uma vez que norteia e estabelece diretrizes para a seleção e aquisição de seus acervos. Essas diretrizes priorizam as demandas bibliográficas oriundas dos PPCs de graduação, no que se refere à aquisição e à adequação das bibliografias básicas e complementares em termos quantitativos e qualitativos, conforme a Política de Desenvolvimento de Coleções (vide: http://www.sib.ufrpe.br/sites/sib.ufrpe.br/files/resolucao_218-2022.pdf).

4. ACERVO FÍSICO

O acervo físico é composto por livros nas diversas áreas do conhecimento:

Biblioteca	Títulos**	Exemplares**
Biblioteca Central	49.104	98.384
Biblioteca UAST	4.156	21.953
Biblioteca CODAI	2.209	4.494
Biblioteca UACSA	859	7.333
Biblioteca BSMCA	13.757	39.852
Biblioteca UABJ	220	1.396

** Dados do acervo atualizados em agosto/2023

A Biblioteca Central possui ainda um acervo físico com outros materiais bibliográficos, conforme tabela abaixo:

Tipo de publicação	Títulos**	Exemplares**
Periódicos impressos	1.953	
Vídeos	606	999
CD-ROM	381	625

** Dados do acervo atualizados em agosto/2023

Para além do acervo físico disponibilizado pelas bibliotecas do SIB-UFRPE, que atende às demandas dos cursos da UAEADTec, os polos de

apoio presencial também ofertam acesso às bibliografias básicas e complementares elencadas nos PPCs.

As bibliotecas dos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de apoio presencial possuem Acervo Bibliográfico básico e complementar para atender às demandas dos cursos ofertados, apresentando manutenção periódica, salas com conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. Segue link do Relatório de Monitoramento dos polos de apoio presencial, realizado no ano de 2022 pela UAEADTec (<http://www.ead.ufrpe.br/pt-br/relatorio/2022/>).

4.1 TOMBAMENTO DO ACERVO FÍSICO

O acervo físico da UFRPE, adquirido por compra, doação ou permuta, é tombado e registrado junto à Divisão de Administração Patrimonial da UFRPE, através do Sistema de Gerenciamento e Controle Patrimonial OTK. Durante o processo de catalogação desses materiais bibliográficos, o número de tomo é adicionado aos dados cadastrais da obra, sendo facilmente visualizado na etiqueta fixada na lombada do livro, juntamente aos dados de classificação. No sistema de gerenciamento de bibliotecas Pergamum, também é possível localizar e identificar todos os materiais bibliográficos por número de tomo.

A catalogação dos materiais bibliográficos das bibliotecas que compõem o SIB-UFRPE é realizada de acordo com o Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2) e classificado segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD).

4.2 INFORMATIZAÇÃO DO ACERVO FÍSICO

Todo acervo físico do SIB-UFRPE está devidamente informatizado no Sistema Integrado *Pergamum*, sistema de gerenciamento e controle das seguintes atividades: aquisição, catalogação e circulação dos materiais bibliográficos.

Para além dos relatórios gerenciais e de controle, o *Pergamum* disponibiliza serviços online tais como: consultas ao acervo bibliográfico; levantamento bibliográfico; disseminação seletiva da informação (de acordo com a área de interesse do usuário); reservas e renovações de bibliografias. Estes serviços e outros estão disponíveis no link: <http://www2.bc.ufrpe.br/pergamum/biblioteca/index.php>.

5. ACERVO VIRTUAL DO SIB-UFRPE: CONTRATAÇÃO E GESTÃO

Assim como o acervo físico, a aquisição e a gestão dos acervos virtuais ofertados pela UFRPE são realizadas pela Direção do SIB-UFRPE, no campus sede. Esses acervos facilitam o acesso da comunidade acadêmica aos livros e demais materiais bibliográficos, em suporte digital, que compõem as bibliografias dos cursos. Os acervos virtuais são, prioritariamente, as fontes de informação utilizadas pela comunidade acadêmica da UAEADTec.

O acervo virtual da UFRPE é constituído por plataformas de acesso restrito e plataformas de acesso aberto. As plataformas de acesso restrito disponibilizam acervos digitais contratados, por assinaturas anuais (com acesso ilimitado e simultâneo), exclusivo à comunidade acadêmica e que objetiva disponibilizar mais uma alternativa de fontes de informação para as atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas na UFRPE. São elas:

Coleção de Livros Eletrônicos Minha Biblioteca

Formada por mais de 12 grandes editoras acadêmicas do Brasil e 15 selos editoriais, por meio da *Minha Biblioteca*, estudantes, docentes e profissionais têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos. Com um amplo acervo multidisciplinar, são milhares de títulos técnicos, acadêmicos e científicos, em língua portuguesa.

<http://www.sib.ufrpe.br/minhabiblioteca>

Acesso disponibilizado para avaliadores

Login: 12345678

Senha: 12345678

Target GedWeb

O Sistema GEDWeb oferece um banco de dados de normas técnicas nacionais e estrangeiras, incluindo as normas ABNT NBR/NM e de órgãos nacionais como o INMETRO, MAPA, CONAMA, ANEEL, MTE, dentre outros.

<https://www.gedweb.com.br/ufrpe/>

Acesso disponibilizado para avaliadores

Login: atendimento.bc@ufrpe.br

Senha: 1234@Bc

Portal de Periódicos da CAPES

Apesar da gestão e contratação do Portal de Periódicos Capes não ser realizada pela UFRPE, trata-se de uma plataforma de acesso restrito à comunidade acadêmica. Conta com um acervo de mais de 49 mil títulos em texto completo e 455 bases de dados de conteúdos diversos, como referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência. O acesso ao Portal de Periódicos é feito através de computadores conectados aos IPs da UFRPE, bem como por acesso remoto através da Rede CAfe, conforme instruções disponíveis em: <http://www.sib.ufrpe.br/acesso-remoto-portal-capes>.

As plataformas de acesso aberto armazenam e disponibilizam a toda sociedade a produção científica, acadêmica e memorial da UFRPE, são elas: Repositório Institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da UFRPE.

Repositório Institucional da UFRPE

Base de dados que abriga a produção intelectual e memorial da Universidade. Atualmente, estão disponíveis trabalhos de conclusão dos cursos de graduação, edições do periódico Caderno Ômega e outros.

<https://repository.ufrpe.br/>

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRPE

Reúne as publicações produzidas pelos programas de pós-graduação da UFRPE – mestrados e doutorados – e disponibiliza, na íntegra, as teses e dissertações em formato digital (PDF). Integra a BDTD nacional, promovendo maior visibilidade da produção científica e tecnológica brasileira no contexto nacional e internacional.

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/>

Portal de Periódicos da UFRPE

Abriga as revistas científicas produzidas no âmbito da Universidade, de modo a garantir maior visibilidade da produção científica. Utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), traduzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir da versão do Open Journal System (OJS).

<http://www.journals.ufrpe.br/>

5.1 GARANTIA ININTERRUPTA DE ACESSO

Visando garantir o acesso ininterrupto aos serviços e sistemas de TICs da UFRPE, foi realizada a aquisição de geradores de energia, adquiridos com recursos da UAEADTec, sendo um deles instalado na Secretaria de Informações Digitais (STD), visando minimizar possíveis transtornos com a falta de energia.

Em 2018, foi adquirido, também, um *data center* (<http://www.nti.ufrpe.br/datacenter>) construído e comissionado pela empresa Schneider Electric, que hospeda (no que se refere ao SIB-UFRPE) o

Pergamum e plataformas de acesso livre alimentadas e geridas pelo SIB-UFRPE. Possui armazenamento e processamento suficiente para atender a instituição nos próximos anos, com redundância de todos os equipamentos instalados dentro do *data center*, além da capacidade do *nobreak* de alimentação de todos os equipamentos por até 4 horas sem funcionamento da concessionária, garante o funcionamento do *data center* em regime de 24X7, sem nenhuma ocorrência de parada desde a sua instalação.

No que se refere ao acesso às plataformas contratadas, estas não são hospedadas no *data center* da UFRPE, e a garantia de acesso ilimitado e ininterrupto é prevista contratualmente, sob pena de multa no caso de interrupções.

Destacamos ainda, que o acesso a todos os serviços e sistemas ofertados pelo SIB-UFRPE podem ser realizados para além dos muros da UFRPE.

6. ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES CURRICULARES E AOS CONTEÚDOS DESCRITOS NO PPC

Considerando as informações expostas e, em especial, a compatibilização das bibliografias básicas e complementares elencadas no PPC com o acervo físico e digital disponibilizadas pelo SIB-UFRPE (ANEXO B), o NDE do curso [nome do curso] da UAEADTec da UFRPE, realizou reunião ordinária no dia [data] e através de ATA (modelo – apêndice A), considerou adequadas:

- ✓ As bibliografias básicas propostas para os componentes curriculares, por semestre da matriz curricular, em relação aos objetivos do curso e das disciplinas;

-
- ✓ As bibliografias complementares propostas para os componentes curriculares, por semestre da matriz curricular, em relação aos objetivos do curso e das disciplinas;
 - ✓ Os periódicos propostos para os componentes curriculares escolhidos pelo docente em relação aos objetivos do curso e das disciplinas;
 - ✓ A compatibilidade entre o número de vagas autorizadas para o curso e a quantidade de exemplares físicos nas bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) e a existência do título na biblioteca virtual - *Minha Biblioteca*.

6.1 NÚMERO DE VAGAS DO CURSO

Atualmente, o curso **[nome do curso]** dispõe de **xx** vagas, distribuídas nos polos, a saber: **[cidade](xx)**, **[cidade](xx)**, **[cidade](xx)**.

Considerando a disponibilidade do acervo físico, a simultaneidade e o acesso ilimitado do acervo digital, além do quantitativo disponível nos polos presenciais, o NDE referenda a compatibilidade entre o acervo e o quantitativo de vagas disponíveis no curso.

APÊNDICE A - ATA DA REUNIÃO DO NDE**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – NDE/UEADTec/UFRE –
Realizada em xx de xxx de 2023**

Ata da XXXX ordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso [nome do curso] da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, realizada de forma remota, às XX horas do dia XX de XXX do ano de XXXXX. A reunião foi presidida pelo/a Coordenador/a do curso, professor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e contou com a presença dos seguintes membros, xx xxx, xxxx, nomeados pela portaria XX de XXX de XXX de XXXXX, com o objetivo de REFERENDAR as Bibliografias Básicas, as Bibliografias Complementares e os periódicos elencados no Projetos Pedagógicos do Curso. As análises foram realizadas tendo como critérios de validação: 1. adequação das bibliografias básicas propostas para os componentes curriculares, por semestre da matriz curricular, em relação aos objetivos do curso e das disciplinas; 2. adequação das bibliografias complementares propostas para os componentes curriculares, por semestre da matriz curricular, em relação aos objetivos do curso e das disciplinas; 3. adequação dos periódicos propostos para os componentes curriculares escolhidos pelo docente em relação aos objetivos do curso e das disciplinas; 4. compatibilidade entre o número de vagas autorizadas para o curso e a quantidade de exemplares físicos nas bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) e a existência do título na biblioteca virtual - Minha Biblioteca; 5. atualização dos títulos em relação à natureza dos componentes curriculares; 6. disponibilidade do acervo para os títulos em relação à taxa de empréstimos no último ano, com base no relatório disponibilizado pela biblioteca. As análises foram realizadas com base na compatibilização das bibliografias básicas e complementares com o acervo físico e virtual existentes nas bibliotecas do SIB da UFRPE, bem como com o acervo disponibilizado nos polos de apoio presencial. Desta forma, o Núcleo Docente Estruturante REFERENDA como **adequadas e compatíveis** as bibliografias básicas, as bibliografias complementares e os periódicos com o número de vagas ofertadas.

APÊNDICE B - BIBLIOGRAFIAS POR UNIDADE CURRICULAR

[Exemplo abaixo]

PERÍODO: XX BIBLIOGRAFIA	TIPO (Básica ou Complementar)	ACERVO DIGITAL	ACERVO FÍSICO (Biblioteca e número de exemplares disponíveis)	DISCIPLINA
<p>ARAUJO, Luis César G. de. Organização, Sistemas e Métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 4. ed., 2009. 334 p. ISBN 9788522449989.</p>	Básica	Não	<p>A BSMCA possui 10 exemplares do volume 1 e 3 exemplares do volume 2 / A UAST possui 10 exemplares do volume 2</p>	Organização Sistemas e Métodos
<p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização & métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP. Atlas, 2008.</p>	Complementar	Não	<p>A UAST possui 05 exemplares</p>	Organização Sistemas e Métodos
<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>	Básica	Sim	<p>A BC possui vários exemplares de edição atual, anteriores e posteriores / A UABJ possui 15 exemplares</p>	Projeto de TCC

ANEXO A - EMPENHO DA PLATAFORMA MINHA BIBLIOTECA

[A nota de empenho deve ser atualizada anualmente. Dados de 2022]



Data e hora da consulta: 19/09/2022 16:44
 Usuário: *** 359.234-**
 Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente					
Código	Nome				Moeda
153165	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO				REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço				CEP
24.416.174/0001-06	RUA DOM MANOEL DE MEDEIROS S/N DOIS IRMAOS				52171-900
Município	UF	Telefone			
RECIFE	PE	(081) 33206163			
Ano	Tipo	Número			
2022	NE	622			
Célula Orçamentária					
Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	169903	810000000	339040	155940	M20RKG35SCN
Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor	
19/09/2022	Global	23082.010215/2020-24	0,0000	388.800,00	
Favorecido					
Código	Nome				CEP
13.183.749/0001-63	MINHA BIBLIOTECA LTDA.				05319-000
Endereço	UF	Telefone			
QUEIROZ FILHO 1700 SALA 311 VILA HAMBURGUESA	SP				
Município	UF	Telefone			
SAO PAULO	SP				
Amparo Legal					
Código	Modalidade de Licitação				
96	INEXIGIBILIDADE				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-	
Descrição					
SERVIÇOS DE TIC - PESSOA JURIDICA - REF. 3º TA AO CONTRATO Nº 17/2020 (DESPACHO Nº 48149/2022 e PROAD)					
Local da Entrega					
UFRPE					
Informação Complementar					
15316507000172020 - UASG Minuta: 153165					
Sistema de Origem					
COMPRASNET-ME					

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/09/2022 12:56:57	Alteração

1 de 2

Data e hora da consulta: 19/09/2022 16:44

Usuário: ***.359.234-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens				
Natureza de Despesa				Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI				388.800,00
Subelemento 19 - COMPUTAÇÃO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS)				
Seq.	Descrição			Valor do Item
001	Item compra: 00001 - SOFTWARE COMO SERVIÇO - SAAS			388.800,00
Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19/09/2022	Inclusão	1,00000	388.800,0000	388.800,00

Assinaturas	
Ordenador de Despesa MARCELO BRITO CARNEIRO LEAO ***.836.884-** 19/09/2022 12:56:57	Gestor Financeiro CICERO PEREIRA DE LIMA ***.478.344-** 19/09/2022 12:52:54

Versão	Data/Hora	Operação
002	19/09/2022 12:56:57	Alteração

2 de 2

ANEXO B - EMPENHO TARGET GEDWEB

[A nota de empenho deve ser atualizada anualmente. Dados de 2023]



Data e hora da consulta: 04/05/2023 15:41

Usuário: ***.612.164.**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
153165	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
24.416.174/0001-06	RUA DOM MANOEL DE MEDEIROS S/N DOIS IRMAOS	52171-900
Município	UF	Telefone
RECIFE	PE	(081) 33206163

Ano	Tipo	Número
2023	NE	313

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	169903	1000000000	339040	155943	M20RKG35SDN

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
03/05/2023	Ordinário	23082.011407/2023-08	0,0000	9.000,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
00.000.028/0001-29	TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.	04795-000
Endereço	UF	Telefone
DAS NACOES UNIDAS 18801 CONJ. 1501; VILA ALMEIDA	SP	011-56414655
Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	011-56414655

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
11	DISPENSA DE LICITACAO	24	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea	
LEI 8.666 / 1993	24	-	II	-	

Descrição

SERVIÇOS DE TIC - PESSOA JURIDICA - OFÍCIO Nº 07/2023 - BC (DOC. Nº 2581/2023 - SIPAC)

Local da Entrega

UFRPE

Informação Complementar

15316506000502023 - UASG Minuta: 153165

Sistema de Origem

COMPASNET-ME

LOCAL DE ENTREGA

Biblioteca Central da UFRPE

ENDEREÇO

Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N, Bairro Dois Irmãos,
Recife-PE, CEP: 52.171-900.

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2023 15:32:25	Alteração

1 de 2

Data e hora da consulta: 04/05/2023 15:41

Usuário: ***.612.164.**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	9.000,00

Subelemento 19 - COMPUTAÇÃO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVIÇO (SAAS)

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Contratação de assinatura anual de 580 normas técnicas e documentos da plataforma Target GEDWeb.	9.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03/05/2023	Inclusão	1,00000	9.000,0000	9.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

MARCELO BRITO CARNEIRO LEAO
***.836.884.**
04/05/2023 15:32:25

Gestor Financeiro

ADELINDA CARMEM BARROS MADEIRA DE
SOUZA
***.646.114.**

Versão	Data/Hora	Operação
002	04/05/2023 15:32:25	Alteração

2 de 2

ANEXO A – DECISÃO DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO, DA
UAEADTec, SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA DIRETORIA GERAL E ACADÊMICA-UAEADTEC



OFÍCIO Nº 22/2023 - SDIGER-UAEADTE (11.01.35.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Recife-PE, 13 de abril de 2023.

OFÍCIO Nº 043/2023/DG/UAEADTec

Recife, 13 de abril de 2023.

À Senhora
Maria Wellia Bezerra dos Santos
Mestranda do PPGTEG/UAEADTec
Recife-PE

Assunto: Autorização de Pesquisa na UAEADTec

Prezada Senhora,

Em resposta ao Requerimento constante no processo nº 23082.009244/2023-95, que solicita apreciação sobre a aplicação de questionário nos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, informamos que o Conselho Técnico Administrativo emitiu parecer FAVORÁVEL à mestranda, através da Decisão CTA/UAEADTec nº 073/2023, para fins de apresentação de pesquisa intitulada: "*Núcleo Docente Estruturante da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos de Curso*", sob orientação do Prof. Dr. José de Lima Albuquerque, a ser apresentada no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância/UFRPE.

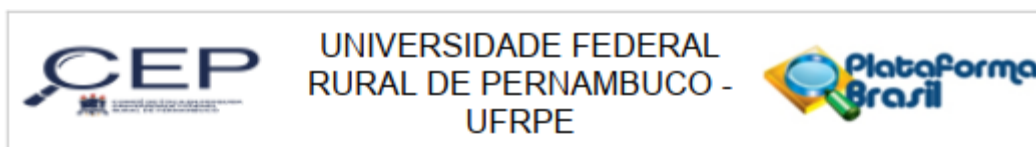
Atenciosamente,

(Assinado digitalmente em 13/04/2023 17:44)
ELIDIANE SUANE DIAS DE MELO AMARO
DIRETOR GERAL
DIGER-UIAEADTEC (11.01.35)
Matrícula: 88807282

Processo Associado: 23082.009244/2023-95

Visualize o documento original em <https://sigs.ufrpe.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 22, ano: 2023, tipo: OFÍCIO, data de emissão: 13/04/2023 e o código de verificação: 614b018f0d

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NÚCLEOS DOCENTES ESTRUTURANTES DA UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO: critérios para validação das bibliografias básicas e complementares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Pesquisador: MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69841623.0.0000.9547

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO- UFRPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

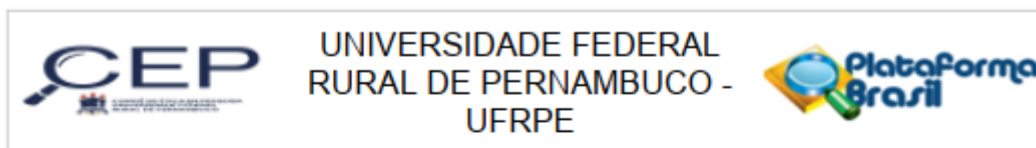
Número do Parecer: 6.295.737

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas deste campo foram retiradas do arquivo

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2135734.pdf, com postagem em 25/07/2023: "No contexto da Lei do SINAES, Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, os Instrumentos de avaliação de cursos de graduação publicados em 2017 atribuíram ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) a responsabilidade de referendar a adequação das bibliografias básicas e complementares contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC). Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é investigar os critérios utilizados pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTEC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), na validação das bibliografias básicas e complementares durante a elaboração e a atualização dos PPCs de graduação. Objetiva também compreender como os NDEs têm atuado no sentido de atender às políticas de avaliação

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife **CEP:** 52.171-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3320-8638 **E-mail:** cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 6.295.737

institucional,
internas e externas, relativas à validação de materiais bibliográficos. Para a coleta de dados serão utilizados a aplicação de questionário eletrônico e de entrevista semiestruturada. A análise dos dados será baseada na estatística descritiva e análise de conteúdo categorial de Bardin."

Objetivo da Pesquisa:

As informações elencadas deste campo foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2135734.pdf, com postagem em 25/07/2023: "Analisar o processo adotado pelos NDE na definição dos critérios utilizados para validação das bibliografias dos PPC dos cursos de graduação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia (UAEADTEC) da UFRPE."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações elencadas deste campo foram retiradas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2135734.pdf, com postagem em 25/07/2023:

"Riscos:

Ao aceitar participar da pesquisa o (a) participante poderá sofrer prejuízos emocionais devido ao constrangimento pelo desconhecimento da temática; provocar sentimento de incapacidade, perder alguns minutos do seu tempo; a identidade poderá ser revelada, além de cansaço mental, aborrecimento ao responder questionário, constrangimento ao responder por fazer parte da instituição pesquisada, quebra de sigilo, este, bastante comum em pesquisas com seres humanos, mesmo que involuntária e não intencional, porém a pesquisadora garante o sigilo e fará de tudo ao seu alcance para mantê-lo, medo ao incluir o risco de produzir estados negativos ou comportamento alterado e desencadear ansiedade, depressão e culpa, vergonha, estresse, quebra de anonimato, estes de origem psicológica. Além de outros aspectos físicos, como: fadiga ocular pelo uso de equipamentos eletrônicos seja pelo uso da tela do

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
 Bairro: Recife CEP: 52.171-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)3320-6638 E-mail: cep@ufrpe.br



UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DE PERNAMBUCO -
UFRPE



Continuação do Parecer: 6.295.737

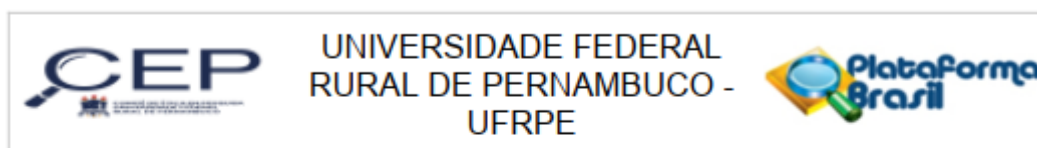
computador,

tablet ou smartphone na visualização e resposta do questionário eletrônico, desconforto nas articulações dos dedos e mãos devido a respostas longas nas questões abertas, e aos aspectos sociais devido ao tempo que será tomado para se dedicar a responder à pesquisa. Diante dos aspectos intelectuais, psíquicos, físicos, sociais e morais mencionados, estão os riscos inerentes ao uso do ambiente virtual, visto que a pesquisa será predominante realizada em meio eletrônico, considerando as possíveis ocorrências e limitações da tecnologia utilizada, apresentamos os riscos, como: link defeituoso; vulnerabilidade de contração de vírus e spywares pelos dispositivos utilizados para responder à pesquisa devido ao fluxo da conexão; correspondência ser direcionada para caixa de spam; problemas para acessar o formulário devido à ausência de conexão com a Rede e dificuldade de acesso às ferramentas de TDIC para poder responder ao questionário. Apesar de haver possibilidades de ocorrência desses riscos, todos os esforços serão tomados para minimizá-los. A pesquisadora estará disponível integralmente para dirimir possíveis dúvidas, bem como se compromete e garante que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, assim como os hábitos e costumes. Se porventura, ainda assim, aconteça algum dano ou desconforto aos participantes da pesquisa, a pesquisadora responsável arcará com toda a assistência para reversão do quadro ocorrido.

Benefícios:

Ao aceitar a pesquisa, o (a) participante será beneficiada diretamente ao fornecer informações que serão estratégicas à gestão acadêmica de curso de graduação da UAEADTEC da UFRPE: NDES, Coordenações

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
Bairro: Recife **CEP:** 52.171-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)3320-6638 **E-mail:** cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 6.295.737

de cursos e Coordenação geral dos Cursos de Graduação na elaboração de critérios institucionais, para a Educação a Distância (EAD), na validação de bibliografias durante o processo de atualização e elaboração de PPC e na validação de bibliografias durante o processo de atualização e elaboração de PPCs. Indiretamente contribuirá com o processo de Avaliação Institucional no que se refere ao reconhecimento e autorização de seus cursos de graduação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de Dissertação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da UFRPE. A pesquisa tem relevância científica e é viável de ser executada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou pendências e lista de inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou pendências e lista de inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende as normas regulamentadoras do sistema CEP/CONEP/CNS/MS.

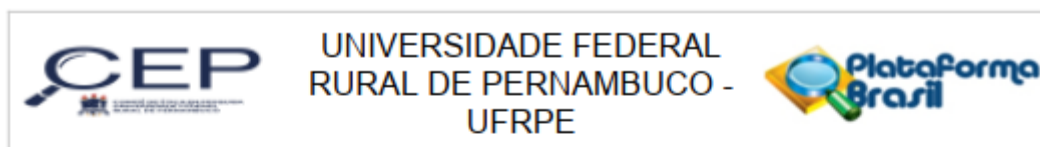
Considerações Finais a critério do CEP:

1) Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios de pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS n.466/12, item XI.2.d e Resolução CNS n.510/16, art.28, item V.

2) Ressalta-se que cabe ao pesquisador "manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa", conforme Resolução CNS 466/2012, item XI f.

3) Em caso de alteração em projeto de pesquisa já aprovado pelo CEP, deve-se anexar na

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
 Bairro: Recife CEP: 52.171-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)3320-6638 E-mail: cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 6.295.737

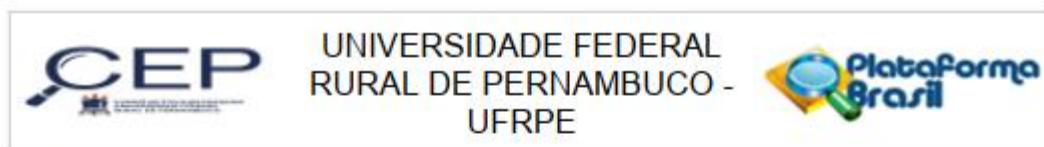
Plataforma Brasil todos os documentos que foram modificados junto com uma "carta justificativa" contendo a descrição e os motivos para a emenda conforme Resolução CNS n.º 251/97, item III.2.e. e Norma Operacional N.º 001/2013, item 2.1.H.1

4) Em caso de dúvidas, o pesquisador pode buscar as normas e resoluções emitidas pela CONEP que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos, disponíveis publicamente no site <http://www.cep.ufrpe.br/> (menu > normas e resoluções), assim como contactar o CEP-UFRPE através de e-mail (cep@ufrpe.br) ou telefone (+55-81-3320.6638).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2135734.pdf	25/07/2023 21:49:13		Aceito
Outros	cartarespostadependenciaversaoatual.docx	25/07/2023 21:44:49	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPlataformaBrasilatualizado.docx	25/07/2023 21:43:52	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	termodeconfidencialidade.pdf	09/05/2023 11:13:01	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	lattespesquisadora.pdf	09/05/2023 11:11:00	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	lattesorientador.pdf	09/05/2023 11:10:43	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
Outros	cartadeanuencia.pdf	09/05/2023 11:08:54	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleentrevistasemiestruturada.docx	09/05/2023 11:04:53	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclequestionario.docx	09/05/2023 11:04:41	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
 Bairro: Recife CEP: 52.171-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)3320-6638 E-mail: cep@ufrpe.br



Continuação do Parecer: 6.295.737

Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	09/05/2023 10:54:58	MARIA WELLITA BEZERRA DOS SANTOS	Aceito
----------------	------------------	------------------------	--	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 12 de Setembro de 2023

Assinado por:
ANNA CAROLINA SOARES ALMEIDA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n Dois Irmãos, 1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE
 Bairro: Recife CEP: 52.171-900
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)3320-6638 E-mail: cep@ufrpe.br